

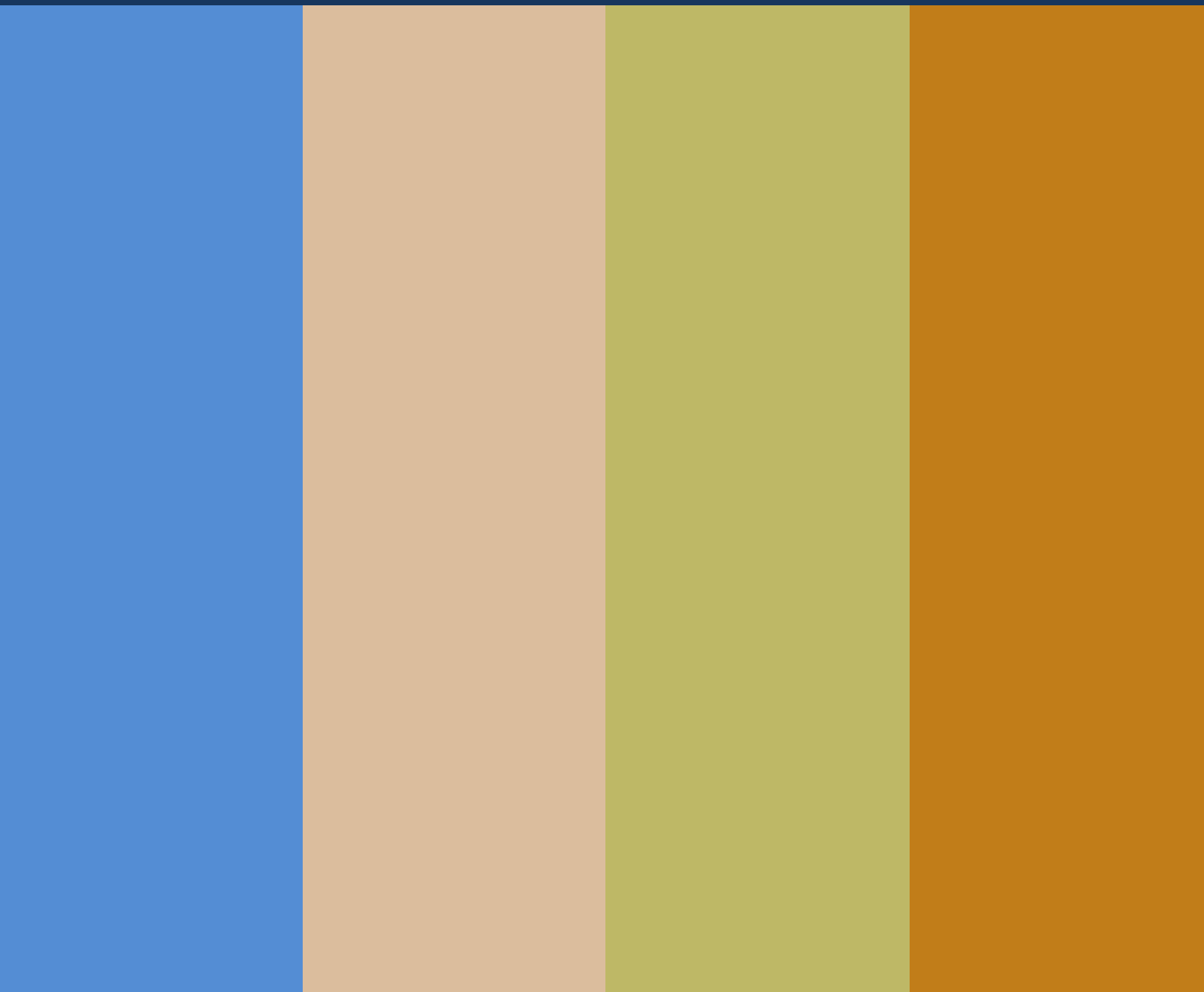
Quatro Cenários para o Brasil

2005-2007

Claudio Porto (org.), Elimar Nascimento

Enéas Aguiar, Rodrigo Ventura e Sérgio C. Buarque

Março de 2005



Organização, Coordenação e Redação Final

Claudio Porto

Elaboração dos Textos

Elimar Nascimento

Rodrigo V. Ventura

Sérgio C. Buarque

Quantificações

Enéas Aguiar

Rodrigo V. Ventura

Colaboração nos Textos Iniciais

Alexandre Mattos

Andrea Belfort

Design e Formatação Gráfica

Mônica Mercadante

Nota

É impossível qualquer estudo de cenários, por mais completo que seja, antecipar todos os futuros possíveis e imagináveis.

Com alguma frequência, novos acontecimentos surgem e parte deles pode provocar impactos na trajetória dos cenários ou, em casos especiais, dar origem a novos cenários antes tidos apenas como possíveis, ou mesmo sequer previamente imaginados com maior profundidade.

Por isso, depois de construídos os cenários, é preciso monitorar sistematicamente a evolução da realidade e fazer ajustes nas trajetórias e antecipações. É o que determinam as boas práticas da prospectiva. E é justamente isso que fazemos com nossos cenários.

O leitor poderá ter acesso ao monitoramento dos “Quatro Cenários para o Brasil: 2005-2007” mediante consulta ao site www.macroplan.com.br (Observatório Macroplan). O que não dispensa, pelo contrário, exige, o conhecimento prévio dos cenários descritos a seguir.

Sumário

Apresentação	4
Metodologia: Por que e Como Explorar Futuros Prováveis	9
Capítulo 1 - Brasil: Análise da Evolução Recente.....	15
1.1 Um Balanço de 2004	15
1.2 Brasil: No Limiar de 2005 - Balanço do 1º trimestre do ano	40
Capítulo 2 - Brasil: os Invariantes – o que Não Muda, Muda Pouco ou é Muito Previsível até 2006.....	46
Capítulo 3 - Brasil: Incertezas Críticas e Cenários para o Horizonte 2005-2007.....	56
3.1. Os Cenários Nacionais para 2005-2007	59
Capítulo 4 - Cenário 1: A Vitória da Persistência.....	62
Capítulo 5 - Cenário 2: A Sedução do Populismo	70
Capítulo 6 - Cenário 3 – Navegando na Turbulência.....	79
Capítulo 7 - Cenário 4 – Naufrágio à Vista.....	87
Capítulo 8 - Plausibilidade dos Cenários	95
8.1 Análise Comparativa dos Cenários 2005 - 2007	99
8.2 Comparação entre as médias 2005-2007 de cada cenário	101
Capítulo 9 - Além de 2007: Quatro Cenários de Longo Prazo para o Brasil	103
Anexo - Sobre a Macroplan	105
Referências Bibliográficas.....	107

Apresentação

Há mais de 20 anos profissionais hoje ligados à Macroplan trabalham com cenários. No começo, era o tempo da ‘abertura política’, e a incerteza crítica quanto ao futuro do país dizia respeito à extensão e ao *timing* da redemocratização.

Desde então fizemos sucessivos estudos e análises de cenários, tendo como pano de fundo as sucessivas discontinuidades na trajetória do país: a eleição e morte de Tancredo Neves; o Plano Cruzado e a hiperinflação no Governo Sarney; a eleição de Fernando Collor, seu ‘confisco’ às poupanças, o começo da abertura da economia brasileira e sua queda por corrupção sistêmica; o Plano Real, a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso, a acidentada desvalorização da nossa moeda em 1999 e a crise energética; e, mais recentemente, a chegada da esquerda ao poder com a eleição de Lula Presidente da República.

Durante esse período, mapeamos diversos cenários alternativos de longo prazo para o Brasil, antecipando tendências e fenômenos com um grau de acerto bastante razoável. E, desde 1999, traçamos cenários nacionais de curto e médio prazos, os quais são objeto de acompanhamento sistemático.

Nesta curta apresentação, antes de focalizar os cenários do Brasil para os próximos 3 anos, é oportuno fazer um breve balanço de nosso trabalho anterior, também amplamente divulgado.

Balanço sumário dos Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003

Um de nossos trabalhos recentes, que merece um destaque especial, foi publicado como livro: ‘Cinco Cenários para o Brasil: 2001-2003’¹. Tais cenários foram desenvolvidos tendo por base duas incertezas críticas: (i) como evoluiria o contexto internacional no que interessava ao Brasil; (ii) quem venceria as eleições de 2002 e como seria seu primeiro ano de governo.

¹ Porto, Claudio; Nascimento, Elimar & Sérgio Buarque (2001). ‘Cinco Cenários para o Brasil: 2001-2003’. Editora Nórdica, Rio de Janeiro.

Nesse sentido, foram desenvolvidos 5 cenários alternativos – ‘O Vôo da Fênix’, ‘Nas Asas do Tuiuiú’, ‘Seguindo as Arribaças’, ‘Do Jeito do Caramujo’ e ‘A Síndrome da Vaca Louca’. Hoje, olhando para trás, constatamos que uma série de fatos relevantes foram antecipados fortemente no Cenário 3 – ‘Seguindo as Arribaças’ que antecipava, justamente, a vitória de Lula.

Neste cenário², o Brasil enfrentava um contexto internacional desfavorável, dificuldades internas de natureza política, crise energética, instabilidade econômica e insatisfação social, isto tudo conduzindo a uma vitória da oposição nas eleições presidenciais. O cenário antecipou, entre outros, os seguintes fenômenos ou acontecimentos:

- rachadura na base de sustentação do governo FHC;
- anúncio, por lideranças oposicionistas, de um programa de compromissos fundamentais com a estabilidade econômica e o pagamento das dívidas (a ‘Carta aos Brasileiros’ lançada pelo então candidato Lula em maio de 2002);
- manutenção da política econômica;
- revisão na política externa, que ganharia conotação mais nacionalista e “terceiro mundista”, e implicaria em reavaliação tanto da inserção do Brasil no Mercosul e Alca quanto no estilo diplomático;
- suspensão das privatizações;
- revisão modelo para o setor elétrico;
- lançamento de programas emergenciais de combate à pobreza absoluta (que veio a ser o “Fome Zero”) e de geração de empregos (que se tornou o programa “Meu Primeiro Emprego”)

É claro que várias expectativas enunciadas no cenário ‘Arribaças’ não se concretizaram. Por exemplo: a extensão da crise energética, que se resolveu de maneira menos traumática do que esperado, sobretudo graças ao apoio da sociedade; o superávit comercial efetivamente observado que superou largamente o estimado pelo cenário; e a independência do Banco Central que não foi aprovada, como se supunha.

² Op. cit p. 85-96

No contexto internacional, o livro 'Cinco Cenários para o Brasil: 2001-2003' antecipou alguns desdobramentos dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 que foram confirmados. Dentre eles, destacam-se o aumento das tensões e da insegurança em escala mundial; a ampliação do conservadorismo; a eclosão de ações de guerra (Afeganistão, Iraque) com total envolvimento americano; as restrições a liberdades e direitos civis nos EUA; o fortalecimento do poder de Bush; e a redução do investimento externo direto no Brasil. Por outro lado, não de confirmaram a perda de riqueza decorrente da propagação dos prejuízos decorrentes dos atentados e não se verificou também a desaceleração da economia norte-americana antecipada no estudo.

De fato, este balanço também tem por objetivo lembrar que os cenários não eliminam as incertezas, pois isto é impossível. O máximo que bons cenários conseguem é organizar e reduzir as incertezas a um conjunto restrito de alternativas mais prováveis.

Os Quatro Cenários para o Brasil 2005-2007

Este livro está organizado em quatro blocos temáticos.

O primeiro bloco consiste em uma breve **Introdução Metodológica**. Sua leitura prévia será muito útil para esclarecer o leitor quanto aos limites e possibilidades do uso de cenários na exploração do futuro.

O segundo bloco reúne os Capítulos 1 e 2.

No primeiro, fazemos um **Balanço do Brasil em 2004**. São exploradas as dimensões econômica, política, social e externa, com um apanhado e análise sumária dos acontecimentos mais relevantes do ponto de vista do foco de interesse deste trabalho, que é o de mapear futuros para o Brasil.

O segundo capítulo inicia o trabalho de exploração do futuro mapeando o que não muda, o que muda pouco ou aqueles fenômenos de alta previsibilidade. São os chamados **invariantes**, cuja consideração é de alto valor estratégico pois indica condições com as quais certamente conviveremos no horizonte de tempo dos cenários. Eles dão sinalizações valiosas para a concepção de estratégias robustas, ou seja, escolhas que são válidas qualquer que seja o cenário.

O terceiro bloco representa a parte principal deste trabalho, uma vez que trata dos cenários propriamente ditos.

O Capítulo 3 identifica as **incertezas mais relevantes** para o futuro do Brasil no horizonte 2005-2007 e as articula para definir **a lógica dos quatro cenários** resultantes desta combinação.

No nosso ponto de vista, as incertezas críticas relativas ao Brasil neste horizonte dos próximos três anos são as seguintes:

- como evoluirá o **contexto externo** em relação ao Brasil: continuará favorável ou as dificuldades ressurgirão e se tornarão mais acentuadas?
- como evoluirão as condições de **governabilidade e de governança do país**? Experimentarão melhorias significativas ou dificuldades emergirão e as tornarão precárias?

Os Capítulos 4 a 7 descrevem **cada um dos cenários**, segundo as mesmas categorias narrativas de modo a facilitar sua compreensão e comparação. Duas advertências desde já são oportunas para balizar a leitura e análise destes cenários. Primeiro: existem algumas repetições a cada par de cenários e elas são inevitáveis. Segundo: as quantificações apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente em cada cenário.

Nossos cenários para o Brasil em 2005-2007 são os seguintes:

- **Cenário 1 - A Vitória da Persistência:** combinação de um contexto internacional favorável com a melhoria das condições internas de governança e governabilidade, sustentando a manutenção da política macroeconômica em vigor e o avanço da agenda microeconômica. Isto implica em impactos positivos nos indicadores econômicos - o que facilita a manutenção da ampla coalizão governamental - e na popularidade presidencial, além de uma melhoria nos principais indicadores do quadro social.
- **Cenário 2 - A Sedução do Populismo:** apesar de condições internacionais favoráveis, o Brasil não consegue sustentar o crescimento devido a dificuldades políticas e gerenciais do governo federal. Deste modo, o governo afrouxa a disciplina fiscal e o cumprimento das metas de inflação em troca de uma aceleração do crescimento e do emprego. No entanto, é obrigado a retornar à ortodoxia econômica em face das reações negativas do mercado. Estas condições instáveis acabam levando a um desempenho econômico modesto e irregular, acentuando

as dificuldades do Governo e piorando as condições sociais da população.

- **Cenário 3 - Navegando na Turbulência:** sob condições internacionais pouco favoráveis, o Brasil mantém a austeridade na condução da política macroeconômica para se defender das dificuldades externas. Nestas condições, o Brasil apresenta resultados moderados na economia e convive com os problemas de desemprego e indicadores sociais desfavoráveis, que prejudicam a imagem do governo e a popularidade do Presidente.
- **Cenário 4 - Naufrágio à Vista:** a combinação de condições internacionais desfavoráveis com problemas econômicos e políticos internos leva a uma mudança na política econômica que tem resultados desastrosos. Acentuam-se as pressões inflacionárias e o crescimento econômico é pífio, mantendo-se elevados os níveis de desemprego e precárias as condições sociais, com implicações negativas na governabilidade e governança do país.

O quarto e último bloco do livro, reúne duas análises específicas. No capítulo 8, é feita uma **avaliação da plausibilidade dos quatro cenários**, à luz da conjuntura do início de março de 2005. E no capítulo 10 avançamos com **uma reflexão prospectiva para além de 2007**, antecipando as linhas gerais dos nossos cenários do Brasil em um horizonte de longo prazo. O aprofundamento deste tema, no entanto, será objeto de um novo livro que deveremos publicar ainda em 2005.

Por último, é oportuno relembrar uma reflexão de Alvin Tofler, um dos mais brilhantes futurologistas do século XX, para que se considerem adequadamente as potencialidades e os limites de qualquer estudo de cenários de futuros: *“apesar de tudo, à medida em que avançamos para a terra desconhecida do amanhã, é melhor ter mapas incompletos, sujeitos a revisão, do que não ter mapa algum”*.

É este o espírito que esperamos de nossos leitores ao utilizarem os nossos cenários. E que eles sejam úteis às suas reflexões e decisões estratégicas.

Rio de Janeiro, março de 2005

Claudio Porto

Presidente da Macroplan

Metodologia

Por que e Como Explorar Futuros Prováveis³

A prática de buscar adivinhar o futuro é quase tão antiga quanto a humanidade.

Pierre Wack, especialista em cenários e antigo consultor da Shell, citado por Peter Schwartz⁴, narrava a seguinte história:

A prática de antecipar futuros para orientar decisões no presente vem do tempo dos faraós. Ela nos ajuda a desenhar e construir o futuro desejado.

“Na época em que os faraós governavam o Egito, um templo foi erguido acima das cabeceiras do Rio Nilo, próximo de onde três afluentes se uniam para formar este rio. O Nilo, com um curso de mais de mil milhas, produzia todo ano a inundação de sua várzea, o que permitia aos fazendeiros cultivarem suas plantações durante o tórrido e seco verão.

Toda primavera, os sacerdotes do templo reuniam-se na margem do rio para verificar a cor da água. Se estivesse clara, o Nilo Branco ... dominaria o curso ... e os fazendeiros teriam colheita pequena. Se a corrente estivesse escura, predominariam as águas do Nilo Azul, proporcionando cheias adequadas e colheitas abundantes. Finalmente, se dominassem as águas verde-escuras do Atbara, as cheias viriam cedo e seriam catastróficas.

Todo ano os sacerdotes enviavam mensagens aos faraós sobre a cor da água. Estes então saberiam como estaria a situação financeira dos fazendeiros e qual seria o aumento dos impostos.”

Segundo Wack, talvez os sacerdotes do Nilo sudanês tenham sido os primeiros futurólogos do mundo.

Juntamente com esta prática continua pertinente a eterna questão: é possível prever eventos que ocorrerão para frente no calendário da história? Para abordar esta questão, vamos primeiro trabalhar com os contra-exemplos, indicando como não explorar o futuro nos tempos de hoje.

³ Reprodução do capítulo – Metodologia: Por que e como explorar futuros prováveis, in PORTO, Claudio, BUARQUE, Sergio e NASCIMENTO, Elimar. ‘Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003’. Rio de Janeiro, Nordica, 2001 (pp. 19-25)

⁴ Schwartz (1995)

Extrapolação Pura e Simples

De um modo geral, a metodologia básica das previsões tradicionais é a extrapolção, para o futuro, de tendências verificadas no passado.

A principal deficiência da metodologia extrapolativa é ver o futuro com os olhos no passado.

Até o início dos anos 70, as previsões obtidas segundo esta abordagem revelaram-se precisas e confiáveis, com uma razoável margem de acerto. Este acerto derivava, contudo, de uma condição peculiar deste período: a relativa estabilidade dos condicionantes políticos, econômicos e tecnológicos. A partir de então, todavia, quando as relações socioeconômicas e políticas passam por importantes discontinuidades e transformações, os erros de projeção foram se acentuando.

No mundo, os 'choques do petróleo' (1973 e 1979) e a aceleração das mudanças tecnológicas e políticas, entre elas a queda do 'socialismo real', alteraram de forma dramática e definitiva o comportamento da dinâmica de desenvolvimento.

No Brasil, os erros de previsão se evidenciaram um pouco mais tarde (primeira metade da década de 80), com o advento da recessão de 81/83 e as mudanças expressivas nas dinâmicas de desenvolvimento político e econômico a partir de então (abertura e redemocratização, Plano Cruzado, moratória da dívida externa, Constituinte, ascensão e queda de Fernando Collor, e outras).

As evidências já identificadas e documentadas, tanto no mundo como no país, dos crescentes erros e imprecisões da abordagem tradicional da previsão, levam à conclusão de que, salvo em circunstâncias e situações muito específicas, a abordagem extrapolativa está historicamente superada e seu uso é inadequado ou insuficiente para prognosticar o futuro na grande maioria dos casos.

Uma das principais deficiências desta abordagem é a sua incapacidade de lidar com a incerteza: seus métodos não possuem a flexibilidade para antecipar ou evidenciar mudanças qualitativas no futuro, fenômeno cada vez mais freqüente nos dias de hoje.

Mas a principal deficiência da metodologia extrapolativa é ver o futuro com os olhos no passado. Isto corresponde a ignorar todas as mudanças latentes ou já em andamento - cuja acentuação é uma das características básicas do mundo contemporâneo - e admitir a reprodução das condições vigentes até o horizonte da projeção.

Tomando como exemplo o setor elétrico, cabe ressaltar que, em muitos países, as projeções de demanda efetuadas para as décadas de 1970 e 1980 foram muito altas porque os que as fizeram extrapolaram relações e condições técnicas e hábitos de

consumo fundamentais que eram verdadeiros para os anos 60, mas não para as décadas subseqüentes.

A propósito, Wack (1985) pondera que as previsões extrapolativas (ou determinísticas) nem sempre estão erradas; muitas vezes elas são razoavelmente acuradas. Mas é justamente isto que as torna tão perigosas, pois elas são construídas na suposição de que o mundo de amanhã será como o de ontem e hoje. Às vezes dão certo, porque o mundo nem sempre muda. Mas, cedo ou tarde, essas previsões vão falhar justamente nos momentos mais críticos, pois não conseguem antecipar as mudanças fundamentais (rupturas ou descontinuidades) que tornam obsoletas as estratégias vigentes.

Uma outra alternativa, bastante usual no mercado financeiro, mas também no mundo político, consiste em projetar, para o futuro, a situação vigente na conjuntura atual ou em passado muito recente.

Assume-se neste caso, geralmente de forma implícita, que o que está acontecendo hoje, nesta semana ou neste mês, continuará a acontecer inexoravelmente por um horizonte de tempo muito mais largo. O argumento usado é que, como as mudanças são muito freqüentes, tentar antecipar o futuro baseado em uma perspectiva mais estruturada e plural 'é mero exercício de futurologia'.

A prática tem demonstrado que, como menosprezam o passado, mas também minimizam ou ignoram a possibilidade de mudanças qualitativas no futuro, tais projeções baseadas exclusivamente na conjuntura presente induzem a erros muito mais crassos e freqüentes que os da extrapolação pura e simples. Assim, se a bolsa sobe durante alguns dias ou semanas consecutivas, projetam-se ganhos fantásticos para todo o ano ... ou se acontece o inverso, os cenários tornam-se catastróficos e muitas vezes semeia-se o pânico

Ocioso comentar o primarismo e a superficialidade de tal abordagem. Uma abordagem que denominamos 'prognósticos *fast food*', apressados, superficiais e pouco consistentes. O pior é constatar que tais prognósticos são levados a sério, com bastante freqüência, num imediatismo míope ou mesmo cego, quando não meramente oportunista.

A Análise Prospectiva Com Base em Cenários

A análise prospectiva por meio de cenários é a alternativa que hoje nos parece mais adequada para trabalhar com o futuro.

A prospectiva, segundo Michel Godet (1983), é uma reflexão sistemática que visa orientar a ação presente à luz dos futuros possíveis. Em nossas sociedades modernas, a reflexão prospectiva se impõe em razão dos efeitos conjugados de dois fatores principais:

- a. em primeiro lugar, a aceleração das mudanças técnicas, econômicas e sociais exige uma visão a longo prazo, pois ‘quanto mais rápido andamos, mais distante os faróis devem alcançar’; e
- b. em segundo lugar, os fatores de inércia ligados às estruturas e aos comportamentos mandam ‘semear hoje para colher amanhã’.

Contudo, se o mundo muda, a direção dessa mudança não parece assegurada. As mutações são portadoras de múltiplas incertezas que toda organização deve integrar em sua estratégia: incertezas de natureza econômica sobre a taxa de crescimento; socioculturais, como os hábitos de consumo e, também, de natureza tecnológica, sobre os produtos e os processos de amanhã.

A prospectiva não pretende eliminar essa incerteza mediante uma predição ilusória. Ela visa somente, e já é muito, organizá-la e reduzi-la tanto quanto possível.

É preciso, portanto, considerar as incertezas quanto ao futuro e aprender a lidar com elas. Neste sentido, nas últimas décadas, têm sido criados vários métodos e técnicas, desde sofisticados modelos matemáticos, até métodos rigorosos de organização, estruturação e hierarquização de variáveis dinâmicas em interação na mudança social. Destes, o método de cenários é atualmente o mais completo e rico processo de antecipação de futuros. Trabalhando sempre com mais de uma alternativa, os cenários reduzem a inevitável incerteza frente ao futuro sem cair no determinismo.

Cenários são imagens de futuros, descritas ‘cena por cena’. Godet (1983) os conceitua como jogos coerentes de hipóteses. Ou, em termos mais detalhados, como o conjunto formado pela descrição de uma situação de origem e dos acontecimentos que conduzem à situação futura, sendo que esse conjunto de acontecimentos e situações deve apresentar uma certa coerência.

A prospectiva não pretende eliminar a incerteza. Ela visa somente, e já é muito, organizá-la e reduzi-la a um leque de possibilidades que seja administrável.

Cada cenário procura estabelecer uma sucessão lógica de eventos, de sorte que, partindo-se do presente (ou de uma dada situação), se visualize como se poderá chegar passo a passo a uma situação futura.

A antecipação de futuros por meio de cenários não é, de forma alguma, um exercício especulativo, de pouca ou nenhuma utilidade prática. Ao contrário, quando bem conduzida, ela serve, antes de tudo, para preparar a ação face a descontinuidades,

oportunidades ou ameaças possíveis ou prováveis. E inspirar opções estratégicas que ‘fazem a diferença’ por longo tempo.

Um exemplo clássico do bom uso dos cenários no desenho de estratégias de sucesso é a atuação da Shell a partir do choque do petróleo em 1973. No início da década de 70, sua equipe de planejamento construiu dois cenários, um dos quais previa um choque (para cima) nos preços do petróleo, embora não soubesse precisar quando. Este cenário foi amplamente debatido com os altos executivos da empresa e:

... “ajudou os diretores a imaginar que decisões deviam tomar ... Em outubro de 1973, houve o choque de preços do petróleo e ... de todas as principais empresas de petróleo, apenas a Shell estava preparada emocionalmente para a mudança. Os executivos da empresa reagiram rapidamente. Durante os anos seguintes, a prosperidade da Shell aumentou. De uma das mais fracas das Sete Irmãs, tornou-se a segunda maior e, ao que parece, a mais rentável.”

Peter Schwartz, 1995

Ao contrário das concepções determinísticas ou fatalistas do futuro, a análise prospectiva e estratégica parte do princípio que o futuro é incerto e indeterminado e que os atores sociais têm diante de si, a cada instante, alternativas múltiplas e diversas. O suposto central é que o futuro é construído pela prática social, pela ação dos homens organizados que têm projetos, vontades, conflitos e, sobretudo, fazem escolhas e correm riscos com uma certa visão dos prováveis futuros. Em outras palavras, a história é uma resultante da ação dos homens e pode seguir por caminhos diversos, definidos pelos interesses em jogo, pelas circunstâncias políticas e pelos constrangimentos estruturais.

Já foi dito que trabalhamos com cenários há mais de 20 anos. E de nossa prática neste campo extraímos ou confirmamos algumas lições já referidas por muitos especialistas no assunto.

Não importa qual é o futuro. A única pergunta relevante é: o que faremos se tal cenário acontecer?

A primeira delas é que, **na vida real, nenhum cenário acontece exatamente como descrito**. A realidade é muito mais variada e complexa do que o descrito por um conjunto de cenários, por mais bem elaborado que este seja. A realidade comporta nuances, ambigüidades, contradições, surpresas e situações em tal riqueza e diversidade, que nenhum cenário é capaz de reproduzi-la. Desse modo, é quase fútil qualquer exercício de verificação do quanto cada cenário, por si, isoladamente, está perto ou distante da realidade.

No entanto, e aí está a segunda lição, **a trajetória da realidade, na grande maioria dos casos, geralmente evolui dentro do conjunto de cenários traçados, combinando aspectos de um e de outro**. Um monitoramento sistemático do que está acontecendo, em comparação com o que está previsto no conjunto dos cenários, reduz substancialmente as chances da organização ser pega de surpresa.

A terceira lição é um corolário da anterior: **um bom conjunto de cenários tem grande utilidade como sistema de referência para a navegação rumo ao futuro**. Como ‘cartas de navegação’ ou ‘pontos cardeais’, os diversos cenários podem auxiliar os dirigentes ou executivos que estão ‘pilotando’ governos, empresas ou organizações, oferecendo-lhes referências consistentes para os inevitáveis ajustes de rota que a realidade impõe.

A quarta lição que aprendemos é que **um conjunto de cenários, explícita e adequadamente utilizado, reduz os conflitos de percepção a respeito do futuro e melhora a qualidade das decisões estratégicas, tornando-as mais controláveis ou avaliáveis**. Isto porque os cenários explicitam as premissas relativas ao futuro, nas quais as decisões foram ou estão sendo baseadas. O subjetivismo e o risco não são eliminados, mas pelo menos tornam-se mais claros e sujeitos a avaliação.

Por último, mas não menos importante, aprendemos que é inútil pretender que os cenários ‘adivinhem’ o que vai acontecer no futuro. Ou, como nos diz Arie de Geus (1997) não é possível saber, e não importa qual será o futuro. A única pergunta relevante é: o que faremos se tal cenário acontecer?"".

É assim que esperamos sejam consultados e utilizados os cenários que descrevemos a seguir.

Capítulo 1

Brasil: Análise da Evolução Recente

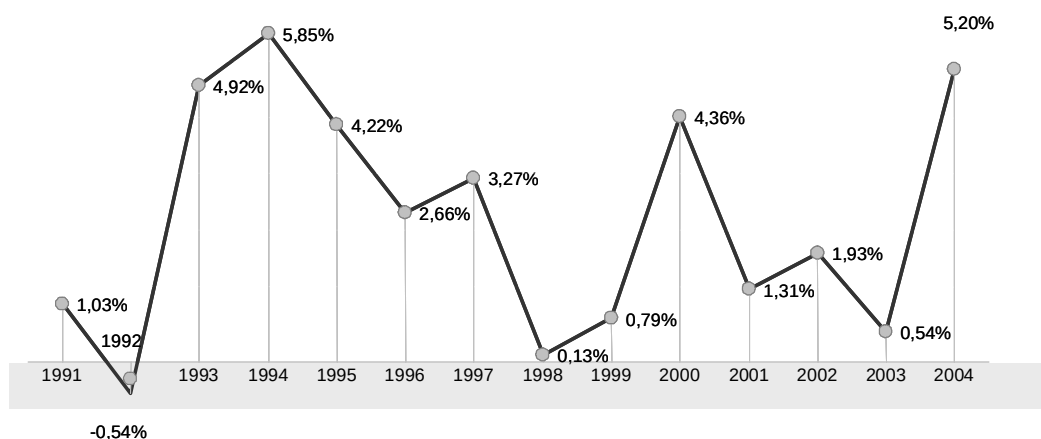
1.1 Um Balanço de 2004

Economia

O **forte crescimento do PIB** é o fato mais relevante do panorama econômico brasileiro em 2004. As taxas de crescimento da indústria, do comércio e da economia como um todo têm se sustentado em patamares elevados, surpreendendo positivamente e gerando até uma certa preocupação quanto aos seus limites em face da capacidade produtiva instalada.

Segundo o IBGE, em 2004 o PIB brasileiro cresceu 5,2% em relação ao ano anterior.

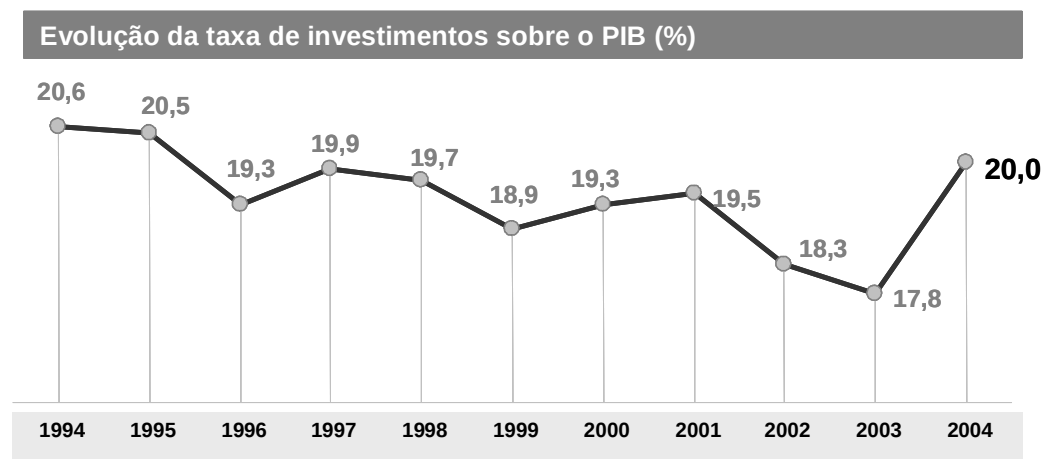
Evolução do PIB na última década



Fonte: Banco Central

A indústria contribuiu decisivamente este desempenho. Após crescer 1,6% em 2001, 2,7% em 2002 e 0,1% em 2003, o setor industrial reagiu em 2004 e avançou 8,3%, a melhor taxa de crescimento em 18 anos, utilizando basicamente a capacidade instalada existente. De fato, o crescimento excepcional do PIB ganha mais relevo ao se considerar o aumento (em relação a 2003) de 10,9% na formação bruta de capital fixo, o que

melhora a perspectiva de um crescimento sustentado pelo menos no que se refere à disposição de investir.



Fonte: O Estado de São Paulo, 08/dez/04

Uma nova forma de crescimento

A economia brasileira passou em 2004 por uma experiência inédita nas quatro últimas décadas: a extraordinária combinação de crescimento econômico, inflação controlada e equilíbrio em conta corrente. No longo período que vai do milagre econômico dos anos 70 até 2003, houve anos em que se observaram combinações de dois desses elementos, mas nunca dos três simultaneamente.

Na década de 70, tinha-se crescimento e inflação razoavelmente controlada, mas a dependência por poupança externa era crescente. Entre 1980 e 1994, ocorreram anos de equilíbrio externo com crescimento (1984/85) e também recessão (1988/89 e 1992/93), mas em todo período a inflação era galopante. Entre 1995 e 2002, a inflação foi debelada e o crescimento, embora pequeno, foi positivo. No entanto, esse aparente sucesso deu-se à custa de imensa dependência de poupança externa. Em 2003, a inflação continuou contida e alcançou-se superávit de conta corrente, mas o PIB ficou estagnado.

Em 2004, observou-se a combinação dos três resultados almejados, e deve-se sublinhar que o mesmo foi alcançado em consequência direta de três políticas recém adotadas e por décadas adiadas: superávit primário elevado, metas para a inflação e câmbio flexível.

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, julho/2004

O crescimento de 2004 (iniciado no terceiro trimestre de 2003) se deveu a pelo menos cinco causas⁵:

- O respeito, pelo governo Lula, das condições mínimas para o relativo **equilíbrio fiscal**, demonstrado logo na primeira semana da nova administração, quando o ministro Palocci elevou o superávit primário;
- As condições criadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 2000, quando decidiu subsidiar a **agricultura**. A combinação do aumento geral do crédito com o aproveitamento dos avanços tecnológicos acumulados na Embrapa resultou na chamada revolução do *agrobusiness*, gerando rápido aumento da produção agropecuária potencialmente exportável;
- A disparada da taxa de câmbio em meados de 2002 (durante a eleição presidencial), que, combinada com o aumento dos preços externos das commodities, produziu substancial aumento de renda para o setor agrícola. Esse processo atingiu rapidamente o “espírito animal” dos exportadores em geral, que aumentaram suas vendas;
- A firmeza com a qual o governo Lula enfrentou o descontrole inflacionário iniciado em outubro de 2002;
- Ao aumento da **confiança do empresariado** no que diz respeito ao compromisso do **governo Lula** com a estabilidade macroeconômica e com a responsabilidade fiscal, incentivando-os a ampliarem suas atividades a partir de terceiro trimestre de 2003.

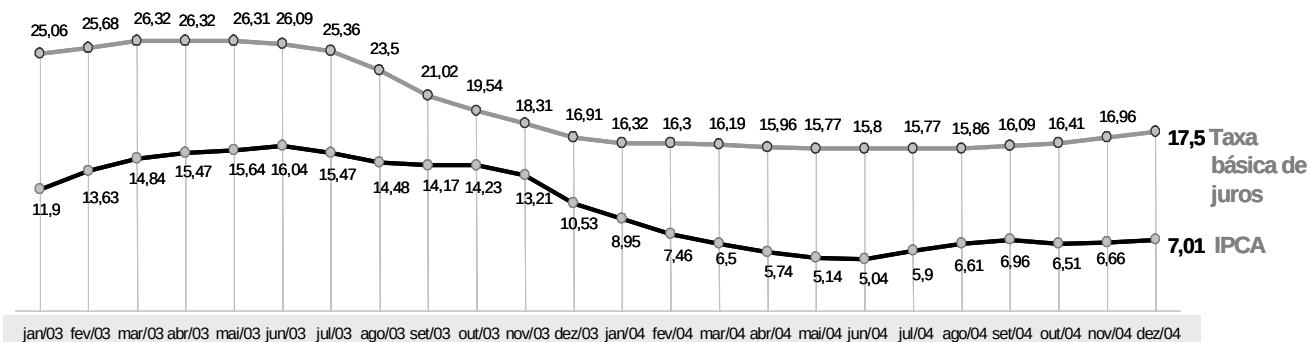
No entanto, apesar dos números cada vez melhores, a área econômica passou 2004 inteiro sob críticas do próprio partido do governo e de alguns dos ministros. A explicação para tal encontra-se no fato que ao longo do terceiro trimestre, por causa do ritmo de expansão, acentuou-se a preocupação com um possível descompasso entre os níveis de oferta e demanda em função da indústria ter atingido níveis altos de utilização de sua capacidade instalada. Nesse sentido, o forte ritmo de crescimento conjugado aos choques inflacionários deste ano – como a disparada do petróleo – levaram o Banco Central a reverter a tendência acomodativa da política monetária buscando cumprir as metas de **inflação** para 2004 e 2005.

A taxa básica, que havia ficado inalterada entre abril e agosto, teve sua meta elevada de 16,25% em setembro para 17,75% em dezembro. Esse quadro tende a se reverter mais rapidamente – e assim exigir menor aperto monetário – caso se consolide a trajetória de

⁵ Coluna de Delfim Netto (professor economia FEA/USP) (Valor, 01/02/05).

redução dos preços do petróleo que vem se desenhando. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que orienta o sistema de metas de inflação do governo, fechou 2004 em 7,6%, encostando no teto fixado de 8%. É a primeira vez em três anos que o país consegue cumprir os intervalos de inflação determinados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

IPCA versus Taxa Básica de Juros



Fonte: Banco Central

Incerteza Jurisdicional e Crédito de Longo Prazo

Quando se fala no elevado nível das taxas de juros no Brasil, um aspecto ainda é pouco explorado nos debates sobre o tema: a inexistência de um mercado de títulos e crédito de longo prazo. Nesse sentido, o reconhecimento de que o nível de juros está associado a temas fiscais e institucionais é a mais importante inovação do debate econômico de 2004.

De fato, a tese é que o mercado financeiro interno de longo prazo é pequeno devido à resistência dos agentes privados em aplicarem sua poupança em instrumentos financeiros sujeitos à jurisdição brasileira. O termo “incerteza jurisdicional”, refletindo um forte viés anticredor da jurisdição brasileira, resume o problema.

Dessa forma, tanto a taxa elevada de juros reais de curto prazo como a inexistência de um mercado de crédito de longo prazo são duas faces de um mesmo fenômeno: a incerteza jurisdicional. O que causa a relutância de se emprestar a longo é o mesmo fator que requer juros reais altos para se emprestar a curto: a incerteza sobre a estabilidade e a segurança do contrato financeiro firmado sob jurisdição brasileira.

“Haverá possibilidade de reduzir a taxa de juros no momento em que houver segurança jurídica no sentido de que os contratos sejam cumpridos.” (Ministro Nelson Jobim, presidente do STF, em entrevista ao Valor Econômico em 13/12/04).

A aprovação este ano das reformas do Judiciário e da lei das falências tende a reduzir a incerteza jurídica e o risco dos investimentos, ambas medidas que reduzirão o excesso do custo do capital para as empresas em relação à taxa básica do Banco Central. Nesse sentido, dadas as restrições no campo macroeconômico, o governo deve se concentrar nas reformas microeconômicas de redução do risco jurídico, simplificação do processo judiciário em causas econômico-financeiras, autonomia das agências reguladoras, alongamento da poupança e desoneração tributária das operações financeiras visando reduzir o spread entre a Selic e os juros para tomadores finais.

Fonte: Arida, Persio; Bacha, Edmar & André Lara-Resende (2004). Credit, Interest and Jurisdictional Uncertainty: Conjectures on the Case of Brazil. Instituto de Estudos de Política Econômica, Casa das Garças, Rio de Janeiro.

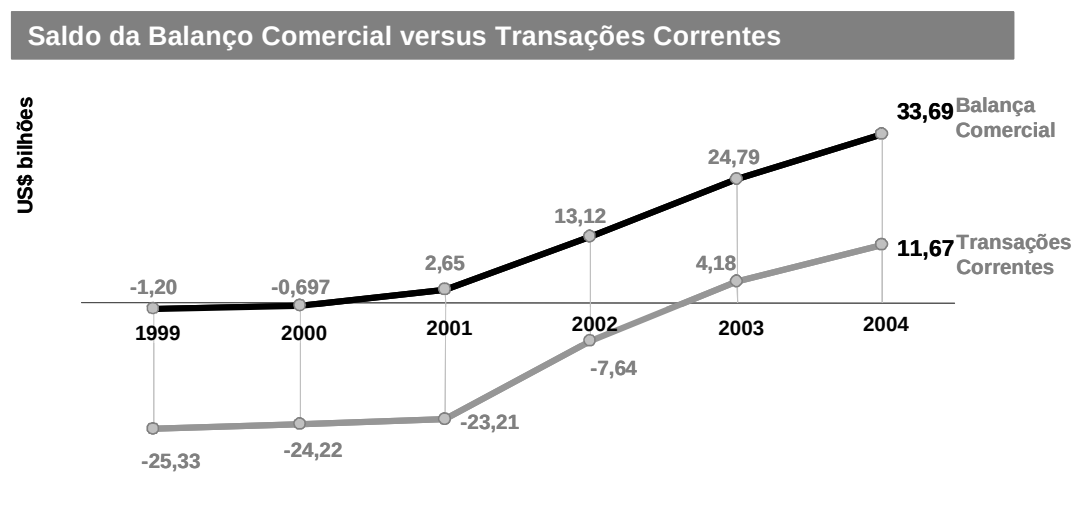
O **comércio exterior** ainda é o grande sustentáculo da economia, e seus efeitos positivos já se espalham por todo o aparelho produtivo. Graças a ele, o Brasil apresentou em 2004 um saldo positivo em transações correntes, a exemplo do que ocorreu em 2003, levando a uma redução importante da vulnerabilidade externa. O saldo das transações com o exterior, na casa dos US\$ 11,6 bilhões nunca foi tão alto.

Para se ter uma idéia do sucesso exportador brasileiro, a meta do volume de exportações para 2004, estimada em US\$ 80 bilhões, foi alcançada 2 meses antes do final do ano e as exportações fecharam em dezembro acima de US\$ 95 bilhões. O superávit comercial do ano ficou acumulado em US\$ 33,6 bilhões (ultrapassando a meta para o ano, de US\$ 32 bilhões), um recorde histórico. As exportações em 2004 cresceram 32% em relação ao ano anterior, enquanto que as importações cresceram em ritmo um pouco mais baixo, 30% em relação a 2003.

Essa tendência de aumento contínuo das importações ficou evidenciada no último trimestre de 2004. Além do crescimento da demanda por produtos importados que acompanha o crescimento econômico (as importações de bens de consumo tiveram um aumento de 30,2% no ano), outro fator que contribuiu significativamente para o aumento das importações e, ao mesmo tempo, influencia as expectativas do mercado para um saldo da balança comercial menor em 2005 é a **taxa de câmbio**. Para os exportadores, é fonte de preocupação a forte valorização do real frente ao dólar, seguindo uma tendência mundial⁶. Por outro lado, o Banco Central vem aproveitando o real valorizado para recompor suas reservas internacionais e reduzir a vulnerabilidade externa brasileira, tendo em vista uma possível não renovação do acordo de “blindagem” a crises externas que o Brasil mantém com o FMI.

⁶ No entanto, a discussão sobre a recente valorização do real tem deixado de lado outro aspecto de suma relevância: a elevada volatilidade da moeda brasileira. De acordo com análise feita pela Fiesp, de janeiro de 2000 a novembro de 2004, o real flutuou bem mais que as divisas de Reino Unido, Japão, Coréia do Sul, Chile e Argentina, entre outros. A preocupação com isso reside no fato que uma moeda muito volátil dificulta a vida de quem pretende investir, por aumentar a incerteza em relação a um dos preços mais importantes da economia. Nesses quase 5 anos, o real teve flutuação de 22%, praticamente o dobro dos 11,1% da libra, que aparece em 2º lugar. (Fonte: Valor Econômico, 28/12/04)

Há também a incógnita de como os termos de troca vão reagir à desvalorização do dólar: na segunda metade dos anos 1980, quando o dólar também experimentou desvalorização acentuada, eles pioraram, processo que na verdade já começou, com a recente queda acentuada dos preços de produtos agrícolas importantes da nossa pauta exportadora ⁷.



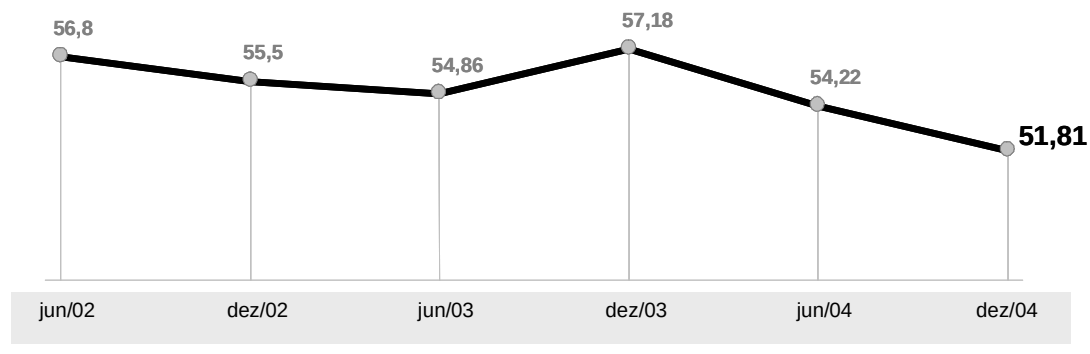
Fonte: Banco Central

Embora o dólar abaixo de R\$ 2,70 traga preocupações sobre o equilíbrio das contas externas do país, ele gera também um impacto positivo sobre a situação fiscal. A dívida líquida do setor público em relação ao PIB encerrou 2004 em 51,8%, uma queda significativa quando comparada com a relação dívida/ PIB de 57,2% de 2003. Analistas acreditam que a cada 1% de valorização do câmbio, há uma queda de 0,12 ponto percentual na relação dívida/ PIB, um dos principais indicadores de solvência de um país. Esse impacto, no entanto, já foi bem maior: em 2002, por exemplo, 1% de apreciação cambial diminuía a proporção em 0,34 ponto percentual. A explicação para tal encontra-se no fato que, nessa época, 58% da dívida líquida (que inclui a externa e a interna) era indexada ao dólar; hoje, esse percentual está na casa de 25%. Isso aconteceu em grande parte por causa da redução da parcela da dívida doméstica atrelada ao câmbio, que vem caindo fortemente desde o fim de 2002. Segundo o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, essa redução da exposição cambial do passivo do setor público é uma das principais metas que a Autoridade Monetária vem perseguindo no período recente.⁸

⁷ Segundo a seção "Política Agrícola" do Boletim de Conjuntura, IPEA (dezembro/2004)

⁸ Valor Econômico, 04/01/05.

Relação Dívida / PIB



Fonte: Banco Central

Ainda analisando as contas externas do país, um ponto negativo é o baixo crescimento do **investimento externo direto** (IED). Em 2004, os fluxos líquidos de IED alcançaram US\$18,2 bilhões, substancialmente acima dos US\$10,1 bilhões ingressados no ano anterior. No entanto, subtraindo-se desse total o montante que diz respeito a fusões e aquisições (como a fusão da Ambev com a belga Interbrew), o fluxo de IED cai para apenas US\$ 12,9 bilhões. Trata-se de um sintoma da perda de competitividade do Brasil, como destacam diversas pesquisas divulgadas. Uma delas, da A.T. Kearney, mostra uma queda do Brasil para a 17ª posição no ranking de preferências de competidores externos. A UNCTAD, por sua vez, sinaliza que o Brasil está fora do ranking global de economias que poderão atrair mais investimentos diretos estrangeiros nos próximos anos, perdendo para o México e ficando em segundo lugar na América Latina, ao lado do Chile.

Brasil cai para 57º no ranking mundial de competitividade

O Brasil caiu no ranking global de competitividade da 54ª posição em 2003 para 57ª em 2004, segundo o relatório de competitividade mundial preparado pelo World Economic Forum. O ranking leva em conta não só condições macroeconômicas de um país mas também variáveis como qualidade de instituições públicas (como a independência do judiciário ou nível de corrupção do governo) e fatores tecnológicos. O ranking deste ano é liderado, pela segunda vez consecutiva, pela Finlândia, seguida dos EUA, Suécia, Taiwan, Dinamarca e Noruega.

Competição no mundo	2004	2003
Finlândia	1	1
EUA	2	2
Suécia	3	3
Taiwan	4	5
Dinamarca	5	4
Noruega	6	9
Cingapura	7	6
Suíça	8	7
Japão	9	11
Irlanda	10	8
Brasil	57	54
Nicarágua	95	90
Madagascar	96	96
Honduras	97	94
Bolívia	98	85
Zimbabwe	99	97
Paraguai	100	95
Etiópia	101	92
Bangladesh	102	98
Angola	103	100
Chade	104	101

Fórum Econômico Mundial

No **campo fiscal**, o controle do governo sobre os gastos públicos resultou numa economia recorde de R\$ 81,1 bilhões em 2004 (equivalente a 4,6% do PIB), o melhor registrado desde o início da estabilização. Cabe destacar que o ganho financeiro obtido em 2004 superou tanto a meta acertada com o FMI (equivalente a 4,25% do PIB) quanto a meta fixada pela equipe econômica em setembro (4,5% do PIB).

No entanto, apesar de ter contribuído para quitar uma parcela maior dos juros da dívida pública, essa economia não foi suficiente para pagar toda a despesa pública. Mesmo

contando com fatores favoráveis, como a valorização do real em relação ao dólar e uma taxa média de juros inferior à registrada no ano anterior, o setor público consolidado registrou déficit nominal (receitas menos despesas) de 2,7% do PIB. Vale registrar, no entanto, que esse percentual é o menor registrado desde 1991, e encontra-se abaixo dos 3% de déficit nominal usado como parâmetro para ingresso na Comunidade Européia.

Ranking Global de Superávit Primário - 2004

Ranking	País	Superávit Primário (em % PIB)
1	Argélia	6,4
2	Turquia	5,7
3	Rússia	5,5
4	Equador	5,4
5	Bélgica	4,7
6	Brasil	4,6
7	Argentina	4,5
8	Bulgária	3,3
9	Finlândia	3,1
10	Espanha	2,8
11	Canadá	2,7

Fonte: Economist Intelligence Unit

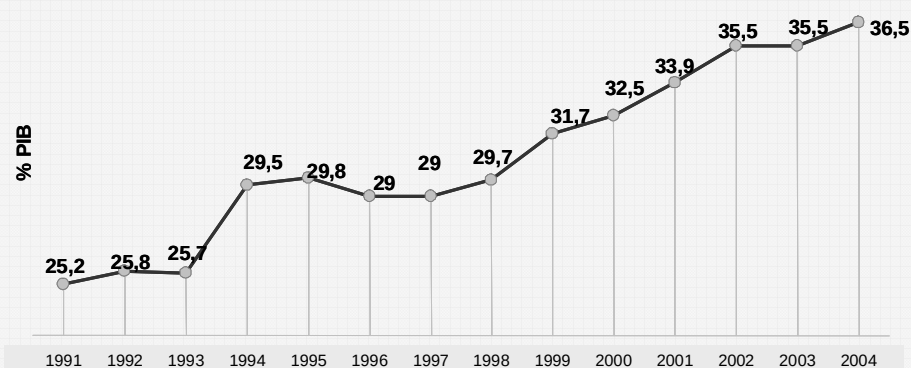
Os resultados fiscais de 2004 são positivos quando consideradas a obtenção do superávit primário e a redução da relação dívida/ PIB. Porém, esse quadro favorável é ofuscado pela trajetória de crescimento da despesa pública, principalmente daquelas de natureza recorrente (despesas de custeio). A obtenção desse superávit primário recorde, portanto, se deveu aos bons resultados da arrecadação tributária, que apresentou um forte crescimento real em relação ao ano anterior. Além disso, as receitas do governo se beneficiaram amplamente do quadro de recuperação da atividade econômica em 2004. Considerando esse aspecto, alguns analistas afirmam que a política fiscal em 2004 teve caráter expansionista, e aí entra uma certa contradição entre a política fiscal e a política monetária. De um lado, o Banco Central eleva a taxa de juros para conter a atividade econômica e evitar a inflação. Do outro, a União eleva seus gastos.

Política fiscal pró-cíclica impede queda da carga tributária

Entre os países emergentes, o Brasil apresenta uma tríade maligna em suas finanças públicas que acabam por aumentar a percepção de risco por parte dos investidores externos: i) elevada razão Dívida/ PIB; ii) excessiva carga tributária, quando comparada com países de renda per capita semelhante; iii) alto grau de rigidez do gasto público, dominadas por despesas previdenciárias e de pessoal.

Numa economia com estabilidade monetária, não há outra maneira de reduzir a carga tributária senão pela diminuição gradual e continuada da despesa pública em relação ao PIB. Nos períodos em que o PIB real cresce, como ocorreu em 2004, se o governo mantivesse constante o nível real de despesa, a razão dívida/ PIB cairia, o que permitiria a redução da carga tributária ou uma maior amortização da dívida pública. Com isso, seria possível, a médio prazo, a viabilização de uma verdadeira reforma tributária no país, tanto do ponto de vista quantitativo como, principalmente, sob a ótica qualitativa.

Evolução da carga tributária (em % PIB)



Fonte: Coluna de Gustavo Loyola no jornal Valor Econômico, 02/02/05

Como o ajuste fiscal foi feito às custas de um maior apetite tributário por parte do setor público em detrimento do corte de gastos, verificou-se em 2004 um aumento das pressões da sociedade, especialmente do setor empresarial, por uma redução da carga tributária. Como diz o professor de economia Eduardo Giannetti, “o empresariado está no limiar de uma revolta tributária”⁹. Em meio ao caos tributário atual, as próprias empresas acabam impedidas de investir porque transferem os recursos que teriam para investimentos para financiar os gastos correntes do setor público.

⁹ Em entrevista à Folha de São Paulo (23/01/05)

Caos tributário custa R\$ 20 bi às empresas

As empresas brasileiras gastaram R\$ 20 bilhões em 2004 para cumprir a burocracia exigida pelas autoridades tributárias. O Brasil faz parte hoje de um pequeno grupo de países que conta com um emaranhado tributário caro que inibe investimentos externos. Enquanto o Brasil tem 61 impostos, taxas e contribuições e uma carga tributária em torno de 36% do PIB, a China, por exemplo, tem 25 impostos em uma carga de 16,7%.

Fonte: Folha de São Paulo, 30/01/05

Em linhas gerais, **a política macroeconômica colhe os frutos da perseverança sob a forma de recuperação do crescimento e melhora de diversos indicadores de risco**, como a queda da relação dívida pública/PIB em mais de 5 p.p. neste ano e a flutuação do risco-país em patamares mais baixos. Este movimento contagia os agentes econômicos e cria um clima político capaz de conter as críticas à política econômica e às decisões impopulares do governo. Apesar da euforia do empresariado, no entanto, ainda persistem algumas desconfiças e incertezas, especialmente quanto aos mecanismos de regulação do mercado. Nesse sentido, o grande desafio da economia brasileira está justamente na agenda microeconômica.

Chile como Espelho

“(...) a palavra mágica é processo, e isso requer tempo. Nós estamos indo na direção ‘chilena’, e eles são a gente amanhã”. Economista Fábio Giambiagi em entrevista ao jornal O Globo, em 24/12/04.

O Chile vem se destacando nos principais rankings internacionais como a mais competitiva economia latino-americana. No ranking de competitividade, o Chile aparece na 29ª posição, a melhor colocação entre os chamados países periféricos (o Brasil aparece em 57º). No entanto, embora apareça na frente do Brasil em vários rankings recentemente divulgados – produtividade, competitividade, liberdade de imprensa e qualidade de vida – alguns economistas acreditam que Brasil e Chile apresentam realidades geográficas, econômicas e sociais demasiadamente diferentes para serem comparados.

Por outro lado, Gary Becker, Prêmio Nobel de Economia, alerta que na Ásia, tanto a China como a Índia decidiram seguir o exemplo dos tigres, países menores, mas que souberam enfrentar os desafios do desenvolvimento.

De fato, as reformas econômicas que perseguimos desde o primeiro governo de Fernando Henrique já foram feitas pelo Chile, num processo que começou há quase trinta anos. Segundo o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, os chilenos avançaram mais no sentido de criação do que Joseph Stiglitz chamou de ‘estruturas institucionais’ propícias ao crescimento sustentado e à redução da taxa de incertezas que afeta o investimento privado. Além disso, o Chile possui um setor público eficiente com os gastos concentrados na área social.

Isso vem possibilitando ao Chile apresentar um elevado IDH (de 0,839, 43º em 2004), conjugado a um crescimento econômico sustentado sem inflação há 20 anos. Desse período, 12 anos não apresentando déficit fiscal.

Fonte: Baseado na Coluna de Merval Pereira (O Globo), dos dias 24 e 25/12/04.

Nos últimos dias de 2004, foi divulgada a chamada agenda microinstitucional do governo. Embora sejam de suma relevância para o progresso de um país, tais reformas de origem microeconômica tendem a ser mais demoradas. Ainda que baseada em princípios gerais, em tese válidos para qualquer país, a implementação das **reformas microinstitucionais** é algo essencialmente nacional, dado o caráter também único das instituições, fruto da história, da cultura e do jogo de interesses de cada país. Essa é uma diferença em relação às reformas macroeconômicas e estruturais, que ajuda a explicar o porquê de seu maior prazo de implementação.

Nesse sentido, o texto destaca cinco áreas críticas para o mercado de longo prazo: mercado de crédito, segurança jurídica, regulação corporativa, infra-estrutura e tributação. São nessas áreas, portanto, que as reformas microeconômicas exigirão mudanças institucionais que permitam a melhoria de funcionamento das mesmas, bem como reduzirão as incertezas regulatórias que inibem o investimento em muitos setores.

Burocracia no Brasil entre as maiores do mundo

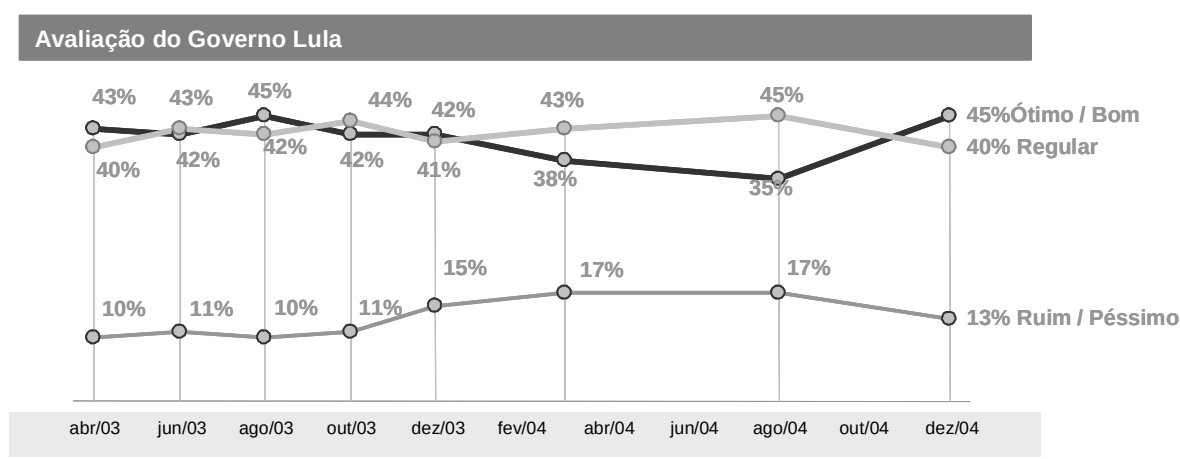
Estudo do Bird analisou o nível de burocracia em 145 países, e o Brasil ficou em último no ranking que compara a complexidade do processo de falência. No Brasil, a insolvência de uma empresa chega a levar dez anos, um processo arrastado e que consome cerca de 8% do patrimônio envolvido.

Foram analisados sete aspectos que facilitam ou dificultam a expansão dos negócios corporativos mundo afora: abertura e fechamento de empresas, contratação e demissão de funcionários, registro de propriedades, concessão de crédito, proteção a investidores e liquidação de contratos. O Bird estima que o país ganharia 2,2 p.p. a mais em seu PIB se conseguisse chegar a um nível de burocracia semelhante ao dos países desenvolvidos.

Fonte: “Doing Business 2005”, Banco Mundial

Em suma, como destaca o IPEA em seu boletim de conjuntura de dezembro de 2004, “o bom desempenho da economia em 2004 reflete as escolhas de política econômica assumidas em 2003 e mantidas desde então, combinado ao cenário externo favorável. Sua continuidade, portanto dependerá da evolução desses fatores, e, nesse sentido, o comportamento da economia internacional em 2005 aparece como a principal fonte de riscos”.

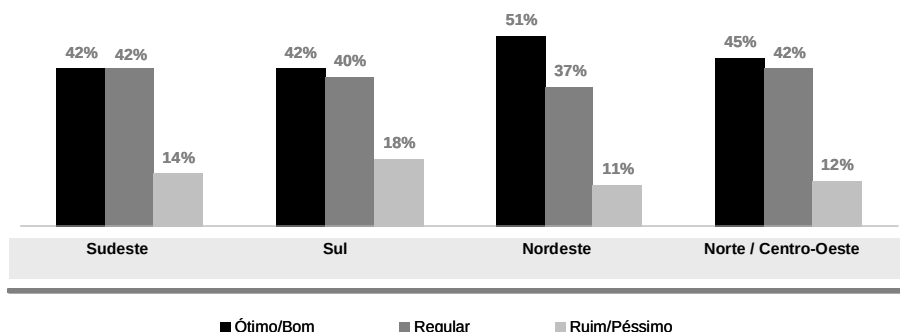
A retomada do crescimento econômico não gerou efeitos apenas no campo econômico. Na área política, a **popularidade do presidente Lula** voltou a crescer em 2004, após sucessivas quedas em 2003. Institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente registraram esse fenômeno. Segundo a pesquisa Datafolha, divulgada na última semana de dezembro de 2004, a parcela dos que consideram o Governo Lula ótimo ou bom subiu de 35% para 45%. A parcela dos que consideram o Governo como regular caiu de 45% para 40%. Já os que consideram o Governo ruim ou péssimo caiu de 17% para 13%.



Fonte: Pesquisa DATAFOLHA, dezembro de 2004

A pesquisa também revela que é na Região Nordeste que se encontram aqueles que aprovam de maneira mais firme o governo petista. Por outro lado, entre os descontentes, a maior parcela encontra-se na Região Sul. Assim, encerrou-se em agosto o inferno astral do governo que começou em fevereiro com o escândalo Waldomiro Diniz e continuou com as denúncias envolvendo altos escalões do Ministério da Saúde, segundo resultados da “Operação Vampiro”. Por trás dessa melhora na avaliação do Presidente da República, encontra-se a criação de cerca de 1,5 milhão de postos de trabalho com carteira assinada, especialmente na indústria.

Avaliação do Governo por Região



Fonte: Pesquisa DATAFOLHA, dezembro de 2004

Governo Lula versus Governo FHC

As curvas de popularidade dos governos FHC (primeiro mandato, de 1995 a 1998) e de Lula (de 2003 até hoje) mostram que o padrão de avaliação é bem semelhante. Lula tem hoje 45% de avaliação ótimo ou bom para seu governo. Nesta mesma época, em dezembro de 1996, ao completar o segundo ano de mandato, Fernando Henrique registrava 47% de aprovação.

O que diferencia é a perspectiva futura, pois a conjuntura do país hoje é diferente da de dezembro de 1996. Quando indagados qual governo é o melhor, se o de Lula ou o de FHC, 54% apontam o do petista como melhor.

O grande desafio de Lula é conseguir manter o superávit nas contas públicas num patamar alto e ainda assim fomentar investimentos com a taxa de juros elevada para conter a inflação. Até agora, a fórmula tem dado certo. Em oito anos de governo, FHC nunca teve o PIB crescendo acima de 5%, como ocorreu em 2004. Por outro lado, a vantagem comparativa de FHC era que o real valorizado agradava muito à classe média, justamente o setor da sociedade que parece mais insatisfeito hoje com Lula.

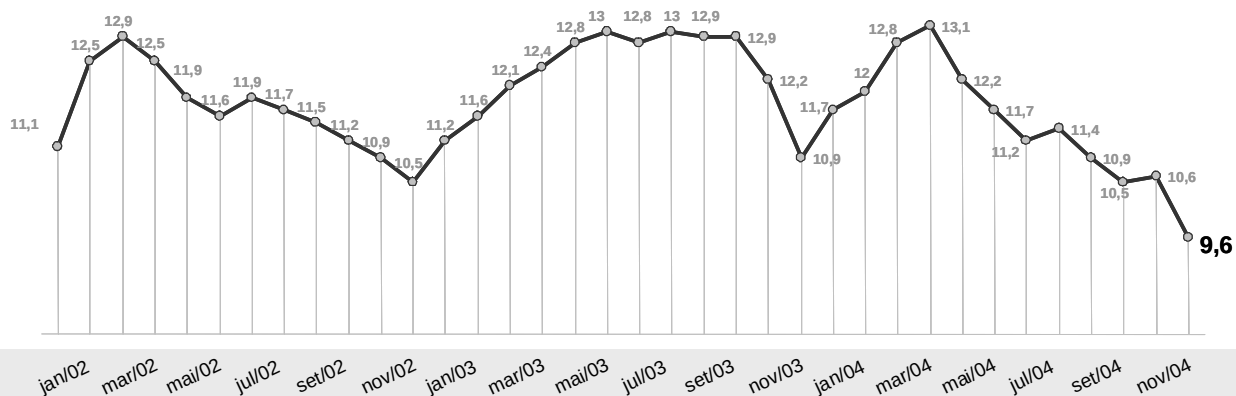
Fonte: Folha de São Paulo, 26/12/04.

O crescimento econômico evidenciado ao longo de 2004 foi responsável pelo melhor resultado do **emprego** formal desde 1992¹⁰. Ao longo do ano, foram criadas 1,5 milhão de novas vagas com carteira assinada, mais do que o dobro do saldo registrado no ano anterior, que foi de pouco mais de 645 mil vagas. Refletindo essa tendência, a taxa de desemprego fechou o ano de 2004 na casa de um dígito, a 9,6%. O desempenho dos indicadores de mercado de trabalho, no entanto, foi considerado fraco para um ano de crescimento do PIB de mais de 5%. A taxa anual média de desemprego em 2004 ficou em 11,5%, implicando em uma queda razoável em relação ao ano anterior, quando o desemprego médio ficou na casa de 12,3%, mas, ao mesmo tempo a taxa anual em 2004

¹⁰ Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged / Ministério do Trabalho).

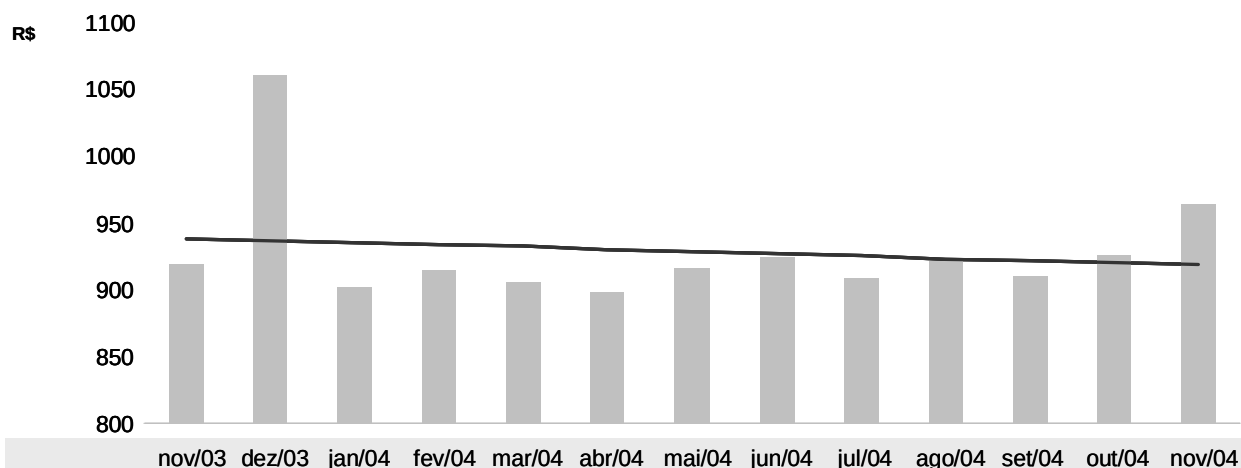
indica uma queda tímida do índice quando confrontada com a taxa obtida em 2002, quando o desemprego ficou em 11,7%.

Taxa de Desemprego Aberto



O desempenho do rendimento médio do trabalho não acompanhou o ritmo do crescimento da economia em 2004 e deixou a desejar. Ao contrário do nível de ocupação, que vem apresentando tendência de crescimento nos últimos meses, os rendimentos reais médios apresentam clara tendência de queda ao longo dos últimos anos. Em 2004, a renda declinou 1,7%, atingindo na média um valor de R\$ 924,40 ante R\$ 940,60 em 2003 e R\$ 1.070,30 em 2002.

Renda Média do Assalariado



No entanto, apesar dos resultados positivos no emprego e no campo político, 2004 continuou apresentando resultados medíocres onde mais se esperava do Governo Lula: nas **políticas e indicadores sociais**. As acentuadas dificuldades de gestão e a falta de boas inovações resultaram em uma melhora apenas marginal nos principais indicadores sociais. Apesar da unificação de certos benefícios sociais sob o nome de Bolsa Família, constata-se a ausência de controle na definição dos beneficiários, no pagamento dos benefícios e na fiscalização da contrapartida. Com isso, o Bolsa-Escola tornou-se inócuo com a unificação do cadastro, pois não existe controle sobre a presença escolar.

Dois anos de política social

O projeto Fome Zero foi a prioridade inicial do presidente Lula, como fora o Plano Real para seu antecessor. A idéia de Lula era dar um choque na miséria, comparável ao dado pelo Plano Real na inflação há quase uma década.

O Fome Zero teve como grande qualidade a capacidade de mobilizar a sociedade. Nesse aspecto, o combate à miséria habita hoje corações e mentes de brasileiros e estrangeiros de maneira mais forte do que no passado. No entanto, o programa incorreu em um grave defeito. Na ânsia de mudar, talvez em função da manutenção da política econômica do governo anterior, o Fome Zero desprezou avanços na estrutura de combate à pobreza feitos nos anos anteriores, como a chamada rede de proteção social.

Nesse sentido, concebido a partir das críticas ao Fome Zero, o Bolsa Família surgiu na busca de uma convergência de resultados, na tentativa de retomar o uso de tecnologias sociais de ponta e dar maior consistência e sistematicidade às ações do governo federal. No entanto, o Bolsa Família também tem sido objeto de críticas. Segundo algumas reportagens, elementos centrais do programa, como focalização nos mais pobres e contrapartidas sociais, como aquelas ligadas à vacinação e a frequência escolar, não estariam sendo exigidas. Em outras palavras, os gestores não estariam fazendo seu dever de casa.

Fonte: Coluna de Marcelo Cortes Néri, Valor Econômico (04/01/05)

Na área de habitação, boa parte dos programas anunciados não são implementados. Na saúde também há referências às dificuldades para realizar programas. A qualidade da educação, principal problema da agenda, ainda não conhece qualquer proposta consistente¹¹. Mas é na área de **segurança pública** que estão os problemas mais agudos, e mesmo assim não estão sendo implementadas e gerenciadas políticas claras e consistentes de combate a esse grave problema. Nesse sentido, pela primeira vez, estudo do Fórum Econômico Mundial cita a liberdade de atuação do crime organizado

¹¹ Apesar de uma leve melhora em relação à avaliação anterior, o rendimento dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa-2003) deixou o país mais uma vez entre os últimos colocados num ranking internacional de matemática, leitura e ciências.

como o grande fosso institucional a separar a sociedade e a economia brasileira das que prosperam mais rapidamente.

Gasto com saneamento é o menor em 10 anos

Apesar da arrecadação recorde em 2004, de mais de R\$ 322 bilhões, os gastos públicos com saneamento no país atingiram o menor nível em 10 anos. Nos dois primeiros anos do governo Lula, foram registrados os mais baixos investimentos em água e esgoto desde 1995.

De acordo com projeção feita pela Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais), mantido o atual ritmo de gastos públicos em saneamento, a universalização ficaria para 2038, um adiamento de 18 anos em relação à meta estabelecida.

Além disso, com a redução de investimentos em saneamento básico, a tendência é que a queda das doenças relacionadas ao saneamento, como a diarreia infantil, por exemplo, perca fôlego.

“Saneamento básico não se trata apenas de saúde pública. A falta de saneamento é uma injustiça social.” Carlos Pontes, pesquisador da Fiocruz (Folha, 16/01/05)

Fonte: Folha de São Paulo, 16/01/05

O desempenho ruim na área social parece ter contrabalançado com o crescimento da economia, de forma que as **eleições** municipais mostraram relativo equilíbrio entre as forças do governo e a oposição. Após ser campeão de votos no primeiro turno, o PT naufragou no segundo turno, indo bem apenas nas capitais menores. O partido sofreu algumas derrotas emblemáticas, como a perda na capital paulista para o PSDB e a perda em Porto Alegre, cidade que administrava há 16 anos.

O PSDB emerge das urnas como o principal partido de oposição ao governo, vencendo inclusive na maior cidade do país, São Paulo, o que confirma a força regional do governador Geraldo Alckmin. Já o PFL, passou a ser apenas a quarta força política nacional. Teve apenas uma grande vitória -com César Maia, no Rio – e não conseguiu eleger o candidato do senador Antônio Carlos Magalhães em Salvador, que perdeu por larga diferença de votos. Os partidos médios, como PDT e PPS, saem fortalecidos das urnas. As forças intermediárias se consolidaram com vitórias em Salvador, Porto Alegre, São Luís e João Pessoa e já ensaiam a formação de uma frente única de caráter esquerdista de oposição ao governo federal.

Passadas as eleições, a grande expectativa no cenário político passa a girar em torno de mais uma reforma ministerial, que já se iniciou com mudanças no Ministério da Defesa – onde o vice-presidente José Alencar substituiu José Viegas – e no BNDES, onde o ex-ministro do Planejamento, Guido Mantega, substituiu Carlos Lessa na presidência do banco. Para consolidar a reforma, o governo aguarda ainda um posicionamento mais

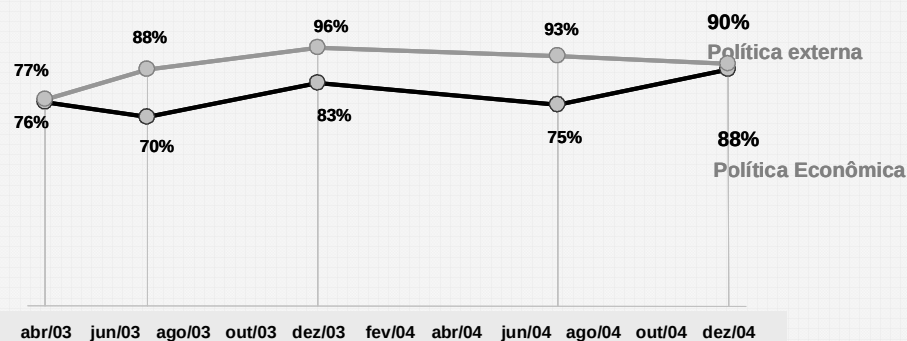
claro de forças políticas recém-aliadas, porém historicamente afastados, ao PT, como o PMDB e o PP, que encontram-se divididos entre os governistas e aqueles que defendem a adoção de uma postura independente¹². Ainda no campo político, vem ganhando visibilidade o bom desempenho da Polícia Federal no **combate à corrupção**. Já foram desmontados esquemas de corrupção que funcionavam no Ministério da Saúde (Operação Vampiro), no Tribunal de Contas da União (Sentinela), no Judiciário (Anaconda), no Incra (Faroeste), no INSS, na Receita e em estados como Rondônia, Roraima e Amapá.

Jornalistas avaliam com nota 6 os dois anos do governo Lula

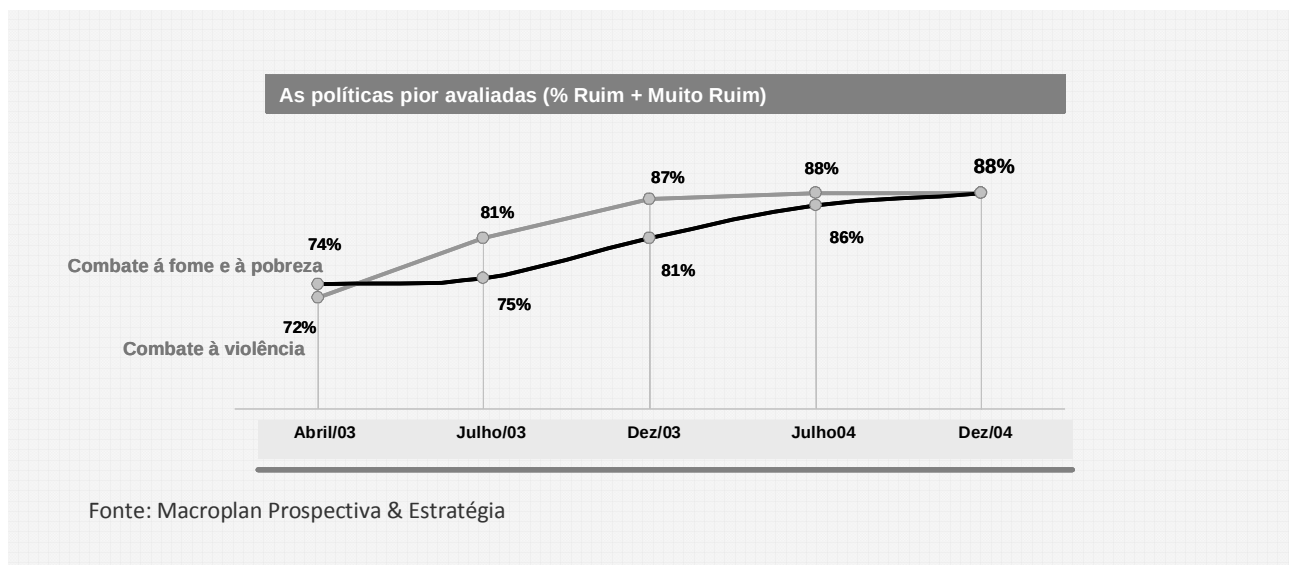
No fim do segundo ano do mandato, os profissionais de imprensa deram nota 6 - em uma escala de zero a dez - ao presidente Lula e à sua equipe, segundo pesquisa elaborada pela Macroplan Prospectiva & Estratégia. A política externa, na avaliação de 90% dos jornalistas, e a política econômica, na opinião de 88% dos entrevistados, são as áreas de melhor desempenho do Governo. Já a violência, a fome e a pobreza foram apontadas como os principais problemas do governo por 88% de jornalistas do País.

A pesquisa envolveu ainda as expectativas dos jornalistas quanto ao futuro do governo. O resultado apontou uma visão positiva no terreno da economia a curto e médio prazo, e menos otimista em relação ao enfrentamento dos problemas sociais.

As políticas mais bem avaliadas (% ótimo + bom)



¹² O início de 2005 trouxe novos e marcantes elementos para o cenário político. O governo Lula sofreu sua maior derrota no Congresso Nacional na eleição da mesa da Câmara. O candidato oficial do governo, Luiz Eduardo Greenhalgh sofreu inesperada derrota para a candidatura avulsa do deputado Severino Cavalcanti, do PP. Com isso, pela primeira vez na história do Congresso Nacional, o partido dono da maior bancada na Câmara dos Deputados, o PT, não terá um único assento na Mesa Diretora.



O Contexto Externo

No plano externo, o fato de destaque foram as **eleições presidenciais americanas**. Mesmo com o eleitorado dividido, o presidente George W. Bush conseguiu se reeleger ao convencer o eleitorado americano que “em meio a uma guerra, não é a hora de trocar de líder”. Bush venceu apesar dos problemas no Iraque, dos quais parece não haver saída rápida, e apesar do fracasso da sua administração na captura de Osama bin Laden.

Alguns acreditam que este será um mandato de consolidação, não de criação de políticas. No entanto, ninguém pode ter certeza disso, uma vez que crises imprevisíveis são detonadas. A China pode ameaçar Taiwan, por exemplo. As crises previsíveis também podem se complicar transformando-se em conflitos, ou, no caso do Iraque, em conflitos ainda piores. Além disso, a sombra de Bin Laden está sempre à espreita. No campo diplomático, Bush pode se esforçar para se reconciliar com líderes de aliados abalados como a França e a Alemanha, mas a iniciativa provavelmente não será suficiente e as relações tendem a continuar no congelador por algum tempo.

Para o analista John Dumbrell, da Universidade de Leicester, uma coisa deve mudar: não haverá novas invasões. Segundo o estudioso, o povo e o orçamento americanos não suportariam outros ataques. De qualquer forma, o maior problema para Bush continuará sendo o Iraque, embora a Al Qaeda também possa voltar ao cenário, como ocorreu no final de 2004 com o atentado contra a embaixada americana na Arábia Saudita. A estratégia de saída do Iraque é duvidosa, mas não impossível, e ela depende do estabelecimento de um governo representativo e estável no país.

O **ambiente econômico internacional**, assim como ocorreu em 2003, foi bastante favorável para o Brasil em 2004. A economia mundial apresentou seu melhor resultado

nos últimos trinta anos, crescendo em torno de 5% no ano. Nesse sentido, a economia brasileira beneficiou-se em 2004 de um cenário externo marcado pelo avanço do comércio internacional, cerca de 17% no ano, e pela alta liquidez no sistema financeiro internacional, conjugada ao baixo nível dos juros nos principais mercados globais. O cenário externo é, no entanto, a principal incógnita para 2005. Os principais riscos estão associados ao déficit em conta corrente dos EUA, à evolução de seu déficit orçamentário, à trajetória da China e ao preço do petróleo.

No que diz respeito aos EUA, o futuro da economia americana representa hoje para a economia mundial um dos principais fatores de risco e incerteza. Dados a interdependência das economias nacionais e o peso dos EUA na economia mundial, o que acontecer com a sua economia afeta o desempenho das demais. Os crescentes déficits fiscal e das contas externas, juntos perfazendo uma necessidade de financiamento da ordem de US\$ 1 trilhão ao ano, têm provocado uma contínua desvalorização do dólar frente ao euro e ao iene.

Da “exuberância irracional” aos “déficits gêmeos”

A trajetória de forte crescimento da economia dos EUA desde o início da década de 90, após a 1ª Guerra do Golfo, consolidou-se ao longo da gestão Clinton, quando o crescimento do PIB foi superior a 4% ao ano. Como efeito desse crescimento, foi consolidada a supremacia norte-americana nos âmbitos financeiro, político, militar e tecnológico. Esse processo, fortalecido pela emergência das “empresas pontocom” gerou uma euforia nas bolsas de valores, a chamada “exuberância irracional”, de acordo com o presidente do FED. A excessiva valorização das bolsas, no entanto, não encontrava contrapartidas no mundo real, e, além disso, incentivava o consumo e investimentos baseados no endividamento, então farto e barato.

Esse quadro mudou no final de 2000, com a crise nas bolsas. A economia real não passou incólume por esse processo e diminuiu significativamente sua capacidade de crescimento. Os atentados terroristas em 2001 e os escândalos das fraudes nos balanços contábeis de grandes empresas vieram agregar novos fatores de deterioração do quadro. Tudo isso provocou um crescimento da aversão ao risco nos mercados, afetando a capacidade de investimentos e de crescimento das economias.

Com o advento do governo George W. Bush e a adoção de mudanças tanto na política econômica quanto na política externa, os fundamentos macroeconômicos deterioraram-se, levando a uma inversão negativa de US\$ 750 bilhões nas contas públicas, provocada não só pelo aumento de gastos com a guerra do Iraque, mas também com a queda da arrecadação. Além disso, no lado das contas externas, o déficit em transações correntes da economia americana dobrou entre 2001 e 2004.

Fonte: Lacerda, Antonio Corrêa. “Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil”. (Saraiva, 2004)

Além disso, os EUA fecharam 2004 com um déficit fiscal estimado em US\$ 514 bilhões (cerca de 4% do PIB), e um déficit em transações correntes da ordem de US\$ 630 bilhões, o equivalente a mais de 5% do PIB. Esses números do déficit orçamentário e do déficit externo dos EUA são expressivos mesmo em se tratando da nação detentora do monopólio da emissão de dólares. Nesse aspecto, a tendência é a continuidade ao processo de desvalorização do dólar, mas isso também não pode se sustentar indefinidamente, dado os vários limitantes da economia mundial.

À Europa, por exemplo, interessa um euro forte, mas até o ponto de não inviabilizar o desenvolvimento da economia dos seus países. Da mesma forma, alguns aspectos devem ser considerados quanto ao papel dos países asiáticos no processo. Trata-se de uma situação em que os crescentes superávits dos países asiáticos, em grande parte obtidos junto à economia norte-americana, têm permitido a esses países engordarem suas reservas (estima-se que os países asiáticos possuam, juntos, cerca de US\$ 2 trilhões de reservas), com destaque para China e Japão. Grande parte desses recursos estão aplicados em títulos do Tesouro americano. Nesse sentido, a questão é se esses países adotarão a estratégia de diversificar a aplicação das suas reservas em função da desvalorização do dólar, substituindo-as pelo euro.

Dessa forma, o que ficou claro em 2004 é que torna-se essencial uma coordenação articulada entre os principais bancos centrais do mundo, no que se refere não somente às políticas cambiais, mas também monetária, no sentido de evitar uma crise pronunciada, ou, pelo menos minimizar seus efeitos no centro nervoso da economia mundial. Esse processo ilustra bem o que representa: a armadilha e o desafio da globalização, uma vez que as economias nacionais são cada vez mais independentes entre si.

Somente o crescimento não basta para ajuste fiscal nos EUA

Se não elevar a carga tributária ou cortar gastos, em 35 anos os EUA estarão pagando quase 20% de seu PIB com juros sobre sua dívida. Segundo relatório do GAO, órgão de investigação do Congresso americano, “esse problema é grande demais para ser resolvido apenas pelo crescimento econômico ou com mudanças modestas nas políticas tributária e orçamentária”.

O estudo alerta que, caso os cortes fiscais fiquem mantidos e as despesas cresçam junto com o PIB, a situação em 2040 será parecida com a de países em desenvolvimento à beira de uma crise financeira. A carga tributária de 17% do PIB só será suficiente para pagar os juros da dívida. Todas as outras despesas constituirão déficit, estimado em mais de 20% do PIB.

Fonte: GAO - Government Accountability Office, EUA

Outro fator de risco preocupante da economia internacional é o volátil e elevado **preço do petróleo** no mercado internacional (em 2004, ultrapassou a barreira dos

US\$ 50/barril), combinando riscos de queda da produção, incerteza política nos grandes exportadores do petróleo, e movimentos especulativos no momento em que os países desenvolvidos estão recompondo os estoques de inverno. No ano de 2004, os preços internacionais do petróleo acumularam alta de 34%. No entanto, após terem praticamente dobrado entre abril de 2003 e final de outubro, finalmente os preços do petróleo voltaram a cair, passando de um máximo de cerca de US\$ 56 por barril (WTI) para cerca de US\$ 48 no final de dezembro. Apesar de ser a mais forte queda desde o início da atual fase de alta, ainda é cedo para se concluir que os preços continuarão caindo ou se estabilizarão daqui para a frente. Segundo estudo feito pela Agência Internacional de Energia (AIE) e o FMI, o barril do petróleo acima de US\$ 40 reduziu o crescimento dos países industrializados em 0,4 ponto percentual. Segundo analistas da agência, o impacto sobre os países em desenvolvimento pode ter sido ainda maior.

Um dos principais fatores de preocupação no que concerne ao preço do petróleo é o fato de seu preço estar altamente sujeito a tensões geopolíticas. Nesse sentido, com o preço do petróleo diretamente vinculado aos conflitos no **Oriente Médio**, cresce também o temor de que o Iraque, com seus milhões de barris de petróleo para abastecimento da economia mundial, se transforme em um novo Vietnã. Embora tenha sido constituído um governo iraquiano provisório, aparentemente preparando uma futura retirada das tropas de ocupação, as tensões e conflitos internos se intensificaram com a reação iraquiana em várias partes do país. Ainda no Oriente Médio, a morte do líder palestino Yasser Arafat aumenta ainda mais as incertezas quanto ao já estagnado processo de paz na região.¹³

¹³ Os primeiros dois meses do ano de 2005 trouxeram novos elementos para a questão geopolítica do Oriente Médio. A eleição de Mahmoud Abbas para a presidência da Autoridade Nacional Palestina veio acompanhada de uma mudança na postura da entidade. Abbas revelou-se ao longo do processo eleitoral um crítico em relação ao que denomina “a militarização da Intifada”. Dessa forma, Abbas se conduz fundamentalmente como um negociador, divergindo, assim, de Yasser Arafat, para quem a postura revolucionária deveria ser mantida enquanto os palestinos continuassem vivendo sob ocupação estrangeira ilegal. Graças a esse caráter mais conciliador do novo líder da ANP, o premier israelense Ariel Sharon firmou um acordo de “cessar-fogo” com a ANP, reiniciando os processos de paz.

Ainda no Oriente Médio, as eleições no Iraque contaram com a participação de 58% dos eleitores registrados, e trouxeram a vitória dos xiitas. Os sunitas, que dominaram o país durante o regime de Saddam Hussein, terão poucos assentos na nova Assembléia e uma escassa influência política. Analistas acreditam que o cenário poderá alimentar ainda mais ações rebeldes, dirigidas fundamentalmente por guerrilhas sunitas que queiram expulsar as forças estrangeiras encabeçadas pelos EUA e derrubar o governo iraquiano que eles apóiam.

O velho e o novo terrorismo

O atual debate sobre o terrorismo, bem como suas implicações no terreno das liberdades civis, encontra-se contaminado pela incapacidade de distinguir dois tipos de terror.

Um é o velho terrorismo, mais conhecido por estar associado às lutas nacionalistas, freqüentemente envolvendo as chamadas “nações sem Estado”, como os casos do IRA (Irlanda do Norte) e do ETA (Espanha). Ele está ligado a objetivos específicos, de âmbito local, e somente tende a ser mais violento e devastador quando ganha tons de guerra civil, como é o caso de Israel e Palestina. Já o novo terrorismo é um produto direto da globalização, e suas metas não são locais, tendo dimensões bem mais amplas. As atividades da Al Qaeda, cujos objetivos são de natureza intrinsecamente geopolítica, constituem um exemplo clássico do novo terrorismo.

Quatro são os fatores que distinguem o “novo” do velho terrorismo. O primeiro é que as metas do novo são muito mais amplas e vagas, sendo praticamente impossível estabelecer acordos e negociações com esses grupos. O segundo fator é a capacidade organizacional, possibilitando a coordenação de ataques à distância. O terceiro é a brutalidade. Os novos terroristas podem estar prontos para matar milhares de pessoas, até mesmo milhões, se surgir a oportunidade. O quarto fator são os armamentos. Nesse aspecto, o advento da Internet permite que qualquer pessoa com conhecimento técnico e os devidos recursos possa desenvolver armas com alto potencial de destruição.

Dessa forma, em termos de mapeamento de futuros, com a emergência do novo terrorismo, pela primeira vez uma ofensiva altamente destruidora não é mais uma mera hipótese. O velho terrorismo pode ser brutal para aqueles que forem atacados, mas normalmente suas conseqüências podem ser facilmente superadas pela sociedade. O mesmo não se pode dizer de um ataque terrorista em larga escala. Bastaria uma ocorrência para que suas conseqüências fossem devastadoras.

Fonte: Revista Exame, janeiro/2005

O terceiro componente de risco para a economia global é o desempenho da economia da **China**, que cresceu em torno de 9,5% em 2005. Nesse sentido, o risco encontra-se no impacto de uma possível freada da economia chinesa, visando combater pressões inflacionárias e conter a especulação imobiliária, sobre o crescimento global.

Alguns analistas acreditam também que a economia chinesa pode se desacelerar por falta de fontes de energia para manter o atual ritmo de crescimento. De fato, o ritmo veloz da última década resultou num aumento dramático da demanda por energia, mas o país não conseguiu desenvolver fontes suficientes para supri-la. Dessa forma, para obter energia no curto prazo, os chineses farão o que for necessário e possivelmente não prestarão tanta atenção nos problemas ambientais resultantes¹⁴. Nesse aspecto, o desafio para a China seria fazer a transição dos combustíveis fósseis para uma economia

¹⁴ A China é o segundo maior emissor global de gás carbônico, e nela ficam algumas das cidades mais poluídas do mundo. (Revista Exame, janeiro/ 2005)

de energia renovável, possibilitando, assim, um crescimento ancorado em bases ambientalmente sustentáveis.

O componente positivo da economia mundial, precisamente está na retomada das negociações da **Rodada de Doha na OMC**, no segundo semestre de 2004, definindo os entendimentos e diretrizes para acordos de redução de barreiras e eliminação dos subsídios agrícolas. O acordo consolida a posição da OMC como importante instituição multilateral de comércio e consolida também o Brasil como um destacado ator no jogo político mundial, como representante dos países emergentes e grandes produtores agrícolas contra as barreiras protecionistas levantadas pelos países ricos.

No plano regional, o **MERCOSUL** vem sofrendo novos golpes, com a iniciativa da Argentina de conter as importações de produtos brasileiros da linha branca. A falta de um acordo com os credores internacionais, particularmente com o FMI, e a persistência de estrangulamentos no crédito impedem uma retomada da economia da Argentina. Nesse sentido, o desequilíbrio das condições estruturais de competitividade do Brasil e da Argentina pode inviabilizar o MERCOSUL.

América Latina: crescimento forte após duas décadas perdidas

Depois da década perdida de 80, a hiperinflação e os planos de estabilização na virada dos anos 90 e as crises cambiais do início do novo milênio, as economias da América Latina parecem ter reencontrado o caminho do crescimento com estabilidade. Em 2004, a região apresentou um crescimento do PIB da ordem de 5,5%, a maior expansão desde 1980. Esse crescimento veio acompanhado de inflação sob controle (7,7%), queda do desemprego – a taxa recuou de 10,7% para 10% - e aumento do superávit comercial (US\$ 62 bilhões).

Analistas explicam que as economias da região cresceram na esteira da explosão das cotações internacionais das commodities e da expansão do comércio global.

Comportamento do PIB da América Latina



Fonte: O Globo, 08 e 09/02/05

No entanto, quando avalia-se o desempenho da América Latina em um horizonte mais amplo, os resultados não são dignos de comemoração. Segundo estudo do FMI, ao longo dos últimos 15 anos, o crescimento econômico da região ficou abaixo do potencial e atrasou o progresso na melhoria do padrão de vida da população pobre. Em termos absolutos, o número de pobres aumentou nos últimos dez anos, quando 14 milhões se tornaram miseráveis, elevando o total para 214 milhões de pessoas – 44% da população da América Latina, sendo que 20% vivem em pobreza extrema.

O estudo do FMI cita como principais mazelas latino-americanas a emperrar o crescimento sustentado a dívida pública muito alta, a corrupção, a sofrível distribuição de renda, a obsoleta legislação trabalhista, o baixo investimento em infra-estrutura e a abertura comercial restrita.

Fonte: O Globo, 08 e 09/02/05

1.2 Brasil: No Limiar de 2005 - Balanço do 1º trimestre do ano

Internacional

Nos EUA, o presidente George W. Bush tomou posse para seu segundo mandato com o país ainda mais dividido após as eleições. Além disso, a desvalorização do dólar, principal reflexo dos desequilíbrios estruturais da economia americana, continuou sendo observada no período considerado, aumentando os temores de uma possível reedição da política do 'dólar forte'.

Bush toma posse com EUA dividido.

Já do Oriente Médio, vem um fato portador de futuro: o novo presidente da Autoridade Nacional Palestina - Mahmoud Abbas – e o premier israelense – Ariel Sharon – selaram no início de fevereiro um acordo de cessar-fogo, em mais uma tentativa de retomada de um acordo de paz. No Iraque, os xiitas foram os grandes vitoriosos nas eleições realizadas, que contou com massivo comparecimento às urnas apesar do boicote dos sunitas. A situação no país, no entanto, ainda beira à guerra civil, especialmente em virtude da intensificação dos atos terroristas.

Na América Latina, um dos destaques ficou por conta da divulgação do fim da moratória argentina, três anos depois da crise que levou o país a decretar o calote. Segundo as autoridades argentinas, a reestruturação da dívida foi um sucesso e teve a adesão de 76% dos credores nacionais e internacionais. Entre os analistas, embora todos reconheçam que este país não tinha outra saída, a maioria considera que a moratória e seu desfecho deixarão seqüelas negativas duradouras sobre a credibilidade do país e a confiança dos investidores em aplicar seus recursos na Argentina.

De fato, o principal fato do cenário internacional ocorrido neste início de ano foi a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. O acordo, cujos termos foram aprovados há sete anos atrás, teve a adesão de 141 países, entre os quais 30 industrializados. Nesse ponto, destaca-se como ponto negativo a posição do governo dos EUA, que prefere manter-se afastado do Protocolo de Kyoto, como uma espécie de guardião da poluição mundial que afeta toda a humanidade. No bojo deste acordo, o Brasil pode tirar proveito do mercado de créditos de carbono.

Sete anos após aprovação, entra em vigor o Protocolo de Kyoto

No campo político, o grande fator de destaque neste início de 2005 foi a derrota do candidato oficial do governo à presidência da Câmara dos Deputados. A derrota do petista Luiz Eduardo Greenhalgh para o candidato avulso Severino Cavalcanti (PP-PE) representou o maior revés do governo Lula no Congresso Nacional desde a sua posse. Sua eleição, assim como a do peemedebista Renan Calheiros para a Presidência do Senado, aumentou os riscos para a governabilidade nesta segunda metade do governo Lula. De fato, passadas as eleições no Congresso, ficou claro que a base de sustentação do governo, apesar de numerosa, está bastante desarticulada e com baixo índice de fidelidade, gerando incertezas quanto ao bom andamento da agenda do governo no Congresso nos próximos dois anos. Além disso, o fato consiste em um portador de futuro ao sinalizar uma gradual reorientação política do Congresso, que caminha para ter uma postura mais independente, deixando de ser uma simples prolongação do Planalto¹⁵.

Eleição de Severino confere maior derrota do governo no Congresso

O assassinato da missionária americana Dorothy Stang, no Pará, é outro acontecimento relevante que demonstra a vitalidade do chamado Brasil arcaico. Segundo o sociólogo José de Souza Martins¹⁶, a missionária foi assassinada porque “denunciou que madeireiras estavam praticando violência na sua região. Violência porque atividade econômica ilegal, baseada no lucro predatório, no esbulho e na morte... O Brasil arcaico se manifestou ainda em dois linchamentos na Bahia ... o assassinato de um PM num assentamento em Pernambuco ... (e) a insurgência que elegeu Severino Cavalcanti bem nos diz o quanto o Brasil arcaico tem interesses políticos organizados.”

O caso do Pará levou o presidente Lula a lançar um pacote visando coibir a violência e o desmatamento. Serão criadas no Pará duas unidades de conservação de florestas. Com isso, a intenção do governo é sinalizar seu empenho na resolução dos conflitos rurais, mediando os interesses conflitantes entre os diferentes agentes que atuam na região. O mais provável que ocorra, no entanto, é que, infelizmente, como tem acontecido nas últimas décadas, muitas outras mortes aconteçam.

Esse Brasil arcaico também se faz presente na má gestão do dinheiro público pelas autoridades responsáveis. A crise da saúde no Rio de Janeiro, onde foi decretado estado de calamidade pública em virtude do estado precário dos hospitais municipalizados sob intervenção do governo federal, é uma situação que encontra paralelo pelo país afora. Essa situação nos remete a um outro assunto de suma relevância para o bem-estar dos

¹⁵ De fato, a eleição de Severino também traz um risco de cunho fiscal. De acordo com reportagem do jornal O Globo (18/03/05), em apenas um mês à frente da presidência da Câmara, já foram aprovados em 1ª votação projetos que devem resultar num impacto financeiro de quase R\$ 30 bilhões nas contas públicas.

¹⁶ A vitalidade do Brasil arcaico. In Estado de São Paulo, caderno “Aliás”, 20/02/2005, p.J3.

brasileiros: a gestão eficiente e eficaz dos recursos arrecadados pelas três esferas de governo.

Nesse aspecto, um dos principais instrumentos para uma gestão saudável dos recursos públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, se viu diante de uma grande polêmica neste início de ano em decorrência da adoção de uma interpretação mais flexível do Ministério da Fazenda no que concerne aos limites e sanções ao endividamento público excessivo. Segundo o Tesouro Nacional, até 2016, os Estados e municípios que descumprirem os limites de endividamento serão proibidos apenas de contratar novos empréstimos, mas poderão continuar recebendo transferências da União, ao contrário do que se imaginava. As punições aos maus gestores também só passam a valer após 2016. Segundo o economista José Roberto Afonso, um dos autores da lei, a flexibilização da interpretação é um “estímulo à irresponsabilidade” dos governadores e prefeitos¹⁷.

Mas nem a derrota na Câmara nem as últimas notícias de violência chegaram a abalar a popularidade do Presidente Lula. Pesquisa da CNT/Sensus divulgada no final de fevereiro mostra uma ligeira alta na popularidade do presidente entre o último levantamento e o atual. De acordo com a pesquisa, a popularidade do presidente subiu de 65,5% em dezembro de 2004 para 66,1% agora. Já a aprovação do governo sofreu pequena queda, de 44,5% para 42,6%.

Acresce-se a isso que o mercado de trabalho continua trazendo boas notícias neste início de ano. O desemprego, que fechou o ano de 2004 na casa de um dígito (9,6%), continuou mostrando sinais de queda. A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, termômetro do ritmo da produção nacional, caiu para 9,9% em janeiro, uma ligeira queda quando comparada aos 10% no mês anterior, mas significativa quando comparada aos 11,9% de janeiro de 2004.

No entanto, três fatos recentes podem afetar os cenários de curto prazo.

O primeiro diz respeito à intensificação das críticas à política econômica, mais uma vez oriundas de integrantes do próprio governo (o chamado ‘fogo amigo’), como o vice-presidente José Alencar e o Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini.

Outro fato relevante, portador de futuro, foi a forte reação da sociedade, saturada com a elevada carga tributária no país, contra a Medida Provisória 232, que aumenta a base de cálculo da CSLL e IRPJ sobre as empresas prestadoras de serviço. No dia 15 de fevereiro passado, 1.111 entidades promoveram, em São Paulo, uma das maiores manifestações que se tem notícia contra o aumento de impostos. Fenômeno assim destacado por Gilberto Dimenstein¹⁸: “Há algum tempo, nota-se no país um movimento

¹⁷ Valor Econômico, 16/03/05

¹⁸ Brasil com chantilly, in Folha de São Paulo, 20/02/2005, p. C10.

de rebelião contra essa mistura de aumento de impostos com desperdício de recursos públicos”. Para concluir mais adiante: “A agenda que vai acabar ... encantando o brasileiro é simples: gastar menos e melhor”. Depois disso, o governo começou a dar fortes sinais que vai recuar nos principais pontos da MP.

Economia

Neste terreno, o grande destaque fica por conta da declaração feita pelo Ministério da Fazenda de que o Brasil não renovará o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Isso significa que o país ficará pela primeira vez sem acordo, desde 1998. No entanto, ainda no que diz respeito ao FMI, o acontecimento de maior importância foi o seu aval técnico para o projeto-piloto que autoriza investimentos em infra-estrutura com recursos que seriam utilizados para pagar juros da dívida pública. Serão quase R\$ 9 bilhões em três anos de experiência, que beneficiarão principalmente o setor de transportes. A análise deste fato comporta duas leituras. Por um lado, analisando friamente o aspecto contábil da questão, conclui-se que, ao reduzir o montante de superávit primário e aumentar a necessidade de financiamento da dívida pública, o projeto implica em aumento do déficit nominal e deterioração das contas públicas. Por outro lado, uma análise política da questão permite observar que, ao avalizar o projeto, o Fundo sinaliza aos mercados plena confiança na capacidade do governo brasileiro aplicar bem os recursos arrecadados. Segundo nota emitida pelo FMI, o projeto-piloto tem potencial para ajudar a economia brasileira a crescer com um regime fiscal sustentável e consistente.

FMI dá aval para exclusão dos investimentos em infra-estrutura no cálculo do superávit primário

Já o Comitê de Política Monetária do Banco Central continuou dando seqüência à política monetária austera, aumentando a taxa básica de juros em 0,5% em cada uma das duas reuniões do ano. Mas, ao que tudo indica, este movimento ascendente está próximo ao fim. De fato, o que parece relevante são análises recentes de especialistas indicando uma possível relação conflituosa entre a política monetária (com o Banco Central elevando juros visando reprimir a demanda agregada e alcançar as metas de inflação) e a política fiscal (expansionista, especialmente no que se refere aos gastos de custeio). Além disso, a eficácia da política monetária tem sido posta em xeque em decorrência da ampliação das operações de microcrédito no país. Nesse aspecto, o aumento dos juros não estaria gerando o efeito esperado sobre a oferta de crédito, forçando a Autoridade Monetária a aumentar cada vez mais a dose do ‘remédio amargo’, visando atingir seu objetivo¹⁹. Além da condução da política monetária, a equipe econômica

Real se valoriza e exportadores começam a sentir efeito no bolso.

¹⁹ Essa relação conflituosa entre os instrumentos de política econômica utilizados é abordada no excelente artigo “Feito e desfeito”, da economista Miriam Leitão, publicada na coluna Panorama Econômico em *O Globo* de 16/03/05.

também foi alvo de críticas após o corte de R\$ 15,9 bilhões em gastos de investimento e custeio no Orçamento da União para 2005. Os ministérios que sofreram os maiores cortes, pivôs das reclamações, foram aqueles ligados à área social.

De onde continuam a vir boas notícias é do comércio exterior, que prossegue dando sinais de força. O superávit comercial verificado em janeiro foi o melhor da história já registrado no mês e, em março, o saldo comercial já ultrapassa os US\$ 7 bilhões. Além disso, as vendas externas anualizadas em fevereiro bateram a marca histórica dos US\$ 100 bilhões. Apesar disso, um sinal de alerta começa a ser emitido no início deste ano dada a grande valorização do real. As empresas exportadoras, que vêm garantindo lucros recordes e saldos inéditos na balança comercial, começaram a sentir os efeitos da valorização do real e podem ter de refazer seus orçamentos para 2005 se a moeda não der sinais de enfraquecimento nos próximos meses.

Outra boa notícia é a sanção da nova lei de falências, que passa a vigorar em junho, o que é uma indicação de progresso na agenda microeconômica. Mas também há más notícias: nem o projeto de autonomia do Banco Central, defendido pela equipe econômica, nem a proposta de desoneração da folha de pagamento foram eleitas como prioridades do governo para 2005.

Em síntese, são esses os elementos da conjuntura recente com maior potencial de impacto sobre o futuro do Brasil a curto e médio prazos. Cabe agora começar a explorar os condicionantes do futuro do país neste horizonte, a começar pelos fenômenos de maior previsibilidade. Este é o objeto do capítulo a seguir.

Painel de Indicadores do Brasil: 1994 - 2004

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Economia											
Taxa de crescimento do PIB (em % ao ano)	5,9	4,2	2,7	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	5,3
Dívida Líquida do Setor Público (em % PIB)	30,0	30,6	33,3	34,4	41,7	48,7	48,8	52,6	55,5	57,2	51,8
Taxa de câmbio (R\$ por US\$)	0,85	0,97	1,04	1,12	1,21	1,79	1,96	2,32	3,55	2,89	2,65
IPCA (em % acum ano)	916,5	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6
Saldo Comercial (em % PIB)	1,9	-0,5	-0,7	-0,8	-0,8	-0,2	-0,1	0,5	2,6	5,0	5,6
Saldo de Transações Correntes (em % PIB)	-0,3	-2,6	-3,0	-3,8	-4,2	-4,7	-4,0	-4,6	-1,5	0,8	1,9
Risco-Brasil (em pontos-base, fim de período)	nd	1.070	703	470	770	987	725	898	1.333	859	557
Investimento Estrangeiro Direto Líquido (em % PIB)	0,4	0,6	1,4	2,4	3,7	5,3	5,4	4,4	3,3	2,0	3,0
Reservas Internacionais (em US\$ bilhões)	38,8	51,8	60,1	52,2	44,6	36,3	33,0	35,9	37,8	49,3	52,9
Carga Tributária Bruta (em % PIB)	29,5	29,8	29,0	29,0	29,7	31,7	32,5	33,9	35,5	35,5	36,5
Social											
Taxa de Desemprego Aberta (% fim de período)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	10,6	10,5	10,9	9,6
Salário Mínimo (em R\$ correntes)	70,00	100,00	112,00	120,00	130,00	136,00	151,00	180,00	200,00	240,00	260,00
Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza (em % população total)	nd	35,08	34,72	35,18	33,97	35,26	nd	35,13	31,27	nd	nd
Crimes por 100 mil habitantes	nd	nd	nd	1.755	1.500	1.500	1.400	2.977	3.251	3.792	nd
Política											
Popularidade do Presidente (% bom + ótimo, Datafolha)	41	41	47	37	35	16	24	24	26	42	45
Internacional											
Taxa de crescimento do PIB Mundial (em % ao ano)	3,8	3,6	4,1	4,2	2,8	3,7	4,7	2,4	3	3,9	4,6
Cotação do Petróleo (média anual, em US\$ por barril)	17,7	19,5	25,9	17,6	12	25,6	26,8	19,8	31,2	35,5	43,4
nd - dado não disponível											

Fontes: Banco Central, IPEADATA, DATAFOLHA, Ministério da Justiça, FMI, Banco Mundial

Capítulo 2

Brasil: os Invariantes – o que Não Muda, Muda Pouco ou é Muito Previsível até 2006

Embora o futuro seja a moradia privilegiada da incerteza, há um conjunto de fenômenos ou situações que já estão postos e, por força da inércia, são de alta previsibilidade num dado horizonte de tempo.

A Macroplan supõe como **invariantes** as seguintes situações ou tendências relativas ao Brasil no horizonte 2005-2006:

1. **Baixo nível de escolaridade e capacitação da população** – o Brasil apresenta limitações importantes na competitividade internacional por conta do baixo nível de escolaridade e de capacitação da população e dos trabalhadores, fatores estruturais que demandam tempo e investimentos pesados para serem equacionados. Mesmo que se ampliem os gastos educacionais, nos próximos anos, haverá um prazo de maturação estrutural para que o Brasil se situe num patamar satisfatório de escolaridade e capacitação.

A Coreia como paradigma

A Coreia do Sul e o Brasil já foram países bastante parecidos. Em 1960, eram típicas nações do mundo subdesenvolvido, atoladas em índices socioeconômicos calamitosos e com taxas de analfabetismo que beiravam os 35%.

Hoje, passados quarenta anos, um abismo separa as duas nações. A Coreia exibe uma economia fervilhante, capaz de triplicar de tamanho a cada década. Sua renda per capita cresceu dezenove vezes desde os anos 60, e a sociedade atingiu um patamar de bem-estar invejável. Os coreanos praticamente erradicaram o analfabetismo e colocaram 82% dos jovens na universidade. Já o Brasil mantém 13% de sua população na escuridão do analfabetismo e tem apenas 18% dos estudantes na faculdade. Sua renda per capita é hoje menos da metade da coreana. Em suma, o Brasil ficou para trás e a Coreia largou em disparada. Por que isso aconteceu? Porque a Coreia apostou no investimento ininterrupto e maciço na educação – e nós não. Enquanto os asiáticos despejavam dinheiro nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sistemática e obstinadamente, o Brasil preferia canalizar seus minguados recursos para a universidade e inventar projetos mirabolantes que viravam fumaça a cada troca de governo. Diante disso, com a volta dos debates sobre a sustentabilidade do crescimento da economia brasileira, devemos olhar para o exemplo coreano. Lá, a formação de cérebros é o principal motor de sua economia.

Fonte: Revista Veja, fevereiro de 2005

2. **Elevado custo Brasil, burocracia excessiva e baixas eficácia e eficiência do setor público em face de padrões internacionais** - O excesso de burocracia e a ineficiência da máquina pública consomem cerca de 5% do PIB brasileiro, o que corresponde a uma perda de US\$ 25 bilhões todos os anos. Esta afirmação foi feita pelo Ministro Luiz Fernando Furlan durante a divulgação de pesquisa do Banco Mundial (*“Doing Business – 2005”*, resultado preliminar), que coloca o Brasil entre os piores lugares do mundo onde se manter uma empresa²⁰. Dessa forma, mesmo que avance a agenda de reformas microinstitucionais, alguns destes entraves estarão presentes independentemente do cenário em vigor. Isso é explicado pelo fato de que o alcance de resultados da maioria das reformas microeconômicas exige mudanças culturais e institucionais cujos efeitos só acontecem a médio e longo prazos, sendo mais demorados do que as mudanças de caráter macroeconômico.

Nível de burocracia no mundo: comparação entre países

Estudo do Banco Mundial analisando o nível de burocracia em 145 países revela que o Brasil aparece nas piores posições dos respectivos rankings elaborados por categoria. A seguir, alguns exemplos:

Número de procedimentos para abertura de empresa

Ranking	País	Número de procedimentos
141	Bielorrússia	16
142	Brasil	17
143	Paraguai	17
144	Uganda	17
145	Chade	19

Enquanto isso, na Austrália, Canadá e Nova Zelândia, os primeiros do ranking, são necessários apenas 2 procedimentos para abrir uma empresa.

²⁰ (O Globo, 24/08/04, Economia, p.23)

Número de procedimentos para registro de propriedade

Ranking	País	Número de procedimentos
141	Grécia	12
142	Brasil	14
143	Etiópia	15
144	Argélia	16
145	Nigéria	21

Enquanto isso, Suíça e Noruega, os primeiros do ranking, demandam apenas um único procedimento para registro de propriedade.

Fonte: Relatório “Doing Business 2005”, Banco Mundial

3. **Alto endividamento público (relação dívida/PIB)** – mesmo com a austeridade macroeconômica que leve a uma tendência de declínio da relação dívida/PIB, esta deverá ainda permanecer em patamares elevados, constituindo um grande absorvedor da poupança nacional, com impactos negativos nas taxas de investimento. Além disso, além da reforma da Previdência não ter sido ainda completada, existem pendências judiciais relativas à cobrança dos inativos que, dependendo da definição do STF poderá desmontar parte importante da criação de receita adicional para equilibrar o sistema. A elevada dívida e, por conseguinte, a reduzida poupança pública constituem um grave estrangulamento pelo que compromete a poupança das famílias e pelas exigências de geração de superávits primários. Mesmo com avanços importantes nas condições macroeconômicas, como a redução das taxas de juros, a retomada do crescimento econômico, e a diminuição dos déficits da Previdência, nos primeiros anos o Brasil ainda terá que conviver com um endividamento relativamente alto.
4. **Elevada carga tributária** – a carga tributária no Brasil alcança mais de 35% do PIB. Temos um dos mais elevados apetites tributários do mundo, atrás apenas dos chamados “Estados de bem-estar social” do norte europeu, da Grã-Bretanha e da Itália. Nesse aspecto, o Brasil deve padecer ainda, nos próximos anos, de uma carga tributária elevada, mesmo que seja realizada uma reforma para a simplificação e desoneração da produção, na medida em que o governo precisará alcançar altos superávits primários e tem uma grande dificuldade para reduzir mais ainda os gastos públicos. Esta carga tributária tende a comprometer a poupança e o consumo domésticos, dificultando os investimentos e, portanto, o crescimento sustentado da economia.

Brasil tem arrecadação de país desenvolvido

Enquanto o Brasil tem 61 impostos, taxas e contribuições e uma carga tributária em torno de 36% do PIB, a China, por exemplo, tem 25 impostos e uma carga de 16,7%. No México, o peso dos impostos não chega a 20%.

O Brasil está também na contramão dos países desenvolvidos, como EUA e Grã-Bretanha, que têm procurado estabilizar ou mesmo diminuir a carga tributária sobre o setor produtivo.

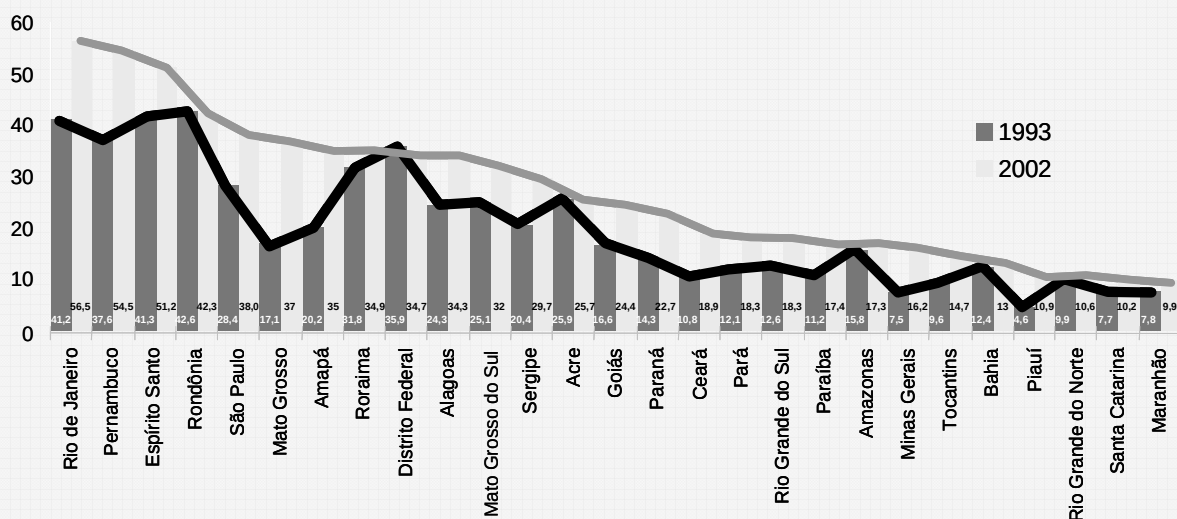
Carga Tributária em % do PIB	
Brasil	36,5%
Grã-Bretanha	35,3%
EUA	25,4%
México	19,5%
China	16,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

5. **Violência e insegurança pública** – o Brasil é um dos países com mais alta taxa de violência e criminalidade, incluindo corrupção, reduzindo a qualidade de vida e a paz social e comprometendo a competitividade da economia brasileira. Segundo o Ministério da Saúde, a contribuição das armas de fogo para mortes por causas externas aumentou em 22 das 26 capitais brasileiras nos últimos 10 anos, e o Fórum Econômico Mundial já inclui liberdade de atuação do crime organizado como o grande fosso institucional a separar a sociedade e a economia brasileira das que prosperam mais rapidamente. Embora possam ser feitos esforços importantes para enfrentamento da criminalidade, os resultados costumam ser lentos e não devem alterar o problema, de forma significativa, no horizonte de 2006. Para se ter uma idéia, de acordo com a OMS, a violência no Brasil gera um custo social de 10,5% do PIB, além de se concentrar na população jovem.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

E este crescimento é generalizado praticamente em todo o país



Fonte: Ministério da Justiça

6. **Desigualdade** - a desigualdade na distribuição de renda no Brasil o deixou na quarta posição entre os países mais desiguais do mundo, atrás apenas de Namíbia, Lesoto e Serra Leoa, todos na África subsaariana, continente com os piores indicadores sociais do mundo. O ranking faz parte do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, que analisa as condições de bem-estar social em 177 países. Em outra medida de desigualdade, o Índice de Gini, o Brasil ficou entre os sete piores de 177 países. O índice é de 0,597 (quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição de renda). Na outra ponta está a Hungria, com 0,244. Dessa forma, mesmo que se ampliem os gastos na área social, nos próximos anos, haverá um prazo de maturação estrutural para que o Brasil se situe num patamar satisfatório de distribuição de renda.

Brasil tem a pior distribuição de renda na América do Sul

O Brasil tem hoje o maior índice de desigualdade na distribuição de renda entre os países da América do Sul, revela estudo feito pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o estudo, a desigualdade de renda no Brasil também supera a de outros países latinos, como México, Nicarágua e Honduras.

No ranking de desigualdade com países latinos, o Brasil aparece como o país com o maior índice de Gini, que vai de 0 a 1. Zero significaria que cada um dos habitantes de um país teria renda idêntica, numa situação ideal. Dessa, forma, quanto maior o índice, maior a desigualdade. Na tabela de países, o Brasil aparece com índice perto de 0,60, segundo dados de 2002. O vizinho Uruguai, por exemplo, tem índice de 0,46 - o menor entre os 18 países avaliados. Na segunda posição do ranking ficou a Argentina, com índice de 0,59. Nos Estados Unidos, o índice de desigualdade é de 0,38.

Fonte: Panorama Social de América Latina, Cepal (2004)

7. **Solidez e elevado desempenho do sistema bancário** - com o Plano Real os bancos brasileiros se depararam com uma nova realidade diante da perda da receita inflacionária que obtinham, expondo uma série de ineficiências na indústria bancária nacional. Observou-se a partir daí uma corrida rumo ao aumento da produtividade através de investimentos pesados em novas tecnologias de informação. Paralelamente, visando fortalecer o sistema, o Banco Central criou um programa de reestruturação do setor bancário (PROER), que levou à consolidação, fechamento e liquidação de muitos bancos privados no país e também facilitou a entrada de instituições bancárias estrangeiras. Hoje, os bancos brasileiros são comparáveis aos americanos em tamanho do ativo como proporção do PIB, embora ofereçam apenas metade dos empréstimos em relação ao mesmo indicador. Nesse sentido, observa-se clara tendência que a Autoridade Monetária continue priorizando nos próximos anos a administração do risco sistêmico em detrimento da livre concorrência, formando um sistema bancário forte e concentrado.

Existe competição na indústria bancária brasileira?

Atualmente, os bancos brasileiros são comparáveis aos americanos em tamanho como proporção do PIB, embora ofereça apenas metade dos empréstimos em relação ao PIB.

Indústria bancária no Brasil e no mundo		
	Empréstimos / PIB	Ativo / PIB
Brasil	24,8	77,1
Argentina	21,4	57,4
México	21,6	25,0
Chile	70,0	98,4
EUA	45,3	77,3
Japão	84,7	142,0
União Européia	103,7	258,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, dados de 2000

Nesse sentido, podemos observar que, mesmo tendo um sistema bancário maior que o argentino e o mexicano – mais de três vezes maior que o México em termos de ativos em relação ao PIB – o Brasil oferece a mesma proporção de empréstimos em relação ao PIB. Já o Chile, mesmo possuindo um sistema bancário maior que o brasileiro, apresenta uma relação entre empréstimos e ativos em relação ao PIB maior que 2/3, superior ao sistema bancário brasileiro, que apresenta mesmo índice inferior a 1/3.

Dessa forma, observa-se que, embora sejam altamente lucrativos, os bancos brasileiros são menos eficientes que outros bancos latino-americanos, norte-americanos, japoneses e europeus. A origem dessa ineficiência estaria diretamente correlacionada à estrutura de mercado oligopolista onde opera a indústria bancária nacional, levando os bancos brasileiros a auferirem ganhos adicionais ao utilizar seu poder de mercado. De fato, economias de escala foram conquistadas desde meados dos 90 com o plano de estabilização monetária, porém, quando nos deparamos com a baixa oferta de crédito praticada pela indústria bancária nacional combinada aos elevados spreads bancários registrados no mercado, podemos concluir que não houve repasse desses benefícios aos tomadores de empréstimos.

Em linhas gerais, a onda de mudanças que o sistema financeiro brasileiro experimentou em paralelo às mudanças estruturais na nossa economia, como a queda da inflação e uma maior regulação do sistema, parece ter cumprido o papel de fazer com que o setor se concentrasse por aqui, porém sem termos a certeza de que os ganhos de produtividade com essa nova organização tenham sido transferidos para o público.

Fonte: BELAISCH, Agnès (2003). “Do Brazilian Banks Compete?” Fundo Monetário Internacional, IMF Working Paper nº 113.

8. **Solidez das instituições democráticas e eleições livres** - é evidente que, nos últimos quinze anos, sobretudo a partir da Constituição de 1988, o Brasil

consolidou o compromisso de fortalecer a democracia e avançou em conquistas para a estabilidade das instituições. Fatos estes comprovados a partir da realização de eleições livres, diretas e periódicas, com o melhor sistema de votação eletrônica do mundo, e também pelo processo pacífico de transição de mandatos. Somados a isso, temos a liberdade de imprensa, o fortalecimento do Ministério Público e a ampla garantia da manifestação de pensamento. É inegável a evolução da democracia brasileira que, aos poucos, tem produzido abolição do “cabresto” e alternância no poder. A democracia no Brasil fica mais forte a cada voto, e essa é uma tendência que vai continuar nos próximos anos.

9. Manutenção de nichos econômicos e capacidades mundialmente competitivas

- na dimensão nacional, algumas indústrias passaram por profundas transformações na década de 1990, sendo que a abertura comercial desde o final dos anos 1990, combinada com as medidas do Plano Real em 1994, contribuíram fortemente para estas mudanças. Diante da competição dos produtos importados, tais indústrias investiram maciçamente em modernização e tecnologia, visando a ter incrementos em sua produtividade. Hoje, alguns setores - como a agroindústria e a siderurgia, por exemplo – apresentam elevada produtividade e baixo custo unitário de seus produtos, o que os torna competitivos em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, deve-se salientar como elemento central dessa invariante a excelente capacidade de gestão de alguns integrantes do setor privado brasileiro, e essa é uma tendência que deve permanecer nos próximos anos independente do cenário em vigor.

Brasil, potência agrícola

Em linhas gerais, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro sustenta-se no tripé tecnologia, modernização e capacidade empresarial. Além disso, o Brasil possui 22% da área agricultável no mundo, o que corresponde a 106 milhões de hectares de terras para incorporar ao mapa agrícola (equivalente ao território da França e da Espanha somados). Com isso, o Brasil possui uma das últimas grandes reservas de terras férteis do planeta, o que tende a aumentar ainda mais a competitividade internacional da fronteira agrícola na região central do país.

O quadro abaixo compara como é usada a terra e as áreas ainda disponíveis para agropecuária no Brasil e nos Estados Unidos. Nele, podemos observar que o Brasil ainda tem uma área livre com quase o mesmo tamanho de toda a área cultivada pelos americanos.

Potências agrícolas (em milhões de hectares)		
	EUA	Brasil
Plantio de grãos	140	40
Pastagens	320	220
Área disponível para agropecuária	0	106

Fonte: Revista Veja, setembro de 2004

10. **Ampliação das cobranças e exigências da sociedade por resultado** – passado o segundo ano do Presidente e dos Governadores de Estado, deverão intensificar-se as cobranças de resultados na economia e na vida social. Especialmente aqueles prometidos durante a campanha eleitoral e na proporção das expectativas criadas pela mudança política gerada com a ascensão do PT ao poder no Brasil. Estas já foram manifestadas neste ano, durante eleições municipais. A tendência é que, ao longo dos próximos anos, na medida em que nos aproximamos do final do mandato e das novas eleições presidenciais, essas cobranças e exigências da sociedade se ampliem e generalizem. Nesse sentido, um fenômeno recente que faz parte desta tendência é a forte manifestação do empresariado e prestadores de serviços contra a Medida Provisória 232, que aumenta a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para empresas prestadoras de serviços.

Menos imposto, mais resultado

Representantes de cerca de 500 entidades prestadoras de serviços se reuniram em São Paulo para protestar contra a edição da MP 232 que aumenta a tributação para o setor. Além disso, técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) começam a divulgar uma cartilha com os principais reflexos econômicos e sociais da MP. Pelos cálculos do instituto, o governo arrecadará cerca de R\$ 2 bilhões a mais por ano com a edição da Medida Provisória. Conseqüentemente, o IBPT projeta que a aprovação da MP pode gerar um aumento da ordem de 3,5% no preço final de alguns produtos e serviços.

De fato, esse aumento da pressão de empresários e prestadores de serviços contra a MP 232 reflete que a sociedade brasileira já se encontra saturada com a carga tributária extremamente elevada que vigora no país. Com isso, aumentam as reivindicações dos brasileiros por menos imposto e mais resultado.

Fonte: Valor Econômico, 25/02/05

Capítulo 3

Brasil: Incertezas Críticas e Cenários para o Horizonte 2005-2007

Nos capítulos anteriores revisitamos o passado recente e mapeamos os fenômenos ou fatores inerciais que condicionam o futuro do Brasil nos próximos anos. Cabe agora, focalizar as principais incertezas e combiná-las em cenários alternativos.

Nos dias de hoje, a principal incerteza que tem dominado os debates relativos ao futuro da economia do nosso país, a curto e médio prazos, é a seguinte: **o Brasil entrará ou não numa trajetória de crescimento sustentável?**

Na verdade, esta incerteza básica depende da combinação de diversas **incertezas** de menor ordem, internas e externas ao país.

Externamente, são relevantes as incertezas relativas aos desdobramentos do conflito no Iraque (com sua influência nos preços do petróleo) e o tratamento do governo americano em relação aos chamados “déficits gêmeos”, a liquidez internacional (que depende do comportamento do dólar e a reação do FED aos desequilíbrios cambial e fiscal) e, finalmente, o desempenho da economia mundial em geral e particularmente da China, influenciando a demanda dos produtos brasileiros de exportação.

Já no **plano interno**, as principais incertezas estão relacionadas à condução da política econômica, à administração das disputas políticas dentro e fora da base de sustentação do governo federal e à definição das regras do investimento privado em segmentos estratégicos (PPP e marco regulatório do setor elétrico).

Um mapeamento sumário dessas incertezas é essencial para a construção de cenários e prospecção dos futuros do país. É o que está feito a seguir.

São cinco as incertezas críticas mundiais cuja evolução futura tem maior impacto sobre o Brasil:

1. **Orientação política dominante nos Estados Unidos** – em princípio, a confirmação de George W. Bush na Presidência dos Estados Unidos sugere a continuidade das políticas econômica e externa do país, hoje dominada pelo militarismo. Entretanto, considerando a divisão interna no país (praticamente metade do eleitorado fortemente contrário à continuidade) e a gravidade dos problemas, pode haver ajustes nas políticas dos Estados Unidos, abrindo duas alternativas: i) intensificação dos conflitos no plano internacional (especialmente no Iraque e no Oriente Médio), criando uma pressão permanente pela alta do preço do petróleo, combinado com o agravamento dos déficits gêmeos; ii) combate gradual e consistente aos déficits gêmeos americanos, leve redução do protecionismo e reorientação das relações internacionais, iniciando uma distensão dos conflitos.
2. **Conflitos e tensões políticas mundiais** – as feridas abertas pela intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque devem deixar marcas profundas nos conflitos do Oriente Médio, que podem levar a uma intensificação do terrorismo. Em todo caso, dependendo da postura do governo norte-americano e da pressão de outras nações de peso internacional, pode haver mudanças no quadro político e diplomático, com impacto positivo sobre as tensões e conflitos políticos.
3. **Preço do petróleo e das *commodities*** – a volatilidade e os elevados preços do petróleo nos últimos meses refletem fatores conjunturais – redução da produção (Iraque e Rússia), receio de dificuldades em outros países da OPEP, e especulação – mas pode conter também elementos estruturais decorrentes do crescimento da demanda, em grande parte estimulado pela expansão da economia chinesa. De qualquer forma, a OPEP não está respondendo com a sua capacidade produtiva para manter os preços em torno das bandas que asseguram estabilidade do mercado. Em todo caso, o crescimento da demanda pelo energético tende a ser compensado em parte pela redução da intensidade e pelo aumento de oferta dos combustíveis tradicionais e mesmo de alternativas energéticas (com pouco resultado, contudo, no horizonte destes cenários).
4. **Negociações da OMC** – a retomada das negociações da Rodada de Doha renova as possibilidades de acordos de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente de produtos agropecuários. Em todo caso, para o horizonte de 2007, o ritmo e os avanços na abertura das economias, especialmente dos países desenvolvidos, são bastante incertas, dependendo fortemente da orientação política dominante nos EUA e da influência das forças e segmentos protecionistas no mesmo.

5. **Crescimento econômico mundial e liquidez internacional** – o ritmo de crescimento econômico e a liquidez na economia internacional é uma grande incerteza para o Brasil, e, de certa forma, resulta da forma como se combinam as outras incertezas. O equilíbrio da economia norte-americana, o comportamento da economia da China, a distensão política internacional e a confirmação dos entendimentos na OMC podem levar a um novo ciclo de crescimento. Da mesma forma, uma desaceleração americana, com conflitos e volatilidade dos preços do petróleo, e uma estagnação dos acordos da OMC tenderiam a provocar uma retração da economia mundial.

Incertezas Críticas Nacionais

Quatro grandes incertezas nacionais, relativamente interligadas e influenciadas pelas incertezas mundiais, devem abrir diferentes alternativas de futuro do Brasil:

1. **Governabilidade** – ao longo de 2004, o governo Lula conseguiu ampliar sua base política no Congresso e, apesar da redução do apoio da sociedade em relação ao início do mandato, ainda conta com o suporte significativo do eleitorado. Entretanto, tem sofrido algumas derrotas no Parlamento e está obrigado a realizar negociações difíceis para aprovação das suas propostas e projetos de lei, retardando ou atrapalhando a capacidade de governar. As acusações e denúncias de corrupção, muitas delas resultantes do chamado “fogo amigo”, também dificultam a sua imagem e capacidade de condução política do país, especialmente no Congresso. Os sinais de crescimento da economia podem reforçar a sua articulação política, como já permitiu melhorar sua imagem pública. Soma-se a esse contexto o resultado das eleições municipais (especialmente a derrota em São Paulo e em Porto Alegre) e a derrota do PT nas eleições para a mesa da Câmara dos Deputados, representando uma grande ameaça à hegemonia petista. Tudo isto pode ter impacto na consolidação (ou deterioração) da governabilidade do país.
2. **Governança (capacidade de gestão)** – o governo Lula tem demonstrado dificuldades gerenciais, com desencontros e conflitos de visões e políticas, prejudicando a eficiência e eficácia na implementação dos projetos. Essa dificuldade decorre do aprendizado de novos governantes e quadros governamentais, agravada pela substituição em larga escala de experientes técnicos e servidores, reflexo do que muitos analistas denominam ser uma excessiva politização da máquina pública. De qualquer forma, depois de quase dois anos, o governo federal começa a apresentar sinais de melhoria e de aprendizagem prática na gestão da complexa máquina pública federal, que pode levar ao aumento da capacidade operacional, ampliando a eficiência e eficácia administrativas.

3. **Política macroeconômica** - embora o governo Lula tenha demonstrado rigor e austeridade na política macroeconômica (combinando metas de inflação, superávit primário e taxa de juros elevados), as condições políticas e sociais nesta segunda metade do seu mandato podem levar a revisões ou flexibilizações capazes de implicar numa reorientação desta política. Mesmo que o crescimento da economia ao longo de 2004 tenha reduzido as pressões e críticas, principalmente internas ao próprio governo e ao PT, ainda existem insatisfações e tentativas de desestabilizar o comando da economia brasileira. Os resultados negativos nas recentes eleições municipais, o desempenho da economia nos próximos meses ou o surgimento de dificuldades externas, podem reacender as disputas de orientação política e de pressões sobre o governo e a sua política econômica.
4. **Agenda microeconômica** – a implementação de reformas que levem à melhoria do ambiente de negócios - a chamada agenda microeconômica - deve gerar grandes resistências políticas, especialmente em importantes segmentos do PT e dos partidos aliados, podendo criar novos focos de tensão e conflitos. Além disso, há poderosos interesses corporativos que servem de obstáculo às mudanças e reformas mais abrangentes. Por outro lado, os intermináveis debates no Legislativo devem demandar um bom tempo de maturação, capaz de atrasar tais reformas e, principalmente, seu impacto no ambiente microeconômico.

Este é o conjunto de variáveis e condicionantes exógenos e endógenos que conformam as incertezas críticas relativas ao Brasil no horizonte dos próximos 3 anos. Cabe agora combinar tais incertezas e construir os cenários delas resultantes.

3.1. Os Cenários Nacionais para 2005-2007

Os futuros do Brasil dependem da forma como se combinam no tempo os comportamentos das incertezas críticas. Como forma de simplificação das hipóteses, pode-se articular os desempenhos diferenciados de cada incerteza, formando uma incerteza-síntese para o contexto mundial e outra para o Brasil. Estas incertezas-síntese agrupam todas as incertezas definidas anteriormente, procurando organizá-las em hipóteses consistentes internamente, como apresentado a seguir.

Hipóteses para a incerteza-síntese mundial

Agrupando as hipóteses das incertezas mundiais de acordo com a consistência interna, pode ser definida uma incerteza síntese seguida por duas hipóteses extremas de desdobramento futuro:

Nos próximos três anos, como evoluirá o contexto externo em relação ao Brasil: continuará favorável ou as dificuldades ressurgirão e se tornarão mais acentuadas?

Hipótese 1 – evolução favorável: diplomacia externa parcialmente negociadora dos EUA, combinada com política econômica de controle fiscal e contenção do déficit externo, abertura de negociações com parceiros tradicionais, moderação dos conflitos mundiais, preços do petróleo estáveis e em patamares medianos, redução incremental das barreiras alfandegárias²¹ e crescimento econômico entre médio e alto, mantendo aquecida a demanda pelos principais produtos brasileiros de exportação num contexto de elevada liquidez internacional.

Hipótese 2 – evolução desfavorável: militarismo e crescentes déficits fiscal e externo nos EUA, permanência do unilateralismo, persistência de conflitos e tensões mundiais, preços do petróleo voláteis e acima da média, baixo crescimento econômico, forte elevação dos juros americanos, queda dos preços das *commodities* agrícolas e desaceleração do crescimento das exportações brasileiras, num contexto de média liquidez internacional.

Hipóteses para a incerteza-síntese nacional

Já o agrupamento das incertezas relativas ao Brasil, pode ser traduzido pela seguinte incerteza síntese, também seguida de duas possibilidades extremas de evolução:

Nos próximos três anos, como evoluirão as condições de governabilidade e de governança do país? Experimentarão melhorias significativas ou dificuldades emergirão e as tornarão precárias?

Hipótese 1 - Governabilidade consolidada e ampla, governança com crescente eficiência e eficácia, austeridade macroeconômica e avanços importantes na agenda microeconômica.

Hipótese 2 - Governabilidade instável, governança com limitada eficiência e eficácia, mudanças na política macroeconômica e avanços pontuais na agenda microeconômica.

²¹ Que poderão ser parcialmente contrabalançadas por iniciativas protecionistas seletivas.

Fruto da combinação das hipóteses subseqüentes às incertezas-síntese mundiais e nacionais, surgem quatro alternativas que constituem os cenários do Brasil para o horizonte 2005-2007, representados na figura abaixo e descritos e seguir.

		Condições de Governabilidade e Governança	
		Boas	Precárias
Condições Externas (em Relação ao Brasil)	Favoráveis	1. A vitória da persistência A Travessia para o Crescimento Sustentado	2. A Sedução do Populismo <i>Stop and Go</i> na Economia e na Política
	Desfavoráveis	3. Navegando na Turbulência O Vôo da Galinha ou Estabilidade com Alto Custo	4. Naufrágio à Vista Fracasso da Mudança Radical

Capítulo 4

Cenário 1 – A Vitória da Persistência

(A Travessia para o Crescimento Sustentado)

Lógica do Cenário

A combinação de um contexto internacional favorável com a melhoria das condições internas de governança e governabilidade sustenta a manutenção da essência da política macroeconômica em vigor e o avanço da agenda microeconômica. Daí resultam impactos positivos nos indicadores econômicos e na expansão dos investimentos produtivos, levando a uma trajetória de crescimento da economia e do emprego, o que consolida uma ampla coalizão governamental e a popularidade do Presidente. O processo conduz a uma melhoria nos principais indicadores do quadro social²².

Contexto Externo Favorável

O mundo evolui de forma favorável para o Brasil. Uma gradual e tímida reorientação da política externa americana leva a uma lenta distensão política, especialmente no Iraque e no Oriente Médio, e ao fortalecimento da diplomacia, sinalizando para a valorização do multilateralismo nas relações internacionais a médio prazo.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos iniciam lentos ajustes nos déficits gêmeos. No campo fiscal, a contenção de gastos públicos e militares combinada ao aumento da arrecadação decorrente do crescimento econômico conduzem a uma gradual e consistente redução do déficit. Já o déficit externo, apresenta melhoria decorrente do aumento das exportações e redução das importações americanas conseqüentes da taxa de câmbio atualmente desvalorizada. Nesse sentido, a estabilidade econômica é consolidada num ambiente de elevada liquidez internacional, no bojo de uma política monetária americana de juros baixos, com lenta e gradual recuperação do dólar frente a outras moedas, como o euro e o iene.

A moderação dos conflitos mundiais e do terrorismo, assim como a formação de um governo efetivamente autônomo no Iraque, contribuem para o aumento da produção do petróleo e, portanto, para a redução do preço do combustível. A pressão para queda, no

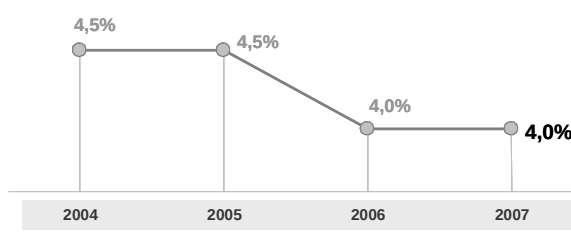
²² Este cenário comporta uma variante menos otimista, que combina manutenção da política econômica com melhorias ou avanços modestos na gestão pública e na agenda microeconômica. Neste caso, os indicadores econômicos e sociais do cenário serão mais modestos. No entanto, a essência do cenário permanece a mesma.

entanto, é atenuada pelo forte crescimento da demanda por petróleo que acompanha o vigoroso crescimento da economia mundial. Nesse sentido, os preços do combustível estabilizam-se em patamar inferior a US\$ 40 dólares/ barril.

Com a recuperação da confiança dos investidores, a economia mundial deve crescer em torno de 4% ao ano, estimulada pela reanimação econômica dos Estados Unidos e pelo dinamismo da China (entre 7% e 8%). Impacta positivamente também sobre o crescimento da economia mundial o fortalecimento do processo de recuperação da economia japonesa.

Paralelamente, o clima de maior cooperação dos Estados Unidos com os grandes parceiros contribui para avanços nas negociações da OMC. Esse processo conduz a uma lenta e incremental redução de barreiras tarifárias, particularmente dos produtos

PIB Mundial - variação anual (%) – Cenário 1



agropecuários, apesar de algumas medidas protecionistas do governo americano. Desse modo, o comércio mundial deve se expandir em ritmo superior ao crescimento do PIB, mantendo aquecida a demanda dos principais produtos brasileiros de exportação²³, que experimentam elevações de preço e volume, possibilitando expressivos saldos na balança de transações correntes do Brasil.

Brasil: Melhoria da Gestão Pública e da Governabilidade

No Brasil, apesar das derrotas em São Paulo e Porto Alegre nas eleições municipais e para a presidência da Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores emerge como grande força política, embalado pelo movimento positivo na economia e no emprego, ajudando a conter as demandas dos movimentos sociais e dos funcionários públicos. Desta forma, se consolida a base política e o apoio da sociedade ao governo.

Além disso, a recuperação da economia ajuda a consolidar a base política de sustentação do governo para a manutenção da austeridade na condução da política macroeconômica e para o encaminhamento da agenda microeconômica.

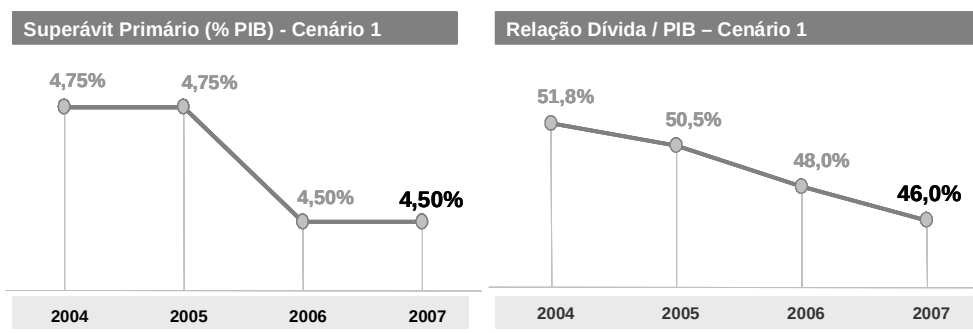
A partir de 2005, em função do aprendizado acumulado, ocorre uma melhoria significativa na qualidade da gestão pública, notadamente na coordenação e no

²³ Laminados planos, autopeças, calçados, motores para veículos, madeira compensada, tratores, bombas e compressores, óxidos e hidróxidos de alumínio, móveis, máquinas e aparelhos para terraplanagem, veículos de carga, ferro/aço, alumínio, ferroligas, açúcar, óleo e farelo de soja, carne bovina e de frango, café.

gerenciamento do governo federal. Além disso, o aumento do grau de articulação entre os vários níveis da administração, implicando na remoção de entraves burocráticos e maior eficácia na execução das políticas sociais, notadamente nas áreas de educação, segurança e combate à pobreza.

Manutenção da Política Econômica com Ajustes de Dosagem

Ao longo do tempo, vão se arrefecendo as pressões por mudanças e a política macroeconômica é mantida em todos os seus fundamentos: são mantidas as metas de superávit primário²⁴ e inflação, assim como a flutuação cambial, a responsabilidade fiscal e a disciplina monetária. Em todo caso, à medida que a economia cresce e melhoram os indicadores econômicos, o governo vai introduzindo ajustes finos na dosagem no aperto monetário, levando a uma redução da taxa de juros reais.



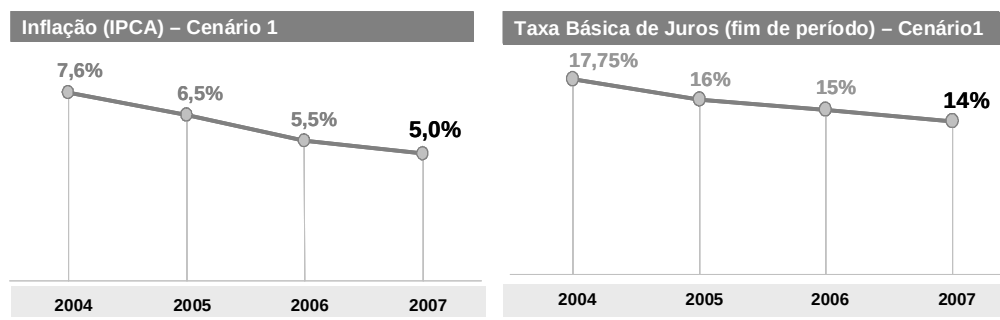
Avanços na Agenda Microeconômica

A grande novidade é que o país experimenta expressivos avanços na agenda microeconômica. Deste modo, a independência e autonomia das agências reguladoras é reforçada, conduzindo a melhorias significativas nos marcos legais que visam atrair e assegurar os investimentos privados e a proteção do consumidor, com uma densa regulamentação nos setores de saneamento, transportes, seguros e resseguros, energia elétrica, petróleo e gás. As parcerias público-privadas (PPPs) são finalmente aprovadas, viabilizando investimentos em infra-estrutura.

Também são introduzidas medidas que agilizam e conferem maior eficácia à defesa da concorrência. A nova lei de falências é finalmente regulamentada, contribuindo para o início de um processo de redução dos *spreads* bancários e expansão do crédito. Novos mecanismos legais propiciam maior celeridade na cobrança de créditos. A reforma do Judiciário também progride, abrindo possibilidades reais de maior presteza e eficiência a este poder a médio prazo.

²⁴ Nas metas de superávit primário ilustradas no cenário estão incluídos os valores dos investimentos em infra-estrutura liberados pelo FMI, segundo o projeto-piloto avaliado em fevereiro de 2004.

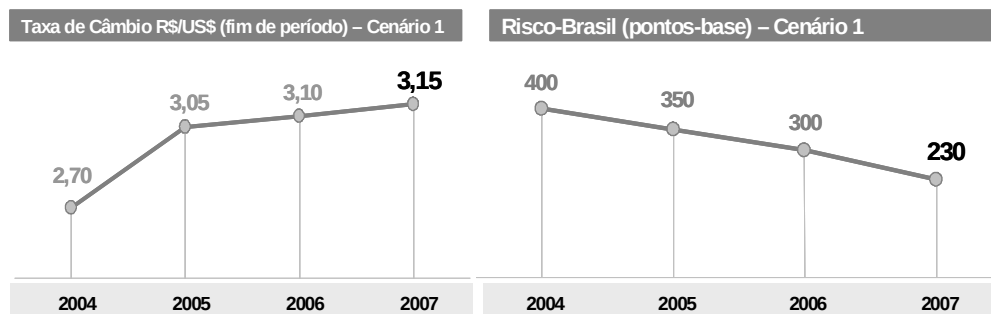
Paralelamente, começam a ser reduzidos os tempos e a burocracia para a abertura e o fechamento de empresas, incluindo-se um tratamento diferenciado para as de micro, pequeno e médio portes. Além disso, a autonomia operacional do Banco Central é finalmente aprovada e implantada. Com isso, a credibilidade da Autoridade Monetária junto aos mercados é assegurada e abre espaço para a redução da taxa de juros, sem comprometer o cumprimento das metas de inflação, que apresenta gradual redução no período.



Gradualmente, o governo começa a promover uma tímida redução da carga tributária, possibilitada pelo aumento da arrecadação decorrente do crescimento econômico, combinada a uma maior eficiência nos gastos públicos, especialmente no que diz respeito às despesas correntes.

Consolidação de Ambiente de Crescimento Econômico

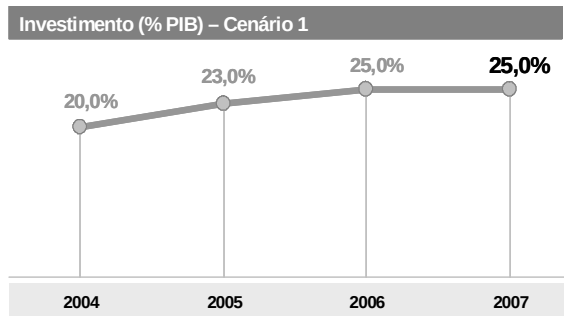
A manutenção da política econômica, com oportunos e bem dosados ajustes, somada com os avanços na agenda microeconômica, reduzem as imprevisibilidades e sustentam melhorias contínuas no ambiente econômico nacional. Da mesma forma, intensifica-se uma trajetória descendente do ‘risco-Brasil’, reforçada pelo vigor exportador e pelo bom desempenho das principais condições econômicas e políticas do país.



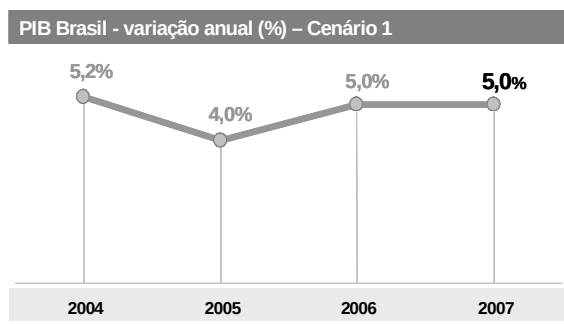
Como consequência disto, de uma liberação parcial do FMI, de um “choque de gestão” para a remoção de entraves excessivos na área ambiental e do equacionamento das PPPs, começam a ser viabilizados importantes empreendimentos na ampliação e

melhoria da infra-estrutura econômica e logística do país, especialmente com a recuperação e adensamento da rede de transportes (incluindo o sistema portuário), e a retomada dos investimentos em energia elétrica.

Ao mesmo tempo, se expandem os investimentos produtivos privados e a impulsão microeconômica. Esse processo ocorre não só nas grandes cadeias produtivas e centros urbanos, mas também no interior do país, especialmente em arranjos produtivos locais onde florescem centenas de micro e pequenas empresas.



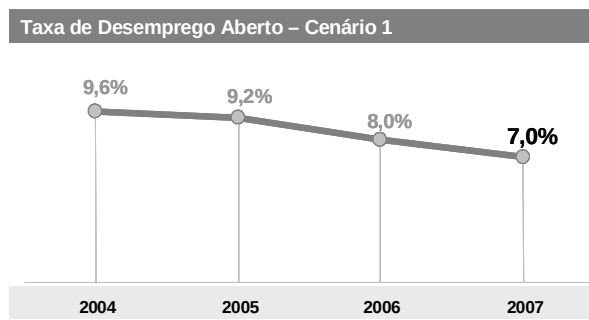
Como parte deste panorama, os indicadores macroeconômicos nacionais melhoram seguidamente: risco Brasil, custo de rolagem da dívida e vulnerabilidade externa experimentam reduções substanciais. As taxas de juros reais caem para um dígito e as finanças públicas começam a exhibir melhorias, possibilitando uma ampliação dos investimentos públicos em todos os níveis. A articulação deste conjunto de fatores favoráveis leva a uma melhoria progressiva e sustentada do crescimento econômico e do emprego. Neste cenário, a taxa de crescimento é ascendente, chegando aos 4% em 2005 e 5% em 2006 e 2007.



Melhoria das Condições Sociais

Os bons resultados alcançados na área econômica impactam positivamente no campo social. Esse processo é reforçado pelo bom desempenho do setor público na implementação articulada das políticas sociais, especialmente nos programas de transferência de renda e nas áreas de educação e saúde.

Mesmo no campo da segurança pública, pequenas melhorias começam a surgir.



O desemprego formal permanece na casa de um dígito em 2005 e chega a 8,0% no ano seguinte. Junto a isso, a renda dos trabalhadores mantém uma consistente trajetória de recuperação.

Eleições em 2006 Favorecem as Forças Governistas

Como resultado, as eleições de 2006 devem ser favoráveis às forças políticas atualmente no poder, com um segundo mandato para o Presidente Lula.

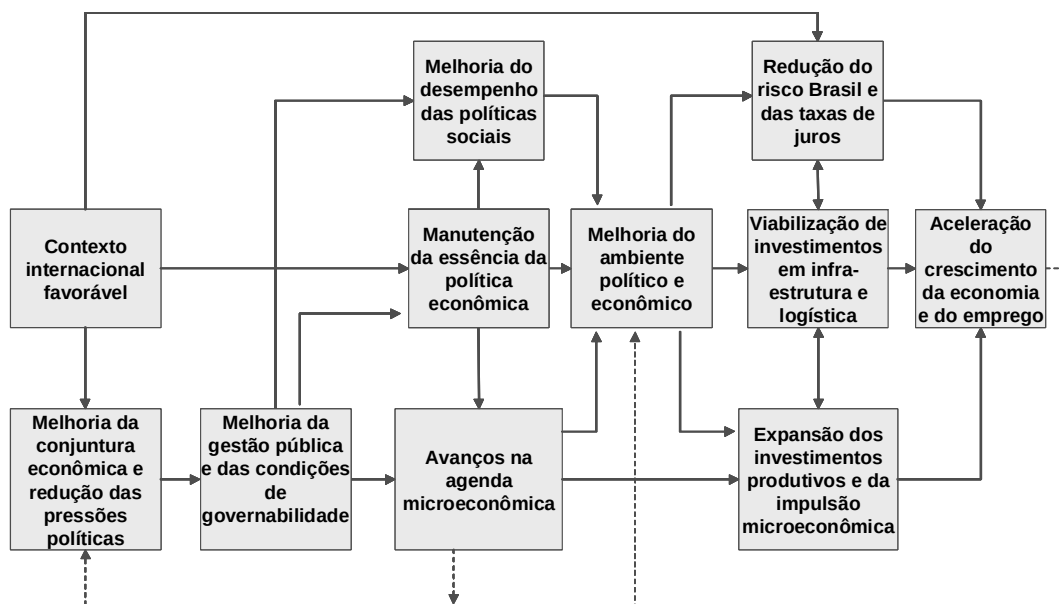
O que esperar em 2007

Caso este cenário venha a ocorrer, os seus desdobramentos mais prováveis em 2007 são os seguintes:

- consolidação de um projeto político de orientação social-democrata, com a reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva numa aliança mais ampla e menos conservadora que a atual, possibilitando um novo ciclo de reformas estruturais;
- formulação e implementação de uma agenda de crescimento sustentável, com a intensificação das reformas que ficaram pendentes no primeiro mandato (particularmente as reformas trabalhista e política), além de novos ajustes no sistema de previdência, contribuindo para a melhoria do ambiente microeconômico;
- ampliação das iniciativas para enfrentamento estrutural da insegurança pública, da pobreza e das desigualdades sociais, com melhoria significativa no gerenciamento dos principais projetos e programas a cargo do setor público;
- emergência de um ciclo virtuoso de crescimento econômico com competitividade e melhoria das condições sociais e da qualidade de vida da população.
- redução do risco Brasil, dos juros reais e da carga tributária.

Lógica do cenário 1 - A Vitória da Persistência

(A Travessia para o Crescimento Sustentado)



Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia.

Em síntese, o que se alcança neste cenário é o início de um ciclo virtuoso, que reforça simultaneamente a confiança de investidores e credores externos e dos agentes econômicos internos, configurando uma vitória da persistência dos fundamentos da atual política econômica e da superação das incertezas e entraves macro e microeconômicos. Nesse processo, cristaliza-se também uma perspectiva de enfrentamento real dos desafios sociais. Em linhas gerais, o Brasil avança numa lenta, mas segura, travessia para o porto seguro do crescimento sustentado.

Quantificação do Cenário 1 - A Vitória da Persistência

Variáveis Mundiais e Nacionais	2004	2005	2006	2007	Média 2005-2007
PIB Mundial - variação anual (%)	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%	4,2%
PIB Brasil - variação anual (%)	5,2%	4,0%	5,0%	5,0%	4,7%
Investimento (% PIB)	20,0%	23,0%	25,0%	25,0%	24,3%
Inflação (IPCA)	7,6%	6,5%	5,5%	5,0%	5,7%
Taxa Selic (fim de período)	17,75%	16%	15%	14%	15,0%
Desemprego	9,6%	9,2%	8,0%	7,0%	8,1%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	33,7	33,5	32,5	31,0	32,3
Exportações (US\$ bilhões)	96,5	112,7	126,8	139,4	126,3
Importações (US\$ bilhões)	62,8	77,0	94,3	108,4	93,2
Investimento Externo Direto (US\$ bilhões)	18,2	18,5	20,0	25,0	21,2
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	2,70	3,05	3,10	3,15	3,10
Superávit Primário (% PIB)	4,75%	4,75%	4,50%	4,50%	4,6%
Relação Dívida / PIB	51,8%	50,5%	48,0%	46,0%	48,2%
Risco-Brasil (pontos-base)	400	350	300	230	293

Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

Capítulo 5

Cenário 2 – A Sedução do Populismo

(Stop and Go na Economia e na Política)

Lógica do Cenário

Apesar de condições internacionais favoráveis, o Brasil não consegue sustentar o crescimento econômico devido às dificuldades políticas e gerenciais do governo federal, as quais inibem a confiança dos investidores e levam a mudanças na política econômica, afrouxando a disciplina fiscal e o cumprimento das metas de inflação em troca de uma aceleração do crescimento e do emprego. No entanto, é obrigado a retornar à ortodoxia econômica em face das reações do mercado. Estas condições instáveis e as disputas políticas emperram o andamento da agenda microeconômica, moderando os investimentos e levando a um crescimento econômico modesto e irregular. Além disso, a persistência do desemprego e de baixos indicadores sociais acaba acentuando as dificuldades políticas da base governamental.

Contexto Externo Favorável

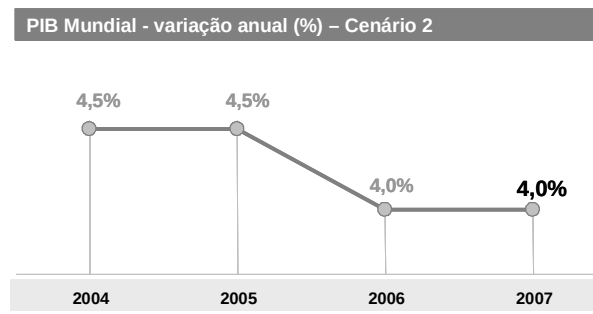
O mundo evolui de forma favorável para o Brasil. Uma gradual e tímida reorientação da política externa americana leva a uma lenta distensão política, especialmente no Iraque e no Oriente Médio, e ao fortalecimento da diplomacia, sinalizando para o fortalecimento do multilateralismo nas relações internacionais a médio prazo.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos iniciam lentos ajustes nos déficits gêmeos. No campo fiscal, a contenção de gastos públicos e militares combinada ao aumento da arrecadação decorrente do crescimento econômico conduzem a uma gradual e consistente redução do déficit. Já o déficit externo, apresenta melhoria decorrente do aumento das exportações e redução das importações americanas conseqüentes da taxa de câmbio atualmente desvalorizada. Nesse sentido, a estabilidade econômica é consolidada num ambiente de elevada liquidez internacional, no bojo de uma política monetária americana de juros baixos, com lenta e gradual recuperação do dólar frente a outras moedas, como o euro e o iene.

A moderação dos conflitos mundiais e do terrorismo, assim como a formação de um governo efetivamente autônomo no Iraque, contribuem para o aumento da produção do petróleo e, portanto, para a redução do preço do combustível. A pressão para queda, no entanto, é atenuada pelo forte crescimento da demanda por petróleo que acompanha o

vigoroso crescimento da economia mundial. Nesse sentido, os preços do combustível estabilizam-se em patamar inferior a US\$ 40 dólares/ barril.

Com a recuperação da confiança dos investidores, a economia mundial deve crescer em torno de 4% ao ano, estimulada pela reanimação econômica dos Estados Unidos e pelo dinamismo da China (entre 7% e 8%). Impacta positivamente também sobre o crescimento da economia mundial o fortalecimento do processo de recuperação da economia japonesa.



Paralelamente, o clima de maior cooperação dos Estados Unidos com os grandes parceiros contribui para avanços nas negociações da OMC. Esse processo conduz a uma lenta e incremental redução de barreiras tarifárias, particularmente dos produtos agropecuários, apesar de algumas medidas protecionistas do governo americano. Desse modo, o comércio mundial deve se expandir em ritmo superior ao crescimento do PIB, mantendo aquecida a demanda dos principais produtos brasileiros de exportação, que experimentam elevações de preço e volume, possibilitando expressivos saldos na balança de transações correntes do Brasil.

Brasil: Dificuldades de Governança e Governabilidade

No Brasil, os partidos da base governamental, especialmente o PT, mesmo aumentando bastante o número de prefeituras e vereadores, não alcançam os resultados originalmente esperados nas eleições municipais de 2004, sofrendo algumas derrotas emblemáticas. Além disso, a derrota do candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da Câmara dos Deputados acelera o esfacelamento da base parlamentar de sustentação do governo.

Por outro lado, o forte crescimento econômico de 2004 começa a perder fôlego à medida que se esgota a capacidade ociosa da indústria e se acentuam os gargalos na infra-estrutura. Com isso, cresce ao longo de 2005 uma crescente frustração e desconfiança em relação ao futuro imediato.

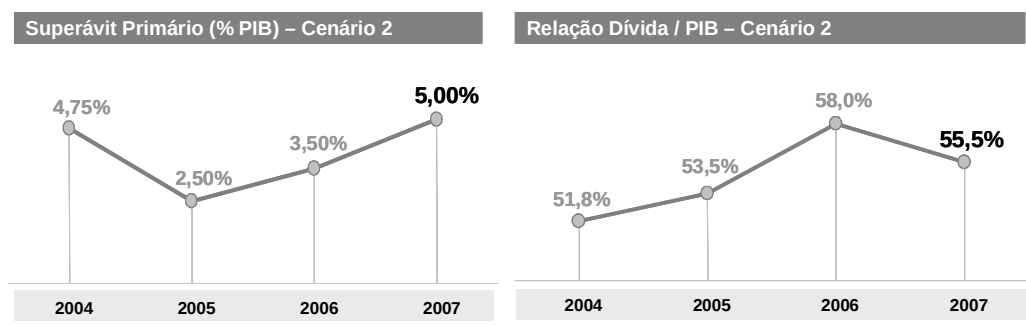
Neste contexto, a popularidade do Presidente Lula experimenta quedas sucessivas e se acentuam os conflitos, instabilidades e a desorientação na base de sustentação do governo. Deste modo, crescem as pressões para mudança da política econômica e por

redução dos juros e aumento dos gastos governamentais, refletindo a ansiedade por resultados rápidos no atendimento das expectativas da sociedade.

Flexibilização da Política Macroeconômica

Ao longo de 2005 o governo Lula não resiste às pressões contra a política macroeconômica e finalmente introduz alterações que flexibilizam os principais pilares: menor superávit primário²⁵, aceleração da queda da taxa de juros nominais e ampliação dos gastos públicos, tanto nos programas sociais quanto nos investimentos estratégicos em infra-estrutura. Assume-se, sobretudo, maior complacência em relação às metas de inflação.

Deste modo, o governo concede aumentos ao funcionalismo público, intensifica políticas assistencialistas sem cobrança de contrapartida e amplia investimentos públicos, evidenciando um afrouxamento da disciplina fiscal e do cumprimento das metas de inflação em troca de uma aceleração do crescimento e do emprego. Com esta reorientação, o governo espera manter a economia aquecida e reduzir o desemprego, combinando os investimentos governamentais com o financiamento mais barato do consumo e dos investimentos produtivos privados, mesmo arriscando o agravamento de alguns indicadores, notadamente a relação dívida/PIB e a taxa de inflação.



²⁵ Nas metas de superávit primário ilustradas no cenário estão incluídos os valores dos investimentos em infra-estrutura liberados pelo FMI, segundo o projeto-piloto avalizado em fevereiro de 2004.

Agenda Microeconômica Retardada

As medidas da agenda microeconômica avançam pouco, seja pelas dificuldades no Congresso, seja pela força dos segmentos políticos mais nacionalistas e estatistas.

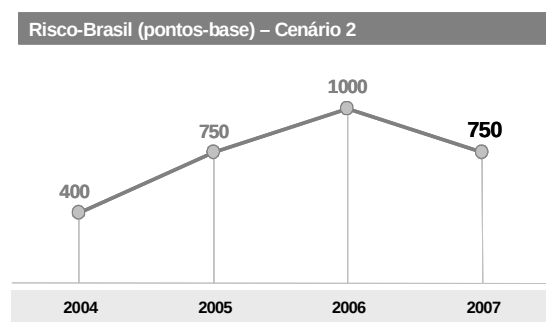
Persistem as barreiras burocráticas que retardam o tempo médio para abertura de empresas no Brasil. Ao mesmo tempo, diminui a autonomia das agências reguladoras, objeto de acordos políticos e submetidas diretamente ao controle dos ministérios setoriais correspondentes. A regulamentação dos setores de saneamento, transportes, seguros e resseguros, energia elétrica, petróleo e gás é centralizada, e as parcerias público-privadas, excessivamente “engessadas”, não geram resultados expressivos para o horizonte de 2006.

A autonomia do Banco Central mais uma vez é adiada devido às fortes resistências políticas prevalecentes. A reforma do Judiciário avança a passos muito lentos. Além disso, o Brasil continua com uma carga tributária pesada que inibe os investimentos e estimula as atividades informais e ilegais. Essas condições tendem a desestimular os investimentos privados nacionais e a entrada de capital externo, diminuindo a capacidade de crescimento da economia brasileira.

Desconfiança dos investidores

Os ajustes e flexibilizações na política macroeconômica provocam uma imediata reanimação da economia e geram uma reação positiva em vários segmentos da sociedade e nos partidos da base governamental. Por outro lado, tais medidas também provocam uma elevação do

Risco Brasil e acentuam a desconfiança dos agentes econômicos.

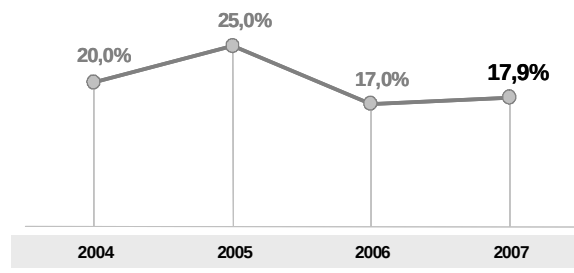


Neste cenário, embora os gastos públicos influenciem positivamente na atividade econômica, há uma retração dos investimentos privados motivado pela insegurança em relação ao futuro da economia brasileira, especialmente os riscos de inflação e de insolvência pública. Como, por outro lado, o ambiente microeconômico também não é muito favorável, após o primeiro ano de reanimação da economia, tende a ocorrer uma contenção dos investimentos privados e da entrada de capital externo no país.

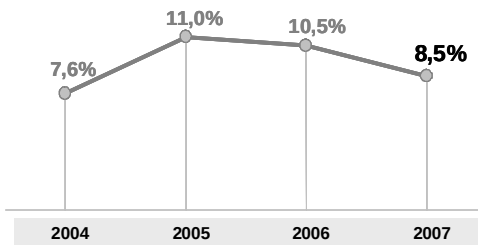
Em 2005, primeiro ano do afrouxamento da austeridade macroeconômica, ocorre uma euforia de consumo, decorrente do aquecimento da economia, que acaba gerando pressões inflacionárias crescentes. Deste modo, um pouco mais adiante não há outra saída senão o

recrudescimento do uso dos instrumentos monetários (brusca elevação das taxas de juros e dos depósitos compulsórios) e de contenção de gastos e controle fiscal, o que evidencia descontinuidade e irregularidade na condução da política econômica.

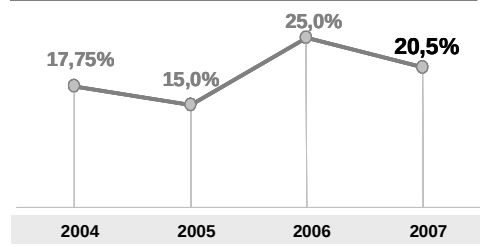
Investimento (% PIB) – Cenário 2



Inflação (IPCA) – Cenário 2



Taxa Básica de Juros (fim de período) – Cenário 2



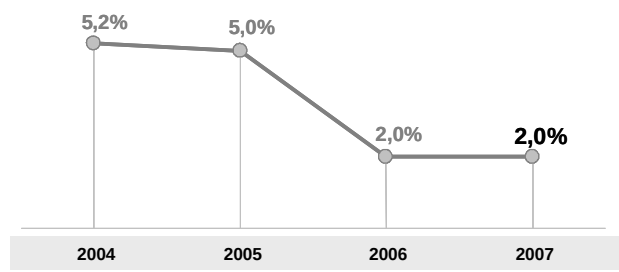
Este padrão de alternância e insegurança na condução da política econômica, confunde e afugenta os investidores e acentua as dificuldades administrativas e gerenciais provocando, pouco a pouco, confusão e desgaste político, levando à redução da base de sustentação do governo.

Crescimento Econômico Médio, mas Irregular

Mesmo de forma irregular (*stop and go*), a economia brasileira registra um crescimento médio de

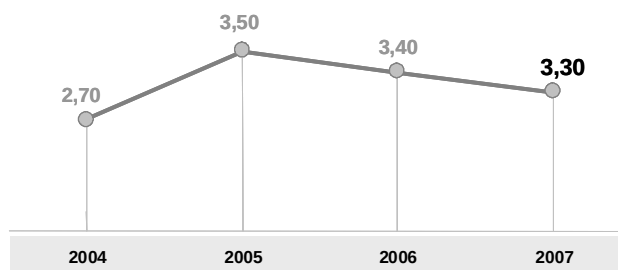
3% ao ano, bem mais alto no primeiro ano pela expansão dos investimentos públicos e pelo aquecimento da demanda, mas declinando fortemente na medida em que surgem sinais de instabilidade, com inflação alcançando o patamar dos dois dígitos.

PIB Brasil - variação anual (%) – Cenário 2



Por outro lado, dadas as condições favoráveis da economia mundial, as exportações brasileiras crescem de forma regular e continuada, internalizando dinamismo nos setores voltados para o mercado internacional. A vulnerabilidade externa, sob o foco das contas externas, não chega a constituir um problema grave, na medida em que o Brasil continua registrando saldos elevados na balança comercial estimuladas pelo câmbio relativamente depreciado.

Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período) – Cenário 2



Entretanto, o afrouxamento do controle fiscal leva a um crescimento do endividamento público, com a manutenção da relação dívida/PIB em patamar elevado, o que desperta mais insegurança nos agentes econômicos. O Risco Brasil aumenta, inibindo investimentos privados e a entrada líquida de capitais. Por outro lado, as políticas públicas não geram resultados relevantes, mesmo com a ampliação dos gastos e investimentos.

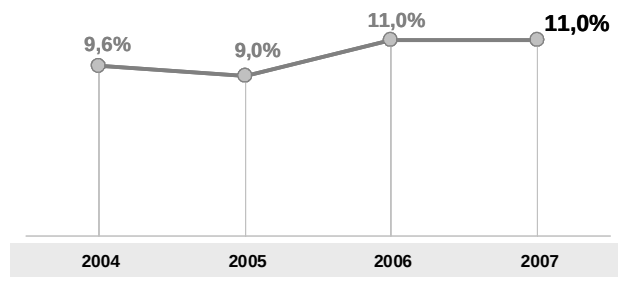
O que se observa, portanto, é um cenário de crescimento irregular e moderado, alternando as políticas econômicas (stop and go) de forma reativa aos sinais contraditórios da economia: o Brasil continua marcando passo, perdendo as oportunidades de um contexto internacional de crescimento e abertura comercial.

Manutenção de Condições Sociais Precárias

Neste cenário, as oscilações da economia e as dificuldades da gestão pública repercutem no campo social.

Os programas de transferência de renda se ampliam de modo significativo, mas com muitas falhas gerenciais, o mesmo ocorrendo nas áreas de educação e saúde. Deste modo, a melhoria nos indicadores sociais é incremental e pouco expressiva.

Taxa de Desemprego Aberto – Cenário 2



A informalidade permanece elevada. Os níveis de emprego formal crescem muito pouco, predominando precárias condições de trabalho e a informalidade. Junto a isso, a insegurança pública mantém trajetória ascendente.

Eleições em 2006 Podem Favorecer as Forças de Oposição

Na hipótese deste cenário ocorrer como acima descrito, as eleições de 2006 serão desfavoráveis às forças políticas atualmente no poder. O mais provável é que o Presidente Lula não consiga se reeleger, cedendo espaço para um candidato com proposta de rigorosa e austera política macroeconômica visando a redução da inflação e a busca do crescimento sustentável. Uma outra possibilidade, um pouco menos provável, é a eleição de um candidato populista.

No entanto, se a sedução do populismo “deslizar” um ano, e só se iniciar em 2006, o cenário eleitoral mais plausível será a reeleição de Lula, numa situação análoga à que se deu com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso²⁶.

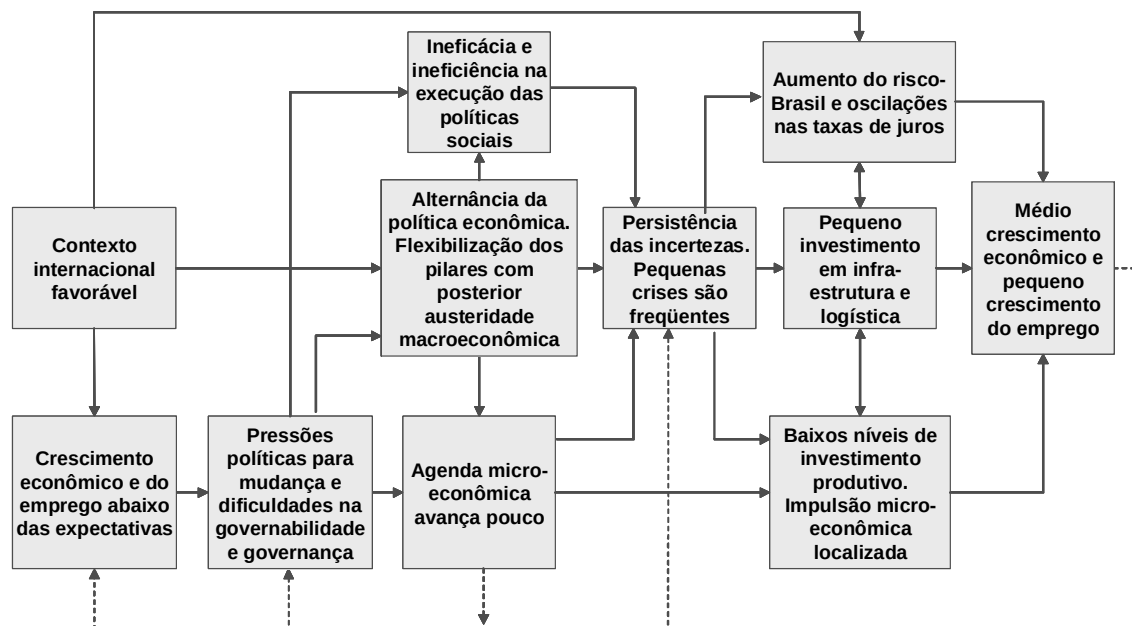
O que esperar em 2007

Caso este cenário venha a ocorrer, os seus desdobramentos mais prováveis em 2007 são os seguintes:

- implantação de política macroeconômica austera combinada com lento avanço nas reformas trabalhista e política, retomada da agenda microeconômica e iniciativas de moderado sucesso para redefinição das regras da previdência;
- manutenção de políticas sociais com melhorias de gestão, mas modestos resultados imediatos, decorrentes das restrições fiscais, apenas ajudando a conter os graves problemas sociais;
- crescimento baixo e médio da economia brasileira, estrangulada ainda pelas restrições da poupança, pela persistência do Custo Brasil e pelo inevitável choque anti-inflacionário;
- persistência de insatisfação da sociedade devido ao desemprego e aos problemas sociais, gerando tensões sociais no campo e nos centros urbanos

²⁶ Em 1998, o real manteve-se valorizado com câmbio quase fixo na época das eleições e apesar da crise da Rússia. A abrupta desvalorização só ocorreu em janeiro de 1999, poucos dias após o início do 2º mandato de FHC.

(Stop and Go na Economia)



Em síntese, neste cenário o Brasil fica mais instável e alterna políticas, minando a confiança de investidores e credores externos e dos agentes econômicos internos. Tal processo pode significar o adiamento, por alguns anos, da almejada conquista do crescimento sustentado.

Quantificação do Cenário 2 - A Sedução do Populismo

Variáveis Mundiais e Nacionais	2004	2005	2006	2007	Média 2005-2007
PIB Mundial - variação anual (%)	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%	4,2%
PIB Brasil - variação anual (%)	5,2%	5,0%	2,0%	2,0%	3,0%
Investimento (% PIB)	20,0%	25,0%	17,0%	17,9%	20,0%
Inflação (IPCA)	7,6%	11,0%	10,5%	8,5%	10,0%
Taxa Selic (fim de período)	17,75%	15,0%	25,0%	20,5%	20,2%
Desemprego	9,6%	9,0%	11,0%	11,0%	10,3%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	33,7	37,9	36,2	32,5	35,5
Exportações (US\$ bilhões)	96,5	110,3	121,3	130,4	120,7
Importações (US\$ bilhões)	62,8	72,4	85,1	97,9	85,1
Investimento Externo Direto (US\$ bilhões)	18,2	11,1	10,5	9,2	10,3
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	2,70	3,50	3,40	3,30	3,40
Superávit Primário (% PIB)	4,75%	2,50%	3,50%	5,00%	3,7%
Relação Dívida / PIB	51,8%	53,5%	58,0%	55,5%	55,7%
Risco-Brasil (pontos-base)	400	750	1000	750	833

Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

Capítulo 6

Cenário 3 – Navegando na Turbulência

(Estabilidade com Alto Custo ou “o Vôo da Galinha”)

Lógica do Cenário

Em condições internacionais pouco favoráveis, o Brasil mantém a austeridade na condução da política macroeconômica para se defender das dificuldades externas, ao mesmo tempo em que consegue dar avanços parciais na agenda microeconômica e registrar pequeno aumento na eficiência da execução das políticas sociais. Nestas condições, o Brasil apresenta resultados moderados na economia e convive com os problemas de desemprego e indicadores sociais desfavoráveis, que prejudicam a imagem do governo e a popularidade do Presidente.

Contexto Externo Desfavorável

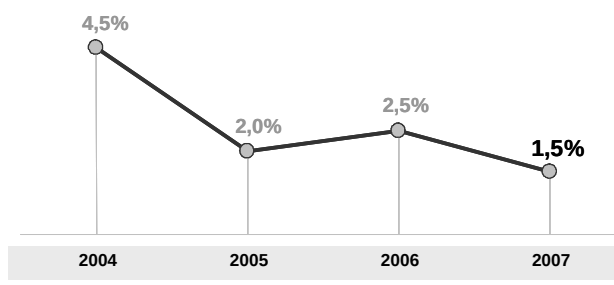
Os panoramas econômico e político mundiais experimentam uma reversão e tornam-se desfavoráveis ao Brasil. Predominam o militarismo e o unilateralismo da política externa norte-americana, seguindo-se de uma desaceleração econômica e redução da liquidez mundial, em virtude da elevação das taxas de juros dos Estados Unidos, numa reedição da “política do dólar forte” vista no final da década de 70.

A ampliação dos déficits fiscal e cambial dos EUA, em parte potencializados pelos crescentes gastos militares, alimenta certa instabilidade e aversão ao risco dos investidores, incluindo a perda de confiança no dólar. A insegurança dos agentes econômicos é reforçada pela intensificação de conflitos políticos e militares no mundo, especialmente a ampliação da resistência interna no Iraque e o recrudescimento de ações terroristas em países que participaram da invasão, além do agravamento da crise na Palestina.

A instabilidade política no Oriente Médio gera dificuldades na produção de petróleo, alimenta incertezas em torno da oferta dos grandes produtores, incluindo a Arábia Saudita, e estimula movimentos especulativos, produzindo volatilidade nos preços internacionais. A pressão pela elevação do preço do combustível oriunda do aumento das tensões internacionais, no entanto, é atenuada pela queda da demanda pelo mesmo decorrente do baixo crescimento da economia mundial. Dessa forma, os preços do petróleo flutuam em patamares altos, acima da marca dos US\$ 40,00 por barril.

A China também reduz seu acelerado ritmo de crescimento, tanto por razões internas quanto pelas dificuldades que decorrem do preço do petróleo e da própria desaceleração da economia norte-americana, o que impacta em suas exportações para os EUA. Nesse sentido, no presente cenário, a partir de 2005 o crescimento médio da economia mundial cai para cerca de 2,0% ao ano.

PIB Mundial - variação anual (%) – Cenário 3



Junto a isso, o unilateralismo da diplomacia dos Estados Unidos cria dificuldades nas negociações na OMC, com apenas leve redução das barreiras tarifárias e subsídios aos produtos agropecuários. Este conjunto de fatores tem impactos negativos na demanda dos principais produtos brasileiros de exportação, que experimentam algumas quedas de preço (especialmente *commodities*) e conduzem a uma desaceleração do crescimento recente das exportações.

Brasil: Governabilidade Fragilizada com Melhora na Governança

No Brasil, apesar da derrota em São Paulo e Porto Alegre nas eleições municipais e da perda da presidência da Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores permanece com grande força política, embalado pelo movimento positivo na economia e no emprego, ajudando a conter as demandas dos movimentos sociais e dos funcionários públicos. Desta forma, se consolida a base política e o apoio da sociedade ao governo.

No entanto, a mudança no cenário externo e a subsequente frustração das boas expectativas internas fazem recrudescer as pressões por mudança na política econômica e dificultam as condições de governabilidade. Nesse sentido, a base parlamentar de sustentação do governo começa a experimentar defecções à medida que aumenta a impopularidade do presidente Lula.

Porém, mesmo diante desses obstáculos, o governo federal vai ampliando sua capacidade de gestão da máquina pública e de obtenção de resultados, especialmente em algumas políticas sociais.

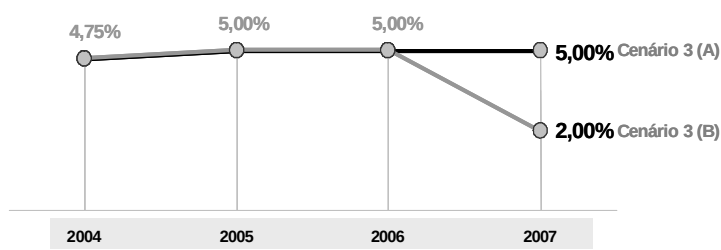
Manutenção da Política Econômica

Com o recrudescimento das dificuldades externas, ressurgem os movimentos e pressões contra a austeridade da política macroeconômica, gerando insegurança e instabilidade política. Assim, as propostas de mudança da política macroeconômica ganham força na própria base do governo, inquieta com a perspectiva de desgaste acelerado do seu capital político e da possibilidade de derrota nas eleições de 2006.

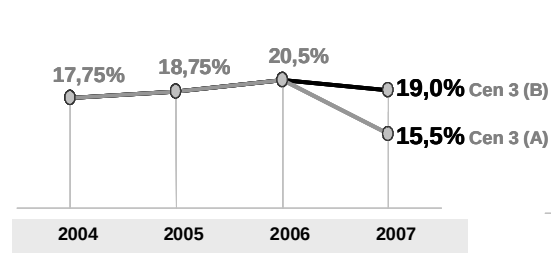
Apesar de tudo, o governo resiste às pressões e mantém (ou mesmo acentua) a austeridade da política macroeconômica e seus principais postulados – elevação da meta de superávit primário ²⁷

(para 4,5% a 5% do PIB), corte de gastos públicos, manutenção de carga tributária elevada, disciplina monetária, e flutuação cambial. Deste modo, câmbio e juros experimentam elevações sucessivas ²⁸.

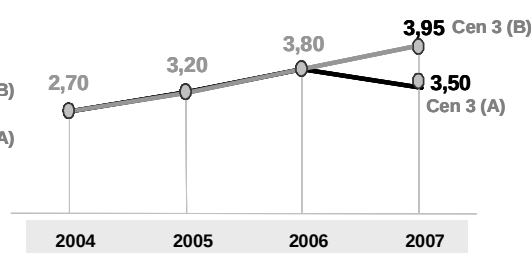
Superávit Primário (% PIB) – Cenário 3



Taxa Básica de Juros (fim de período) – Cenário 3



Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período) – Cenário 3



Avanço Parcial da Agenda Microeconômica

As dificuldades de governabilidade e o gasto de energia política demandado para assegurar a manutenção da política macroeconômica retardam o processo de negociação e aprovação das reformas necessárias à criação de um ambiente de investimentos e inovação, a chamada agenda microeconômica.

²⁷ Nas metas de superávit primário ilustradas no cenário estão incluídos os valores dos investimentos em infra-estrutura liberados pelo FMI, segundo o projeto-piloto avalizado em fevereiro de 2004.

²⁸ Nos gráficos ilustrativos das variáveis nacionais apresentados ao longo do Cenário 3, observa-se que o ano de 2007 comporta duas variantes. O Cenário 3 (A) pressupõe a ortodoxia na política econômica em 2007, enquanto que o Cenário 3 (B) pressupõe uma política econômica heterodoxa em 2007. Para maiores detalhes, ver a seção “O que esperar em 2007”, no final do presente Cenário.

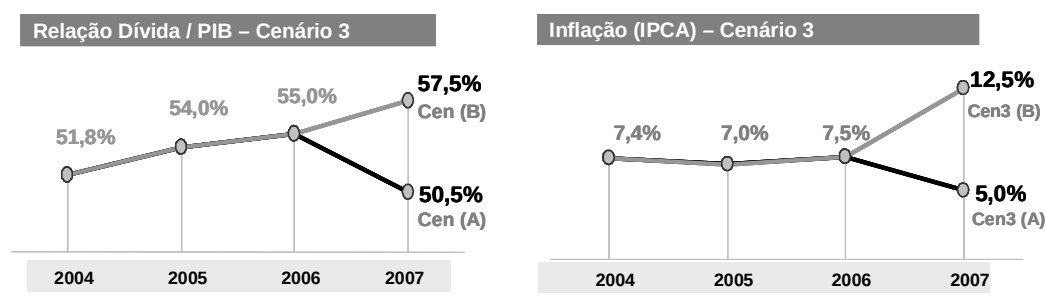
Como o governo não consegue implementar uma reforma tributária ampla e precisa reforçar a austeridade fiscal, a carga tributária do Brasil se mantém elevada. A reforma do Judiciário inicia lenta implantação, mas a definição de uma nova legislação trabalhista emperra nos desentendimentos políticos no próprio governo e no Congresso. De qualquer forma, a autonomia das agências reguladoras é preservada, a lei de falências é implementada, assim como a legislação básica das parcerias público-privadas, as quais começam a ser lentamente implantadas em alguns projetos estruturadores.

No entanto, o ambiente de crise atrasa a regulamentação dos setores de saneamento, transportes, seguros e resseguros, e retarda a implantação efetiva do novo modelo do setor de energia elétrica.

Estabilidade Econômica com Baixo Crescimento

A desaceleração da economia e do comércio mundiais reforça o rigor na política fiscal e monetária, incluindo taxas de juros altas e desvalorização do real para manter os altos saldos da balança comercial. Neste cenário, o mercado interno brasileiro permanece retraído.

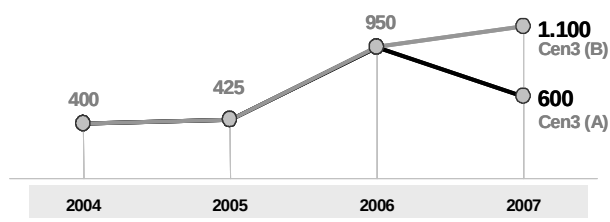
Além disso, para assegurar o superávit primário numa economia de modesto crescimento econômico e arrecadação, são limitados os investimentos públicos em infra-estrutura, logística e nos projetos sociais. A pressão inflacionária é apenas marginal em virtude do aperto fiscal e monetário que comprime a demanda real. Nesse contexto, a relação dívida/PIB fica relativamente estacionada em nível alto.



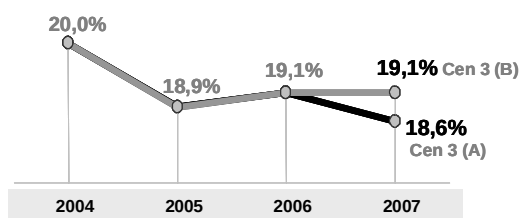
Apesar da estabilidade econômica e dos pequenos avanços na agenda microeconômica, os investimentos produtivos privados são moderados pelas restrições dos ajustes fiscal e monetário, bem como em decorrência do restrito horizonte de oportunidades de negócios. Da mesma forma, a entrada líquida de capital externa é pequena, apesar do Risco Brasil ficar estável, em patamar mediano em relação ao das últimas crises. O prêmio de risco somente aumenta quando o período eleitoral se aproxima.

Como resultado do efeito combinado do ambiente externo desfavorável com o aperto macroeconômico interno, a economia brasileira deve registrar uma taxa de crescimento modesta entre 2005 e 2007 (em torno de 2,5% a 3,2% ao ano).

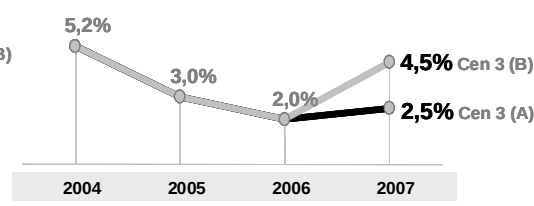
Risco-Brasil (pontos-base) – Cenário 3



Investimento (% PIB) – Cenário 3



PIB Brasil - variação anual (%) – Cenário 3

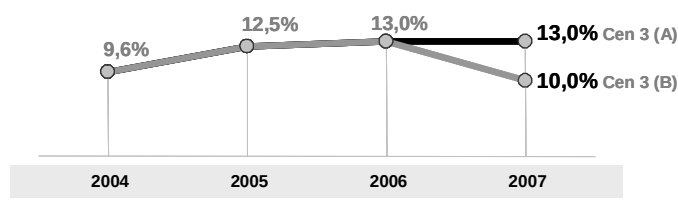


O que se observa, portanto, é um cenário de estabilidade econômica com baixo crescimento. De fato, o Brasil prossegue navegando na turbulência, numa trajetória que em tudo lembra o vôo da galinha, à medida que não decola e não consegue alcançar vôos mais altos.

Manutenção de Condições Sociais Precárias

As dificuldades da economia e da gestão pública repercutem no campo social, uma vez que as restrições de recursos impedem ampliações mais significativas nos programas sociais de transferência de renda. Deste modo, a melhoria nos indicadores sociais é incremental e pouco expressiva.

Taxa de Desemprego Aberto – Cenário 3



Os níveis de desemprego formal permanecem elevados, coexistindo com precárias condições de trabalho e crescente informalidade. Nesse sentido, a renda real dos trabalhadores volta a cair e a insegurança pública mantém-se em patamares elevados.

Eleições Equilibradas em 2006

O ambiente político de insatisfação da sociedade dificulta a consolidação da base governamental e deve levar a uma acirrada disputa nas eleições de 2006. O Presidente Lula mantém-se eleitoralmente competitivo, mas também há boas chances de vitória de uma candidatura oposicionista, seja ela mais conservadora, seja uma outra de caráter populista e nacionalista.

O que esperar em 2007

Caso o cenário acima venha a ocorrer, os seus desdobramentos mais prováveis em 2007 apontam para duas alternativas.

A primeira é a de **continuidade da trajetória** de ortodoxia econômica

- ajustes na hegemonia política, com predomínio das forças pró-ajuste ortodoxo – estabilidade e redução da vulnerabilidade - sob a liderança de Lula ou de outro presidente comprometido com os fundamentos da política econômica atual;
- grande prioridade à redução da vulnerabilidade externa articulada com a construção de uma agenda de crescimento a médio prazo, com ênfase na agenda microeconômica;
- retomada no ciclo de reformas, particularmente a reforma trabalhista e a reforma política, além de novos ajustes no sistema de previdência;
- “choque de gestão” no setor público.

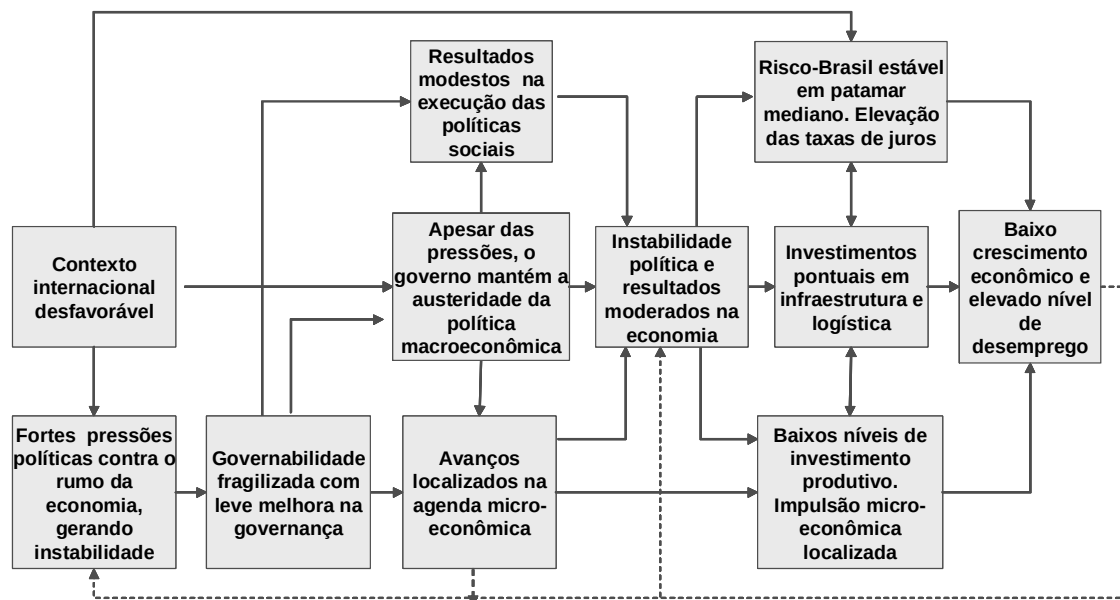
A segunda alternativa implica numa **radical mudança de rumo**:

- eleição de um presidente com posicionamento nacionalista e com bandeiras com forte apelo popular como resposta ao fracasso do ajuste fiscal e ao ambiente político e econômico internacional;
- moderação do ajuste fiscal para ampliar os gastos públicos, enfrentar os problemas sociais e ampliar o mercado interno brasileiro, ao mesmo tempo em que se procura intensificar as exportações num contexto mundial de relativa estagnação econômica;
- ampliação das políticas sociais compensatórias à pobreza e ao desemprego;
e

- perspectiva de crescimento errático (stop and go) com impulso no primeiro ano (2007), mas risco de esgotamento e ativação de pressões inflacionárias.

Lógica do cenário 3 - Navegando na Turbulência

(Estabilidade com Alto Custo)



Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia.

Em síntese, este é um cenário de estabilidade até 2006, mas que comporta grandes incertezas para o ano seguinte. Deste modo, as duas alternativas acima devem ser consideradas como desdobramentos plausíveis deste cenário para 2007 na análise prospectiva e nas decisões estratégicas para este horizonte.

Quantificação do Cenário 3 - Navegando na Turbulência

Variáveis Mundiais e Nacionais	2004	2005	2006	2007 ortodoxo	média	2007 heterodoxo	média
PIB Mundial - variação anual (%)	4.5%	2.0%	2.5%	1.5%	2.0%	1.5%	2.0%
PIB Brasil - variação anual (%)	5.2%	3.0%	2.0%	2.5%	2.5%	4.5%	3.2%
Investimento (% PIB)	20.0%	18.9%	19.1%	18.6%	18.9%	19.1%	19.0%
Inflação (IPCA)	7.6%	7.0%	7.5%	5.0%	6.5%	12.5%	9.0%
Taxa Selic (fim de período)	17.75%	18.75%	20.5%	19.0%	19.4%	15.5%	18.3%
Desemprego	9.6%	12.5%	13.0%	13.0%	12.8%	10.0%	11.8%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	33.7	32.5	30.6	29.0	30.7	46.2	36.4
Exportações (US\$ bilhões)	96.5	111.0	124.8	137.3	124.4	149.8	128.5
Importações (US\$ bilhões)	62.8	78.5	94.2	108.3	93.7	103.6	92.1
Investimento Externo Direto (US\$ bilhões)	18.2	9.5	8.5	9.0	9.0	5.0	7.7
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	2.70	3.20	3.80	3.50	3.50	3.95	3.65
Superávit Primário (% PIB)	4.75%	5.00%	5.00%	5.00%	5.00%	2.00%	4.00%
Relação Dívida / PIB	51.8%	54.0%	55.0%	50.5%	53.2%	57.5%	55.5%
Risco-Brasil	400	425	950	600	658	1100	825

Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

Capítulo 7

Cenário 4 – Naufrágio à Vista

(O Fracasso da Mudança Radical)

Lógica do Cenário

A combinação de condições internacionais desfavoráveis com problemas econômicos e políticos internos leva a uma mudança na política econômica que tem resultados desastrosos. Observa-se intensa e acelerada elevação do risco Brasil, do custo da dívida e da vulnerabilidade externa, pressões inflacionárias e crescimento econômico pífio, mantendo-se elevados os níveis de desemprego e precárias as condições sociais, com implicações negativas na governabilidade e governança do país e na popularidade do Presidente.

Contexto Externo Desfavorável

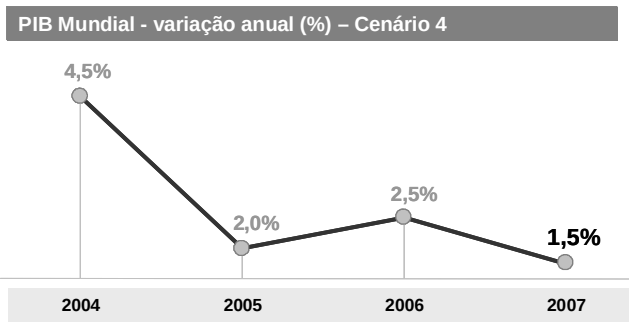
Os panoramas econômico e político mundiais experimentam uma reversão e tornam-se desfavoráveis ao Brasil. Predominam o militarismo e o unilateralismo da política externa norte-americana, seguindo-se de uma desaceleração econômica e redução da liquidez mundial, em virtude da elevação das taxas de juros dos Estados Unidos, numa reedição da “política do dólar forte” vista no final da década de 70.

A ampliação dos déficits fiscal e cambial dos EUA, em parte potencializados pelos crescentes gastos militares, alimenta certa instabilidade e aversão ao risco dos investidores, incluindo a perda de confiança no dólar. A insegurança dos agentes econômicos é reforçada pela intensificação de conflitos políticos e militares no mundo, especialmente a ampliação da resistência interna no Iraque e o recrudescimento de ações terroristas em países que participaram da invasão, além do agravamento da crise na Palestina.

A instabilidade política no Oriente Médio gera dificuldades na produção de petróleo, alimenta incertezas em torno da oferta dos grandes produtores, incluindo a Arábia Saudita, e estimula movimentos especulativos, produzindo volatilidade nos preços internacionais. A pressão pela elevação do preço do combustível oriunda do aumento das tensões internacionais, no entanto, é atenuada pela queda da demanda pelo mesmo decorrente do baixo crescimento da economia mundial. Dessa forma, os preços do petróleo flutuam em patamares altos, acima da marca dos US\$ 40,00 por barril.

A China também reduz seu acelerado ritmo de crescimento, tanto por razões internas quanto pelas dificuldades que decorrem do preço do petróleo e da própria desaceleração da economia norte-americana, o que

impacta em suas exportações para os EUA. Nesse sentido, no presente cenário, a partir de 2005 o crescimento médio da economia mundial cai para cerca de 2,0% ao ano.



Junto a isso, o unilateralismo da diplomacia dos Estados Unidos cria dificuldades nas negociações na OMC, com apenas leve redução das barreiras tarifárias e subsídios aos produtos agropecuários. Este conjunto de fatores tem impactos negativos na demanda dos principais produtos brasileiros de exportação, que experimentam algumas quedas de preço (especialmente *commodities*) e conduzem a uma desaceleração do crescimento recente das exportações.

Brasil: Dificuldades de Governança e Instabilidade Política

No Brasil, as eleições municipais de 2004 trazem derrotas emblemáticas para o Partido dos Trabalhadores que, mesmo aumentando bastante o número de prefeituras e vereadores, não alcança os resultados originalmente esperados, notadamente nas capitais. O quadro político se torna ainda mais problemático com a derrota do PT nas eleições para a presidência da Câmara dos Deputados, que passa a operar com agenda própria desalinhada do Planalto.

Além disso, mesmo depois de mais de dois anos no poder, o governo federal continua com muitas dificuldades de gestão da complexa máquina administrativa, agravadas pelas disputas políticas internas, o que compromete os resultados (eficiência e eficácia) das políticas públicas. Por outro lado, as dificuldades do contexto externo reduzem as perspectivas de crescimento econômico.

Este conjunto de fatores cria um clima tenso de insatisfação e alimenta uma série de disputas políticas no Congresso, minando a base de sustentação política do Governo Lula.

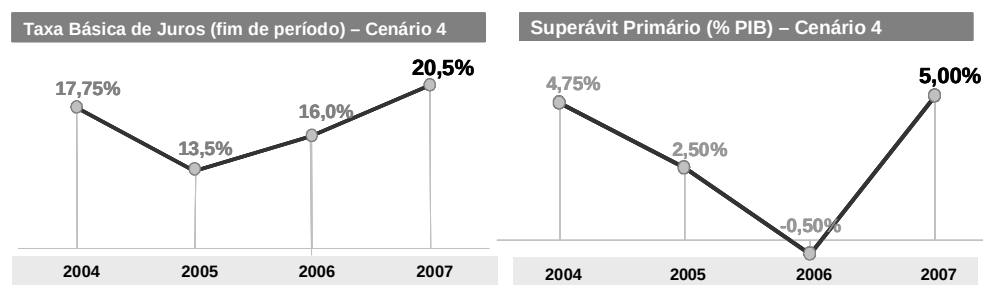
O governo federal vai experimentando uma progressiva paralisia administrativa e gerencial, pois tem que atuar pilotando turbulências políticas simultaneamente às dificuldades macroeconômicas. Com isso, defronta-se com sucessivas ameaças de

enfraquecimento de seu esquema de sustentação política, somente mantido à custa do fisiologismo.

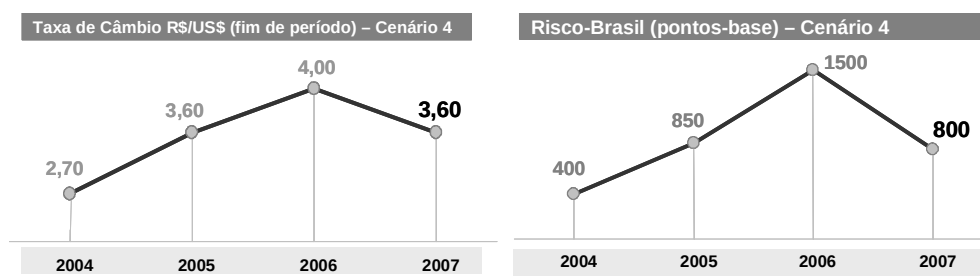
Mudança Desastrada da Política Econômica

As dificuldades externas e a lentidão no avanço das reformas inibem a reanimação da economia nacional. Nestas condições, ressurgem movimentos e pressões contra a austeridade da política macroeconômica, inclusive dentro do próprio governo, gerando insegurança e instabilidade política.

A pressão deste conjunto de fatores finalmente leva o governo federal a mudar a equipe e a política econômica, alterando seus principais pilares. Com isso, verifica-se uma redução drástica do superávit primário²⁹ e das taxas de juros nominais, abandono do sistema de metas de inflação e ampliação dos gastos públicos, tanto nos programas sociais quanto nos investimentos estratégicos em infra-estrutura.

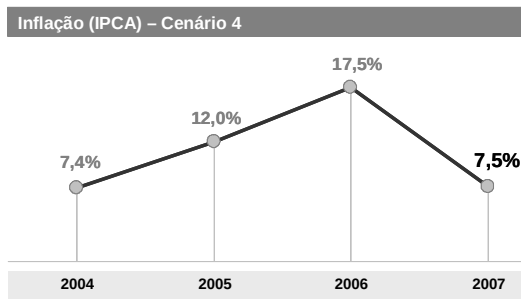


As reações do mercado e dos credores são imediatas e de grande intensidade: o risco Brasil dispara, retornando aos níveis de dezembro de 2002 e o dólar segue a mesma trajetória. O crédito externo escasseia e fica muito mais caro. Com a nova política econômica sob pressão e questionamento, acentuam-se as incertezas e insatisfações, generalizando-se uma percepção de crise que se reflete no baixo desempenho de diversos indicadores sociais, políticos e econômicos.



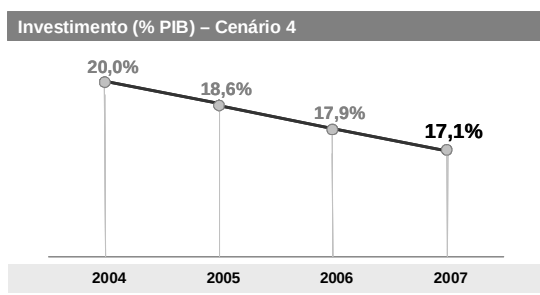
²⁹ Nas metas de superávit primário ilustradas no cenário estão incluídos os valores dos investimentos em infra-estrutura liberados pelo FMI, segundo o projeto-piloto avaliado em fevereiro de 2004.

No início, o relaxamento da austeridade macroeconômica leva a um aquecimento da economia, puxado pela expansão da demanda interna que, não obstante, se esgota rapidamente pela retração dos investimentos e pela pressão inflacionária que provoca. O transitório e brusco aquecimento da demanda interna, as remarcações defensivas de preços e o da desvalorização cambial as importações, combinados, desembocam numa forte aceleração inflacionária.



efeito
sobre

Como consequência, o governo ensaia retomar medidas de ajuste e contenção de gastos e da demanda para evitar uma explosão de preços, entrando ciclo irregular de políticas reativas (stop and go), o que acentuar a insegurança dos agentes econômicos. Nesse ambiente de insegurança e incertezas, o investimento privado cai vertiginosamente.



num

só faz

Agenda Microeconômica Emperrada

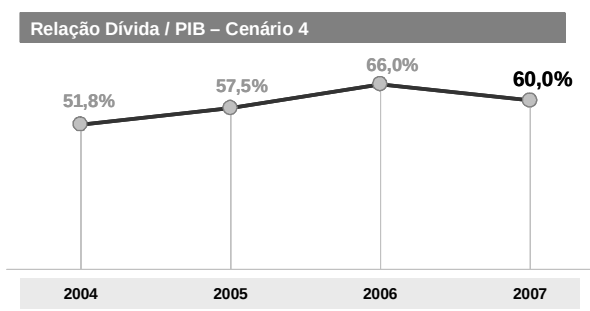
O esfacelamento da base política, combinada com o fortalecimento dos setores nacionalistas e estatistas no governo, emperram os entendimentos em torno de uma agenda microeconômica. Nesse aspecto ocorre, inclusive, um grave retrocesso. A autonomia das agências reguladoras é alterada, e uma grande confusão contamina a regulamentação dos setores de saneamento, transportes, seguros e resseguros, energia elétrica, petróleo e gás. O mesmo ocorre com a nova lei de falências, enquanto que a reforma do Judiciário tem uma implementação lenta e complicada.

Somado a isso, dada a necessidade de financiamento dos gastos públicos, o Brasil continua com uma carga tributária pesada que inibe os investimentos e estimula as atividades informais e ilegais.

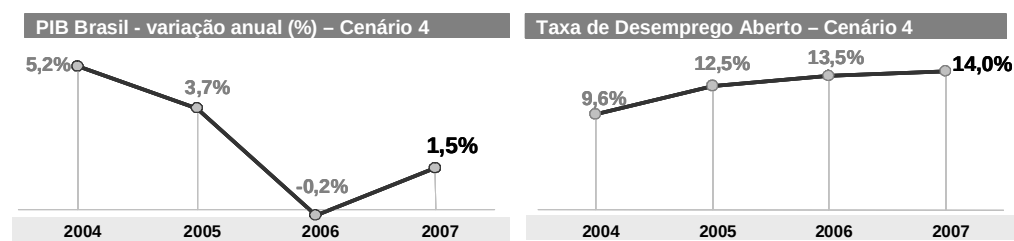
Instabilidade e Crescimento Econômico Baixo e Errático

Neste quadro de incertezas, são iniciados, mas depois paralisados (por escassez de recursos), diversos empreendimentos de ampliação e melhoria da infra-estrutura econômica do país. Ao mesmo tempo, permanecem em “compasso de espera” os investimentos produtivos privados voltados para o mercado interno, inibindo a impulsão microeconômica, seja nos principais centros urbanos, seja no interior do país.

Como parte deste panorama, os indicadores econômicos, sociais e políticos nacionais vão se degradando: risco Brasil, custo de rolagem da dívida e vulnerabilidade externa não param de subir; a taxa de câmbio aproxima-se do valor histórico de R\$ 4 por dólar e o panorama das finanças públicas é absolutamente caótico.



Este conjunto de fatores desfavoráveis implica em crescimento econômico baixo e errático, levando a um alto nível de desemprego formal. Com isso, a taxa média de crescimento da economia fica na casa dos 2% ao ano, embora com uma aceleração não sustentável em 2005 compensada pela retração em 2006. A combinação de limitada capacidade de poupança pública com a ineficiência da gestão, leva à persistência no Brasil de baixos indicadores sociais, reforçando a insatisfação da população com o governo e a queda da popularidade do Presidente.

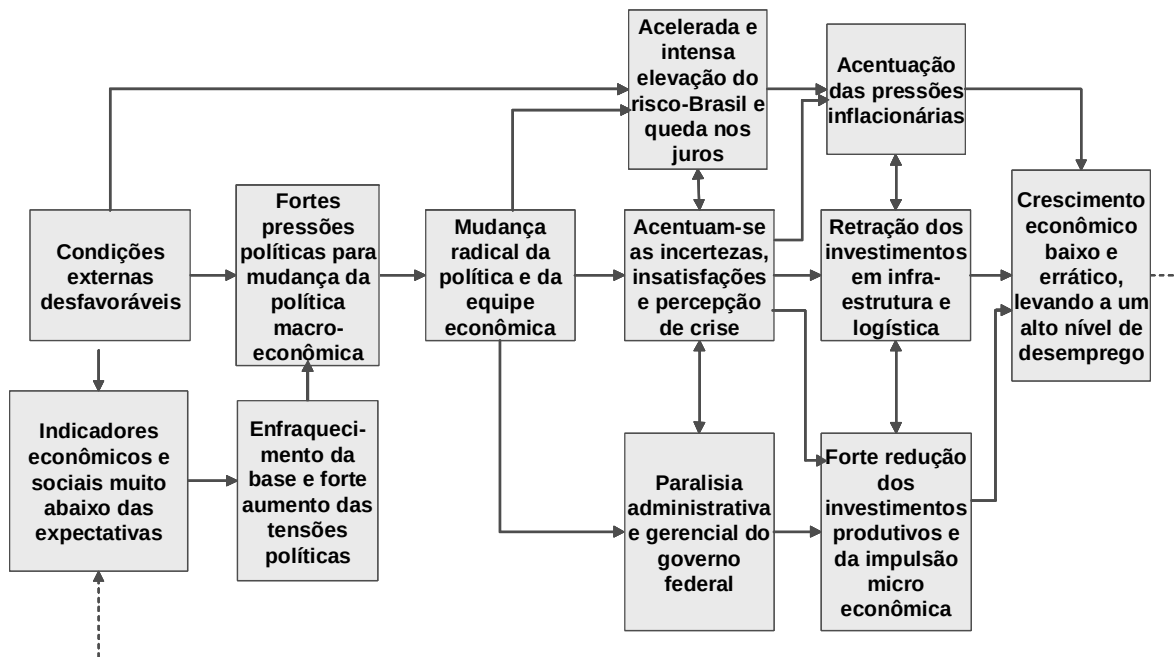


O cenário combina instabilidade com estagnação econômicas, num ambiente de incertezas e inquietação social, mostrando um país que parece ter perdido o rumo no meio de um ambiente externo turbulento. A insatisfação da sociedade leva a uma desorganização da base política do governo e ao fortalecimento da oposição que deve se refletir nas eleições presidenciais de 2006 com a vitória das forças políticas que propõem um vigorosa e imediata restauração das políticas de estabilização econômica.

Caso este cenário venha a ocorrer, os seus desdobramentos mais prováveis em 2007 são os seguintes:

- um novo governo com “tratamento de choque” para controle da inflação e restauração da austeridade fiscal
- um “choque de gestão” na administração política federal
- avanço na reforma trabalhista e redefinição das regras da previdência
- manutenção de políticas sociais de moderado alcance e modestos resultados, apenas ajudando a conter os graves problemas sociais
- crescimento baixo e médio da economia brasileira, estrangulada ainda pelas restrições da poupança e pela persistência do Custo Brasil, especialmente no ambiente microeconômico
- retomada de uma ampla agenda de reformas para eliminar os problemas fiscais e de financiamento do setor público

*Lógica do cenário 4 – Naufrágio à Vista
(Fracasso da Mudança Radical)*



Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia.

Em síntese, este é um cenário de instabilidade e crise até 2006, mas que comporta uma perspectiva de melhoria para o ano seguinte. O processo deixa um saldo de elevados custos econômicos e sociais para o país e o distanciamento, ainda maior, da esperança de se alcançar o crescimento sustentado no médio prazo.

Quantificação do Cenário 4 - Naufrágio à Vista

Variáveis Mundiais e Nacionais	2004	2005	2006	2007	Média 2005-2007
PIB Mundial - variação anual (%)	4.5%	2.0%	2.5%	1.5%	2.0%
PIB Brasil - variação anual (%)	5.2%	3.7%	-0.2%	1.5%	1.7%
Investimento (% PIB)	20.0%	18.6%	17.9%	17.1%	17.9%
Inflação (IPCA)	7.6%	12.0%	17.5%	7.5%	12.3%
Taxa Selic (fim de período)	17.75%	13,5%	16.0%	20.5%	18.3%
Desemprego	9.6%	12.5%	13.5%	14.0%	13.3%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	33.7	34.6	31.8	27.3	31.3
Exportações (US\$ bilhões)	96.5	105.5	113.4	119.1	112.7
Importações (US\$ bilhões)	62.8	70.9	81.6	91.7	81.4
Investimento Externo Direto (US\$ bilhões)	18.2	6.3	5.8	6.5	6.2
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	2.70	3.60	4.00	3.60	3.73
Superávit Primário (% PIB)	4.75%	2.50%	-0.50%	5.00%	2.33%
Relação Dívida / PIB	51.8%	57.5%	66.0%	60.0%	61.2%
Risco-Brasil (pontos-base)	400	850	1500	800	1050

Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

Capítulo 8

Plausibilidade dos Cenários

Uma vez descritos os quatro cenários, a questão prática que se coloca é a seguinte: qual a probabilidade de cada um ocorrer? E qual o cenário mais provável?

Neste campo, só temos uma certeza – trazida tanto da teoria como de nossa prática de mais de 20 anos de trabalho com cenários: na ‘vida real’, nenhum dos quatro cenários irá acontecer exatamente como descrito. Por isso, os cenários devem ser interpretados e utilizados, nas reflexões e decisões estratégicas, como uma sinalização que antecipa tendências possíveis ou prováveis e nunca como uma predição categórica do futuro.

No início de 2005, o **Cenário 1, ‘A Vitória da Persistência’**, era o mais provável. Ele está ancorado em 3 hipóteses que apresentam forte probabilidade de ocorrência:

- predomínio de um contexto externo favorável ao Brasil
- manutenção dos principais pilares da política econômica com eventuais ajustes de dosagem
- aumento da confiança dos agentes econômicos nas perspectivas de crescimento do país e na estabilidade das ‘regras do jogo’

Apesar da preocupação com os déficits gêmeos dos EUA, os *policymakers* norte-americanos já sinalizaram a intenção de promoverem uma “aterrissagem suave” da economia americana, sem grandes traumas para a economia global. Além disso, a robustez do crescimento da China, a elevada liquidez internacional e o avanço do comércio exterior após a retomada da Rodada de Doha constituem-se em elementos que, a priori, sinalizam estar presentes no contexto externo pelo menos em um futuro de curto prazo. Além disso, a retomada das negociações entre israelenses e palestinos, apesar de tímida, é um fato portador de futuro que aumenta a plausibilidade de maior distensão nas relações internacionais.

No plano doméstico, o clima de confiança que está se disseminando entre os agentes econômicos, decorrente da recuperação da economia, está ancorado em uma melhora generalizada nos indicadores econômicos e em alguns indicadores sociais. Isto parece referendar positivamente a manutenção dos principais pilares da política macroeconômica conduzida pelo governo, como o regime de metas para inflação, superávit primário elevado e taxa de câmbio flutuante. Um fato portador de futuro, que aumenta as chances deste cenário é o aval do FMI para o projeto-piloto que pretende fazer com que o governo brasileiro possa

fazer investimentos em infra-estrutura com recursos que seriam utilizados para pagar juros da dívida pública. Serão quase R\$ 9 bilhões em três anos de experiência, que beneficiarão principalmente o setor de transportes.

No entanto, alguns fatos recentes sinalizam a factibilidade do **Cenário 2, 'A Sedução do Populismo'**:

- a fragilização da base de sustentação parlamentar do governo Lula;
- a persistência de dificuldades gerenciais do governo Lula, especialmente no campo das políticas sociais; e
- o recrudescimento de pressões por mudanças na política macroeconômica aliada à rejeição de novos aumentos da carga tributária e do gasto público

De fato, a surpreendente derrota do candidato governista à presidência da Câmara dos Deputados, somado ao fato do PT não ter direito a qualquer assento na Mesa Diretora da entidade, representou uma derrota estratégica do governo no Congresso Nacional. Este fato colocou em xeque a fidelidade da base de apoio ao governo petista, e tornou muito mais complicada a governabilidade, criando dificuldades para a agenda governamental no Congresso na segunda metade do mandato atual governo.

Acresce-se a isso que, apesar de algumas melhorias localizadas, o governo Lula continua apresentando resultados medíocres onde mais dele se esperava: na gestão e implementação de políticas sociais.

E mais, no bojo dos sucessivos aumentos dos juros e da carga tributária, as críticas à política econômica voltaram a se acentuar. Essas críticas, oriundas tanto de empresários, formadores de opinião e de sindicalistas quanto de integrantes do próprio governo (o chamado 'fogo amigo'), concentram-se principalmente no ataque à excessiva ortodoxia na gestão da economia, especialmente sobre o Banco Central após a retomada da elevação dos juros no segundo semestre do ano.

Mais recentemente, dois novos aspectos da política econômica vêm sendo alvo de crítica: o conflito entre uma política monetária austera (traduzida em aumento de juros) e uma política fiscal expansionista (aumento de gastos de custeio, principalmente); e o aumento da carga tributária. De fato, ao se afastar da prioridade de cortar gastos, o governo comete gravíssimo erro. Enquanto persistir a situação de farta liquidez nos mercados financeiros internacionais, o dano será pequeno. Mas quando sobrevier quadro menos favorável, a maior vulnerabilidade da economia cobrará seu preço. Nesse aspecto, a história nos traz uma lição. O desequilíbrio fiscal do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso agravou sobremaneira o impacto das crises internacionais iniciadas com a crise da Ásia. O governo Lula, após bom início na gestão fiscal em 2003, parece seguir caminho semelhante. Somado a isso, o corte de gastos é

imprescindível também para reduzir a carga tributária que hoje desincentiva o investimento e a produção, além de fomentar a informalidade.

Apesar dessas dificuldades, não há ainda sinais evidentes de que o governo Lula opte pela mudança de rumo e modifique os principais pilares na gestão macroeconômica. Afinal de contas, continuam fortes as expectativas de crescimento econômico e permanece elevado o capital político do Presidente Lula, aferido por sua popularidade.

Uma outra possibilidade, no entanto, que não deve ser descartada é uma inflexão no ambiente internacional, com o aumento da aversão ao risco por parte dos investidores externos, redução da liquidez e arrefecimento do crescimento econômico. Essa combinação de inflexão do contexto externo, tornando-se desfavorável para o Brasil, com manutenção da política econômica doméstica é justamente a idéia-força do **Cenário 3 - 'Navegando na Turbulência'**.

Com efeito, há alguns indicadores presentes no contexto atual que não tornam desprezíveis a probabilidade de ocorrência deste cenário. No Oriente Médio, a intensificação da resistência sunita no Iraque, beirando à guerra civil, deixa claro que uma solução para este foco de tensão ainda encontra-se longe de ser resolvido. A manutenção dos conflitos na região, por seu turno, contribui fortemente para o recrudescimento dos preços do petróleo, que apresentaram grave elevação recentemente.

Além dos preços do petróleo, a economia global convive ainda com outro grande foco de incerteza: os déficits gêmeos nos EUA. Com o recrudescimento das tensões no Iraque, os gastos militares dos EUA tendem a aumentar ainda mais, elevando o já enorme déficit público americano. Diante disso, seu principal reflexo seria a continuidade do processo de desvalorização do dólar. Nesse aspecto, rumores de que os bancos centrais asiáticos estariam intensificando a diversificação de suas reservas internacionais (comprando dólares canadenses, australianos e euros) dificultam o financiamento do também enorme déficit externo americano. Dessa forma, aumenta o temor de os EUA promoverem um aumento dos juros para atrair capital, prejudicando fortemente o desempenho da economia global nos próximos anos.

Finalmente, tem-se o **Cenário 4, 'Naufrágio à Vista'**, que configura uma situação inversa ao cenário 'A Vitória da Persistência', no qual 'tudo dá errado'. No início do ano de 2005, parece pouco provável que o país enfrente:

- Total desorganização do quadro político
- Crise sistêmica (econômica e social) e de governabilidade, com inflação e desemprego em alta.

Mas é preciso lembrar que também pareceria improvável a descrição de qualquer crise cambial, com a intensidade da que atravessamos em 1999, ou da crise energética que experimentamos em 2001, em qualquer cenário apresentado, por exemplo, em novembro de 1998 ou de 2000. De fato, as condições presentes felizmente reduzem – e muito – as chances deste cenário acontecer. No entanto, a existência de grandes incertezas, tanto interna quanto externamente, não nos permite ignorar o que de pior pode acontecer. Dessa forma, embora o cenário tenha baixa probabilidade, alguma aposta deve e pode ser feita.

Dessa forma, olhando o Brasil em fevereiro de 2005, a trajetória real que parece mais provável até o ano 2007 situa-se no contexto do cenário ‘A Vitória da Persistência’, embora a probabilidade de ocorrência dos cenários ‘A Sedução do Populismo’ e ‘Navegando na Turbulência’ também seja considerável.

Nas avaliações que serão realizadas sistematicamente será possível aferir até que ponto esta hipótese está certa. Afinal, como já foi dito, o futuro é a morada da incerteza, e o que aqui fizemos foi apenas tentar reduzi-la a um pequeno número de alternativas. Busca-se, assim, melhor mapear os riscos ou, pelo menos, tornar as decisões e ações estratégicas mais conscientes destes riscos, uma vez que o mundo não pára e as escolhas têm que ser feitas. Afinal, como nos ensina Alvin Toffler (2000)³⁰, “ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém”.

³⁰ Entrevista em “Business 2.0”, 26 de setembro de 2000.

8.1 Análise Comparativa dos Cenários 2005 - 2007

Variáveis Mundiais	Cenário 1 Lenta Travessia para o Crescimento Sustentado	Cenário 2 Stop and Go na Economia	Cenário 3 Estabilidade com Alto Custo	Cenário 4 Fracasso da Mudança Radical
Orientação Política nos EUA	Diplomacia externa negociadora com política econômica de controle fiscal e externo (juros baixos e alta liquidez)	Diplomacia externa negociadora com política econômica de controle fiscal e externo (juros baixos e alta liquidez)	Militarismo e crescentes déficits fiscal e externo (juros médios e média liquidez)	Militarismo e crescentes déficits fiscal e externo (juros médios e média liquidez)
Conflitos/tensões políticas mundiais	Redução dos conflitos	Redução dos conflitos	Persistência dos conflitos e tensões e do unilateralismo	Persistência dos conflitos e tensões e do unilateralismo
Preço do petróleo e commodities	Estável em patamar médio	Estável em patamar médio	Volátil e em patamar alto	Volátil e em patamar alto
Negociações na OMC	Redução das barreiras alfandegárias	Redução das barreiras alfandegárias	Leve redução das barreiras alfandegárias	Leve redução das barreiras alfandegárias
Crescimento Mundial	Médio a Alto	Médio a Alto	Baixo	Baixo
Governabilidade (capacidade política no Congresso e base na sociedade)	Consolidada e ampla	Limitada	Consolidada	Limitada e declinante
Governança (capacidade gerencial)	Eficiência e eficácia média e crescente	Limitada eficiência e eficácia	Média eficiência e eficácia	Limitada eficiência e eficácia
Política macroeconômica	Austeridade	Flexibilidade e alternância	Austeridade	Flexibilidade e alternância
Agenda microeconômica	Avanços importantes e generalizados	Avanços tímidos	Avanços importantes e localizados	Não há avanços relevantes
Vulnerabilidade externa	De moderada para baixa	Elevada	Entre moderada e alta	Elevada
Relação Dívida/PIB	Declinante	Estável	Declinante	Crescente
Risco-Brasil	Baixo	Alto	Médio	Muito Alto
Custo Brasil	Declinante	Estável	Estável	Crescente
Estabilidade econômica	Estável	Média pressão inflacionária	Estável	Crescente pressão inflacionária
Investimento público	Moderado com poupança em recuperação	Moderado com baixa poupança	Baixo com poupança limitada	Moderado com baixa poupança
Confiança do investidor/sociedade	Alta	Baixa	Média	Muito baixa

Variáveis Mundiais	Cenário 1 Lenta Travessia para o Crescimento Sustentado	Cenário 2 Stop and Go na Economia	Cenário 3 Estabilidade com Alto Custo	Cenário 4 Fracasso da Mudança Radical
Investimento produtivo	Moderado com “viés de alta”	Baixo	Moderado	Muito baixo

Análise Comparativa dos Cenários 2005 – 2007 (cont.)

Variáveis Mundiais	Cenário 1 Lenta Travessia para o Crescimento Sustentado	Cenário 2 Stop and Go na Economia	Cenário 3 Estabilidade com Alto Custo	Cenário 4 Fracasso da Mudança Radical
Entrada líquida de capital	Média e crescente	Baixa	Média	Muito baixa
Integração externa	Alta	Moderada	Moderada	Baixa
Crescimento econômico	Moderado e sustentado	Entre baixo e médio e irregular	Baixo e regular	Muito baixo e irregular
Desemprego	Declinante	Estável	Estável	Crescente
Ambiente político	Distensão	Média tensão	Média tensão	Alta tensão

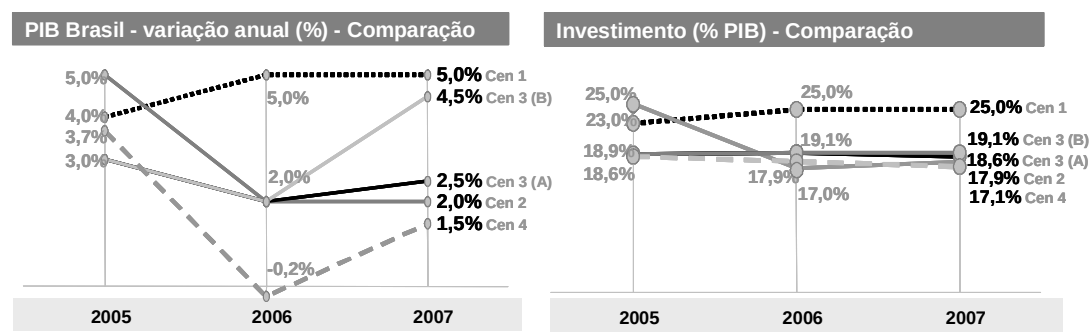
Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

8.2 Comparação entre as médias 2005-2007 de cada cenário

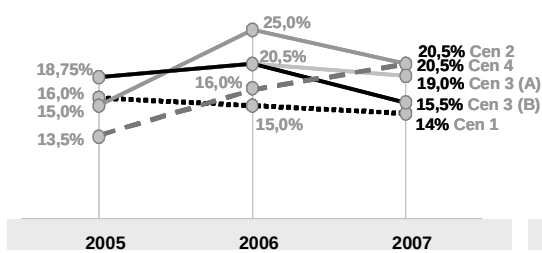
Variáveis Mundiais e Nacionais	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3 (A)	Cenário 3 (B)	Cenário 4
PIB Mundial - variação anual (%)	4.2%	4.2%	2.0%	2.0%	2.0%
PIB Brasil - variação anual (%)	4.7%	3.0%	2.5%	3.2%	1.7%
Investimento (% PIB)	24.3%	20.0%	18.9%	19.0%	17.9%
Inflação (IPCA)	5.7%	10.0%	6.5%	9.0%	12.3%
Taxa Selic (fim de período)	15.0%	20.2%	19.4%	18.3%	18.3%
Desemprego	8.1%	10.3%	12.8%	11.8%	13.3%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	32.3	35.5	30.7	36.4	31.3
Exportações (US\$ bilhões)	126.3	120.7	124.4	128.5	112.7
Importações (US\$ bilhões)	93.2	85.1	93.7	92.1	81.4
IED (US\$ bilhões)	21.2	10.3	9.0	7.7	6.2
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	3.10	3.40	3.50	3.65	3.73
Superávit Primário (% PIB)	4.58%	3.67%	5.00%	4.00%	2.33%
Relação Dívida / PIB	48.2%	55.7%	53.2%	55.5%	61.2%
Risco-Brasil	293	833	658	825	1050

Elaboração: Macroplan – Prospectiva & Estratégia. As quantificações acima apresentadas não são estimativas precisas, e sim indicações exemplificativas para ajudar a avaliar as tendências mapeadas qualitativamente no cenário.

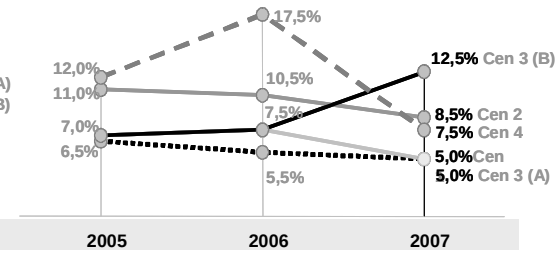
Obs: O Cenário 3 (A) pressupõe uma política econômica ortodoxa em 2007; enquanto que o Cenário 3 (B) pressupõe uma política econômica “heterodoxa” com viés estatista e nacionalista em 2007.



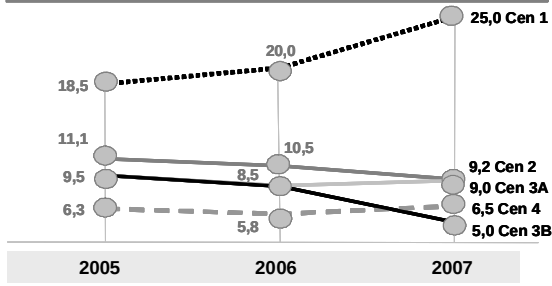
Taxa Selic (fim de período) - Comparação



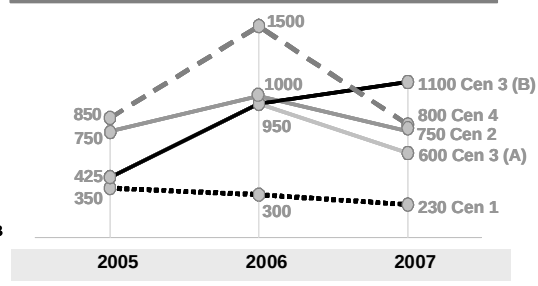
Taxa de Inflação (IPCA) - Comparação



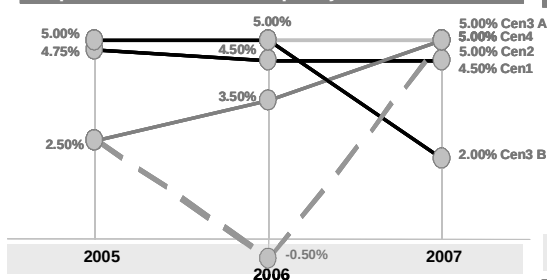
Investimento Externo Direto (US\$ bilhões) - Comparação



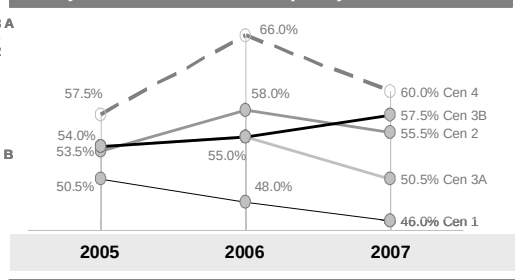
Risco-Brasil (pontos-base) - Comparação



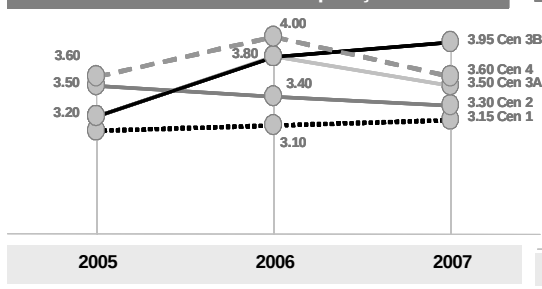
Superávit Primário - Comparação



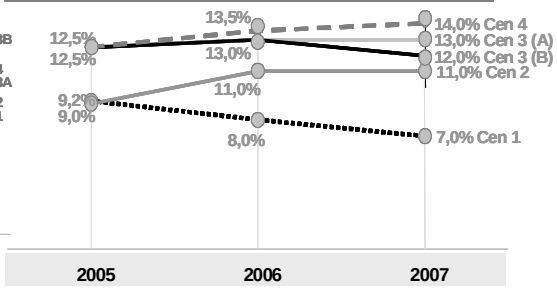
Relação Dívida / PIB - Comparação



Taxa de Câmbio R\$/US\$ - Comparação



Taxa de Desemprego Aberto - Comparação



Capítulo 9

Além de 2007

Quatro Cenários de Longo Prazo para o Brasil

O que pode acontecer com o Brasil após 2007? Que perspectivas se abrem para o nosso país em um horizonte de longo prazo, bem mais além das incertezas mais imediatas?

Estas questões também têm sido objeto de nossa reflexão em diversos estudos prospectivos de longo prazo que temos realizado nos últimos anos .

Simplificando a abordagem, assumimos a hipótese de que a trajetória do Brasil nos próximos 20 anos dependerá da combinação de duas incertezas críticas:

- Como se dará a inserção do Brasil na economia e na sociedade mundiais?
- Com que extensão e intensidade se dará a inclusão social no Brasil neste horizonte de tempo?

As combinações mais consistentes das respostas alternativas a estas incertezas nos levam a quatro cenários nacionais de longo prazo, como indica a figura abaixo:

Quatro cenários para o Brasil 2004-2025

		Inclusão Social	
		Ampla	Restrita
Inserção Externa	Ampla	Desenvolvimento Integrado	Modernização Excludente
	Restrita	Crescimento Endógeno	Decadência com Exclusão

As idéias-força de cada um destes cenários são as seguintes:

Cenário A – Desenvolvimento Integrado: o Brasil alcança níveis altos de desenvolvimento, com uma economia moderna e integrada de forma competitiva ao sistema econômico internacional e com um forte processo de inclusão social. O país tem um Estado regulador forte e com presença ativa nas áreas social, regional e ambiental. Dessa forma, a combinação de condições macroeconômicas e regulatórias saudáveis, política ativa de desenvolvimento e forte impulsão microeconômica fazem com que o país chegue em 2025 com altos indicadores sociais e níveis de desigualdade decrescentes.

Cenário B – Modernização Excludente: o Brasil consolida-se como uma economia moderna fortemente integrada ao sistema econômico mundial, mas é uma sociedade na qual coexistem altos níveis de riqueza e de pobreza. O país possui um Estado ‘enxuto’ e concentrado nas funções de regulação, educação, saúde e segurança. Em 2025, a economia brasileira é moderna e de porte internacional, mas a sociedade é dominada por um forte dualismo caracterizado pela existência de profundas desigualdades.

Cenário C – Crescimento Endógeno: o Brasil é uma economia de médio porte, cujo crescimento encontra-se ancorado sobretudo no dinamismo do mercado interno e na forte integração regional. O país opta por um projeto de desenvolvimento nacional endógeno, com ênfase na melhoria da qualidade de vida e na redução das desigualdades sociais. Priorizando o seu desenvolvimento interno, o Brasil chega a 2025 como uma sociedade altamente integrada, com moderadas desigualdades sociais e baixos índices de pobreza.

Cenário D – Decadência com Exclusão: o Brasil atravessa um longo período de baixo dinamismo econômico e de desorganização de suas instituições. O país é dominado por crises, instabilidade política e fortes incertezas, que acentuam a vulnerabilidade do país a restrições externas e dificultam a modernização produtiva e a inclusão social. Desse modo, o país chega a 2025 com uma sociedade dual que exhibe fortes desigualdades sociais e regionais e revela crescente distanciamento das nações mais competitivas.

Estes são, em termos muito sumários, futuros plausíveis para o Brasil a médio e longo prazos. No entanto, o mapeamento de cada um desses cenários e seu desdobramento ao longo do tempo está fora do escopo deste livro. Este será o foco de um outro trabalho, que divulgaremos em breve.

Anexo

Sobre a Macroplan

A Macroplan Prospectiva & Estratégia é uma empresa de consultoria especializada em estudos prospectivos, administração estratégica e modernização organizacional, com sede no Rio de Janeiro e Brasília.

Suas principais linhas de produtos e serviços, desenvolvidos segundo metodologias próprias amplamente testadas e aprovadas “em condições brasileiras”, são as seguintes:

1. soluções de **gestão estratégica orientada para resultados** para alavancar, a curto prazo, a capacidade das organizações em produzir, medir e comunicar benefícios relevantes para a sociedade e para os público-alvo que constituem sua razão de ser.
2. estudos de **cenários**, que organizam e reduzem suas incertezas relativas ao futuro;
3. processos de **planejamento estratégico**, que definem o posicionamento atual da organização (onde estamos), sua visão de futuro desejado (aonde queremos chegar) e a trajetória para “chegar lá” sob condições de incerteza;
4. apoio à **implantação de planos e da gestão estratégica por antecipação**, que desdobram a visão de futuro da organização, fazem acontecer o que foi planejado e ajustam as estratégias vigentes em face de novas mudanças;
5. métodos e instrumentos de **monitoramento e gestão estratégica em tempo real**, que mobilizam, engajam e focalizam decisões e ações de dirigentes, gerentes e técnicos em mudanças inesperadas e em questões e resultados estratégicos imediatos;
6. projetos de **reconfiguração organizacional e de design de sistemas de gestão** orientados para assegurar a obtenção de resultados almejados pela organização, seus públicos-alvos e parceiros
7. **pesquisas qualitativas** que mapeiam e interpretam as percepções e expectativas de atores relevantes para o planejamento e gestão de governos, empresas ou instituições; e
8. programas de **capacitação técnica e gerencial** em cenários e estratégia.

A Macroplan® só trabalha "sob medida", construindo e implantando soluções, sempre em conjunto com os clientes. O estilo de trabalho alia discrição, empenho, criatividade e muita dedicação, buscando as alternativas mais eficazes que atendam às necessidades do cliente.

Comentários, críticas e sugestões a este trabalho, assim como solicitações de estudos adicionais poderão ser encaminhados à Macroplan:

Rua Visconde de Pirajá, 351 Sala 803

Ipanema – Rio de Janeiro – CEP 22410 003 Fone: (21) 2287 3293

E-mail: macroplan@macroplan.com.br

www.macroplan.com.br

Referências Bibliográficas

1. Arida, Persio; Bacha, Edmar & André Lara-Resende. **Credit, Interest and Jurisdictional Uncertainty: Conjectures on the Case of Brazil**. Instituto de Estudos de Política Econômica, Casa das Garças, Rio de Janeiro, 2004.
2. Banco Central do Brasil. **Séries Temporais** disponíveis em [http:// www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acessado em fevereiro de 2005.
3. Belaisch, Agnès. **Do Brazilian Banks Compete?** Fundo Monetário Internacional, IMF Working Paper nº 113, 2003.
4. De Geus, Arie. **The Living Company – habits for survival in a turbulent business environment**. Boston, Massachussets; Harvard Business Scholl Press, 1997
5. Duarte de Alem, Ana Cláudia; Giambiagi, Fábio; e Pastoriza, Florinda - "**Cenário Macroeconômico: 1997-2002**" - BNDES/PNUD - Rio de Janeiro – 1997
6. Godet, Michel. **Méthode des Scénarios. Futuribles**, novembro. 1983
7. Godet, Michel. **Prospective et Planification Stratégique**. CPE: Paris, 1985
8. Godet, Michel. **Manuel de Prospective Stratégique**. Vol. I: "Une indiscipline intellectuel" - Editorial Dunod: Paris, 1997.
9. IPEA. **Dados macroeconômicos e regionais**, disponível em [http:// www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acessado em fevereiro de 2007.
10. Nascimento, Elimar Pinheiro. **Globalização e exclusão social: fenômenos de uma crise da modernidade?** In: Dowbor; Ianni e Resende. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
11. Porto, Claudio, Buarque, Sergio e Nascimento, Elimar. **Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003**. Rio de Janeiro, Nordica, 2001.
12. Rawls, John. **O liberalismo político**. São Paulo, Atica, 2000.
13. Schwartz, Peter. **A Arte da Previsão**. Editora Página Aberta, São Paulo, 1995.
14. Schwartz, Peter. **The Long Boom – a Vision for the Coming Age of Prosperity**. Massachusetts, Perseus Book, 1999.
15. Thurow, Lester C. **O Futuro do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
16. Toffler, Alvin. Powershift: **As mudanças do poder**. Rio de Janeiro, Record, 1990.
17. Toffler, Alvin. **Entrevista com Alvin Toffler**. Business 2.0, 26 de setembro de 2000.
18. Wack, P. **Scenarios: Uncharted Waters Ahead**. Harvard Business Review, outubro de 1985.

1. 2004 / 2005. **Regionalização do Cenário Corporativo de Referência da Petrobras 2004-2015**
2. 2004. **Atualização dos cenários e das projeções de demanda de Gás Natural para a Petrobras**
3. 2003 / 2004. Construção de **Cenários e Planejamento Estratégico Corporativo do Sistema Petrobras – 2004-2015**
4. 2003. **Quatro Cenários para o Governo Lula em 2003, Macroplan**
5. 2003. **Cenários Focalizados no Ambiente de Negócios da Energia – Horizonte 2015 – para a Petrobras**
6. 2003. Construção de **Cenários Focalizados no Ambiente de Negócios e na Demanda de Gás Natural – horizonte 2015 – para a Petrobras**
7. 2003. Estudos de **Cenários do Mercado de Energia Elétrica 2003-2013** para o **CTEM / CCPE / MME / Eletrobrás / Eletronorte**
8. 2003. **Cenários focalizados e Planejamento Estratégico da Pontifícia Universidade Católica de Campinas para o Horizonte 2003-2010**
9. 2002, Estudos Prospectivos e Construção de **Cenários do Ambiente de Atuação das Organizações Públicas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o Agronegócio 2002 - 2012** para a **EMBRAPA**
10. 2002. **Construção de Cenários e Visão de Futuro para o Setor de Óleo e Gás do Brasil – Horizonte 2010** para o Projeto **Ctpetro / INT / MCT**
11. 2001/ 2002. Estudo de tendências do setor de distribuição de combustíveis e construção de **Cenários de Distribuição 2002-2006** para apoio ao Planejamento Estratégico 2002-2006 da **Petrobras Distribuidora**
12. 2001 / 2002. Estudos de **Cenários do Mercado de Energia Elétrica 2001-2011** e Quantificação Macroeconômica para o **CTEM / CCPE / MME / Eletrobrás / Eletronorte**
13. 2001. **Cinco Cenários para o Brasil em 2001 e monitoramentos, Macroplan**
14. 2001. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Horizonte 2010**
15. 2000 / 2001. **Cenários focalizados e Planejamento Estratégico do SENAC Rio Grande do Sul (Educação Profissional no Rio Grande do Sul) – Horizonte 2010; para o Departamento Regional do SENAC do Rio Grande do Sul**
16. 2000. **Quatro Cenários para o Brasil em 2000 e monitoramentos, Macroplan**
17. 2000. **Cenários focalizados no mercado de combustíveis no Brasil – horizonte 2000/2005** para a **Petrobras Distribuidora – Diretoria de Mercado Automotivo**
18. 2000. Revisão e atualização **dos Cenários Focalizados e do Plano Estratégico do SENAI** para o horizonte 2000-2010

19. 2000. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico da Universidade São Francisco – São Paulo**
20. 2000. **Cenários focalizados e Planejamento Estratégico do SENAC Minas Gerais** (Educação Profissional em Minas Gerais) – Horizonte 2010; para o Departamento Regional do SENAC de Minas Gerais
21. 2000. **Cenários focalizados e Planejamento Estratégico do SENAC São Paulo** (Educação Profissional em São Paulo) – Horizonte 2010; para o Departamento Regional do SENAC de São Paulo
22. 2000. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico da Educação a Distância do SENAC São Paulo**
23. 1999 / 2000. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico** Corporativo e dos seis Centros da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – **PUC-PR**
24. 1999. **Três Cenários para o Brasil** em 1999 e monitoramentos, **Macroplan**
25. 1999. **Cenários e Estratégias de Longo Prazo para o Mato Grosso do Sul no horizonte 2020** para o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
26. 1999. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico** do Instituto Euvaldo Lodi da **CNI** (Interação Universidade x Empresas) horizonte 1999 – 2010
27. 1999. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico** do Instituto Euvaldo Lodi da **CNI** (Interação Universidade x Empresas) horizonte 1999 – 2010
28. 1999. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico** da Educação a Distância para a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (**UNISINOS – Rio Grande do Sul**)
29. 1999. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico do Sistema Sesi** –Horizonte 2000 – 2004
30. 1999. **Cenários focalizados e Planejamento Estratégico do Sistema SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para o horizonte 2000-2005
31. 1998. Atualização dos **macrocenários mundiais, nacionais e da Amazônia para o Horizonte 1998-2020** para a **Eletronorte**
32. 1998. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico** da Universidade Católica de Brasília – **UCB**
33. 1997 / 2001. **Cenários Focalizados, Planejamento e Administração Estratégica** da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – **PUC-PR**
34. 1997. **Macrocenários mundiais, nacionais e do Mercosul, Macroplan**
35. 1997. **Macrocenários Mundiais, Nacionais e do Mercosul, com Focalização na Metrologia, Normalização e Qualidade** – horizonte 2020, como parte integrante do planejamento estratégico do SINMETRO e do INMETRO
36. 1997. **Cenários Focalizados e Estratégias de Atuação do SENAI na Região Sul do Brasil** – Horizonte 1996/2010 como etapa integrante do processo de focalização regional do Plano Estratégico do Sistema SENAI

37. 1997. **Cenários Focalizados e Estratégias de Atuação do SENAI na Região Nordeste do Brasil** – Horizonte 1996/2010 como etapa integrante do processo de focalização regional do Plano Estratégico do Sistema SENAI
38. 1997. **Cenários Focalizados e Estratégias de Atuação do SENAI na Região Sudeste do Brasil** – Horizonte 1996/2010 como etapa integrante do processo de focalização regional do Plano Estratégico do Sistema SENAI
39. 1997. **Cenários Focalizados e Estratégias de Atuação do SENAI na Região Norte do Brasil** – Horizonte 1996/2010 como etapa integrante do processo de focalização regional do Plano Estratégico do Sistema SENAI
40. 1996. **Cenários do setor de Telecomunicações** no Brasil no Horizonte 1996/2010 para a **Embratel**
41. 1996. **Cenários Focalizados e Estratégias de Atuação do SENAI na Região Centro-Oeste do Brasil** – Horizonte 1996-2010 como etapa integrante do processo de focalização regional do Plano Estratégico do Sistema SENAI
42. 1996. **Cenários Focalizados e Planejamento Estratégico do Sistema SENAI** - Horizonte 1996/2010
43. 1995. **Cenários para o Mato Grosso do Sul no horizonte 1995-2010** para o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
44. 1993. **Cenários Focalizados da Indústria de Cerâmica para Revestimento** para a **Cecrisa**
45. 1992. **Cenários e Planejamento Estratégico da FINEP 1992-2000**
46. 1991. **Cenários focalizados nas funções engenharia e tecnologia** dentro do projeto de Implantação da Administração Estratégica do Serviço de Engenharia da **Petrobras**
47. 1991. **Cenários da Indústria do Petróleo no Brasil e no Mundo no Horizonte 2001** para a **Petrobras**
48. 1991. **Cenários focalizados no ambiente de atuação da Refinaria do Paraná** (Refino e Distribuição de Combustíveis) para a **REPAR/ Petrobras**
49. 1990 / 1991. **Cenários sócio-econômicos de Pernambuco e do Nordeste** para o horizonte 2000, como etapa integrante do 1o. Plano Diretor de Desenvolvimento dos Transportes de Pernambuco para o **Governo do Estado de Pernambuco**
50. 1990. Revisão do **Macrocenário de referência da Petrobras 1990-2000**
51. 1990. Construção de **cenários do contexto externo** e configurações para o Planejamento da **DIPLAC / SEGEN, Petrobras**
52. 1989. **Atualização dos Cenários e Planejamento Estratégico da Eletronorte**
53. 1988. Construção de **Cenários e estudo de inserção regional de empreendimentos hidroelétricos na Amazônia** para a **Eletronorte**
54. 1988. Estudos Prospectivos e **Construção de Cenários Sócio-Econômicos e Energéticos da Amazônia** no horizonte 2010 para a **Eletronorte**
55. 1988. **Cenários de Pernambuco e do Ambiente de Negócios da CELPE** para apoio ao Planejamento Estratégico da Companhia Energética de Pernambuco no horizonte 1989/91

56. 1988. Projeto de **estudo de cenários sócio-econômicos e energéticos para o Nordeste (Chesf/Sudene)**
57. 1987 / 1988. Desenvolvimento de **Cenários Sócio-Econômicos de demanda de energia elétrica da Amazônia** no Horizonte 2010 para a **Eletronorte**
58. 1987 / 1988. **Cenários para a Reforma Administrativa da Prefeitura da Cidade de Recife**

RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá, 351 - Sala 718
Ed. Fórum de Ipanema
Ipanema - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22410-003
Fone/fax: (21) 2287-3293
e-mail: macroplan@macroplan.com.br

SÃO PAULO

Alameda Santos, 905 - Conjunto 112
Ed. Santos Dumont
Cerqueira César - São Paulo/SP
Cep: 01419-001
Fone/fax: (11) 3285-5634
e-mail: macroplansp@macroplan.com.br

BRASÍLIA

SCN, Quadra 01 - Bloco C, Sala 908
Ed. Brasília Trade Center
Asa Norte - Brasília/DF
Cep: 70.711-902
Fone: (61) 3328-6504
Fax: (61) 3328-7446
e-mail: macroplandf@macroplan.com.br

ESPÍRITO SANTO

AV. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 - Sala 1301
Ed. Petro Tower
Enseada do Suá - Vitória/ES
Cep: 29.050-335
Fone/fax: (27) 2123-1412
e-mail: macroplanes@macroplan.com.br